

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XV • Cr\$ 56.000,00

# CADERNOS

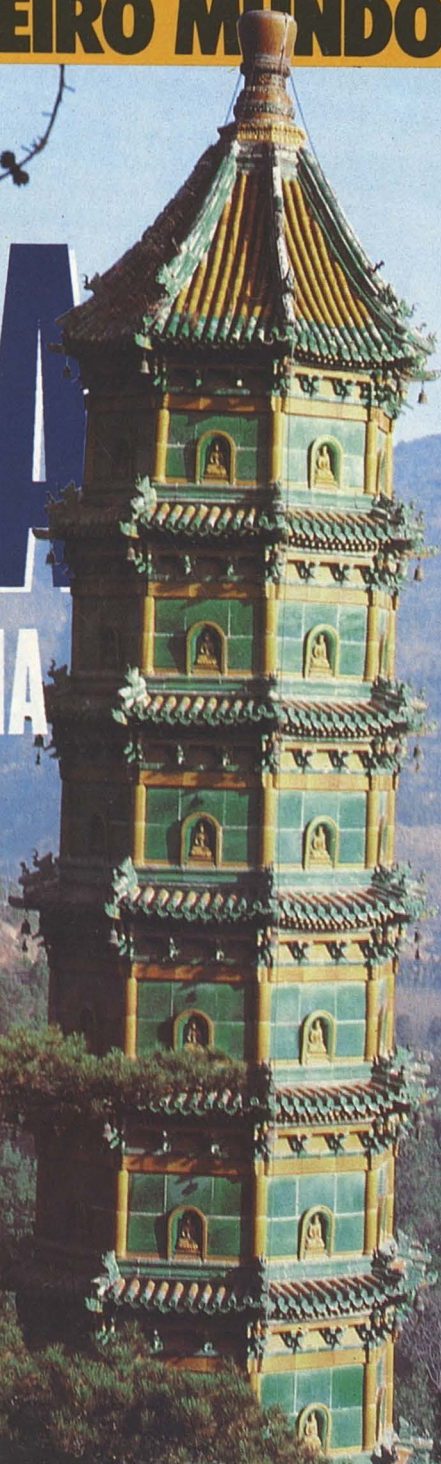
## DO TERCEIRO MUNDO

SISTEMA  
PENITENCIÁRIO

159

# CHINA

## A NOVA POTÊNCIA ECONÔMICA



**PERU:**  
UM PAÍS À  
DERIVA

**ARGENTINA:**  
O FIM DAS  
ILUSÕES

**EXCLUSIVO: COMO AGEM AS TRANSNACIONAIS NO BRASIL**







## CAPA:

### A nova China

**A** expansão econômica chinesa, associada ao vigor empresarial do Japão e dos *tigres* asiáticos, pode mudar o centro dinâmico da economia mundial. O país fez reformas econômicas, mantendo a fidelidade ideológica ao socialismo



## SUMÁRIO

### 2 CARTAS

#### CAPA

- 4 China: Os rumos da nova potência
- 10 Pragmatismo e eficiência

#### A PENA E A LEI

- 14 Sistema penitenciário

#### ECONOMIA

- 18 As transnacionais e a crise brasileira

### SUPLEMENTO

#### DIREITOS HUMANOS

- 2 Em defesa de uma raça em extinção
- 5 A maternidade coletiva

#### IDÉIAS

- 6 Quem tem medo de ciência e tecnologia?

#### DEFESA DO CONSUMIDOR

- 8 Enganos telefônicos

#### COMPORTAMENTO

- 9 França: Chador polêmico

#### MINORIAS

- 10 EUA: Um cemitério entre arranha-céus

#### MULHER

- 11 Sri Lanka: Concursos de beleza

#### 12 PANORAMA INTERNACIONAL



Relatório da Anistia Internacional denuncia o descaso das autoridades brasileiras para com a população indígena **2**

### AMÉRICA LATINA

- 23 Peru: Uma nação à deriva
- 26 Argentina: Adeus às ilusões
- 28 Cuba: Martí, um pensador atual

### ÁFRICA

- 30 Burkina Faso: Por um caminho autônomo
- 34 Somália: Sem esperança
- 36 África do Sul: Democracia sem a maioria

### ORIENTE MÉDIO

- 38 Os verdadeiros perdedores

### ÁSIA

- 39 Afeganistão: Luta pela sobrevivência



A vitória dos candidatos independentes nas eleições municipais do Peru confirma a tendência à marginalização dos partidos políticos tradicionais **23**

### EUROPA

- 40 Maastrich: Cidadania arbitrária

### MINORIAS

- 42 Índios: Otimismo moderado

### PÁGINA ABERTA

- 43 O alcance do Direito Espacial



# CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

**DIRETOR:** Neiva Moreira  
**DIRETOR ADJUNTO:** Pablo Piacentini  
**EDITORA:** Beatriz Bissio  
**SUBEDITORES:** Cláudia Guimarães, Elias Fajardo. **CONSULTORES ESPECIAIS:** Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)  
**REDAÇÃO:** Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)  
**SUCURSAIS:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel (Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte).  
**REVISÃO:** Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto.  
**DEPTO. DE ARTE:** Nazareno N. de Souza (editor e capa), Sílvia H. Pompeu, Zaney da Silva, João C. Monteiro. **FOTOS:** France Press, André Louzeiro, Marcus Sanches. **Foto de Capa:** Lena Trindade  
**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:** Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Alba Caldas, Sílvia Arruda, Mônica Pérez e Marcelo Knupp  
**EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:** Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa, Kátia Prado e Paulo Henrique  
**ADMINISTRAÇÃO:** Henrique Menezes.  
**PUBLICIDADE E MARKETING:** Antonio Carlos Napoleão

## CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes – Rua da Glória, 122 1º andar  
CEP 20241 – Rio de Janeiro – Brasil  
☎(021)252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

## CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:  
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)  
Fotos: Agence France Press (AFP)

## SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar. Lisboa, 1.200 – Tel.: 32-0650.  
Telex: 42720 CTM-TE-P

## Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106  
20241-180 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
☎ (021)242-1957/222-1370 – Redação  
☎ 232-1759 / 232-3372 – Administração  
☎ (021)507-2203 – Publicidade e Marketing  
Fax: 55 21 252-8455 – Telex: (021) 33054 CTMB-BR  
Correio Eletrônico – Geonet: Terceiro-Mundo  
Alternex: Caderno

# cartas

## Crítica ao cinema



Em referência à matéria publicada no nº 156, intitulada "A volta ao futuro", debater a crise do cinema brasileiro é papo de *Primeiro Mundo*, porque até Hollywood está em queda desde há muito. Não é verdade que o povão gostava de filme brasileiro. Essa era a idealização política e comercial das elites. O povão prefere Hollywood mesmo, por sua linguagem universalista, por sua relação horizontal com o público, um cinema que até abriu espaço para atores e diretores negros, etc.

As elites brasileiras optaram sem pudores por Fords, Palmolives e Coca-Colas e estranhamente pretendem fornecer cinema de brasilidade ao povo voltado para Los Angeles e Senegal, onde o salário-mínimo é mais alto.

**Pedro Gomes Silva**  
Niterói – RJ

## Suplemento para jovens

Como mãe de três adolescentes, me preocupa a falta de materiais de leitura para os jovens sobre a atualidade mundial. Não vejo nesta geração o mesmo interesse que havia nas décadas passadas sobre os fatos que dominam o panorama internacional. É verdade que sobrou pouco do idealismo dos anos 60 e 70, que deu ao mundo não só os Beatles como também as campanhas pacifistas e o sonho da criação do Homem Novo. Mas, enfim, este é o mundo em que eles terão que viver sua fase adulta e – se considerarmos necessário – a realidade que terão de buscar transformar.

A base de toda a ação política é a informação, o conhecimento. Por isso, considero uma prioridade de nossa geração levar os jovens a interessar-se pela política nacional e internacional. Vocês, que já estão há anos editando uma revista dedicada a esses temas, não pensaram nunca em fazer um suplemento dedicado aos adolescentes? Acho que seria uma grande contribuição. Fica registrada a sugestão. Espero que possam pô-la em prática.

**Elisa Bonfiglioli de Cáceres**  
Montevideu – Uruguai

## Oportunidade

Agradeço a oportunidade que esta revista oferece de manter os seus leitores bem informados em relação aos acontecimentos do Brasil e do mundo.

**Elisa Ximena**  
Osasco – SP

## Mais revistas

*Cadernos do terceiro mundo* e demais publicações da Editora Terceiro Mundo devem melhorar a divulgação e distribuição, aumentando o número de pontos de vendas e a quantidade de exemplares.

Ao ler no nº 156 a matéria "Surge uma esperança", sobre o tratamento em Cuba dos brasileiros vítimas do césio em Goiânia, muito me entristeceu saber que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) tenha tido uma postura tão insensível. Ela teria que ser o primeiro órgão a se interessar e empenhar-se no tratamento das vítimas. É obrigação.

Outra matéria, no mesmo número, "A volta ao futuro", sobre o cinema brasileiro, me fez pensar que o Rio de Janeiro sofreu e ainda sofre a síndrome de ter sido a capital do Brasil e, de repente, foi esquecido. Passado o pedestal do regime militar, o Rio de Janeiro, não só a capital mas todo o estado, vai encontrando seu eixo, sua vocação. Discretamente industrial, levemente agropastoril, fortemente intelectual, cultural, turístico, comercial, o Rio continuará sendo um pólo irradiador de imaginação / talento no Brasil e para o exterior.

**Roberto Cordeiro da Costa**  
São José dos Campos – SP



## Esclarecimento

Na reportagem "O perfil do terrorista jovem", publicada no nº 157 de **cadernos do terceiro mundo**, faltou o registro de que todo o material sobre os testes psicológicos aplicados nos militantes políticos pelo Exército foi cedido à repórter Márcia Cezimbra pela psicóloga Cecília Coimbra. Como secretária geral do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra teve acesso aos arquivos do DOPS/DPPS onde apenas confirmou a existência desta insólita terapia, descoberta por ela durante três anos de pesquisa e incluída na sua tese de doutorado "Gerentes da ordem: as práticas psíquicas dos anos 70", aprovada em junho do ano passado com louvor pela Universidade de São Paulo. Por decisão do governo do estado do Rio de Janeiro, os arquivos do DOPS/DPPS estão agora abertos a pesquisadores e ao público em geral.

## Leitor distante

Gostaria de obter uma assinatura de **cadernos do terceiro mundo**. Sou norte-americano, microbiologista e professor de inglês instrumental, trabalhando no Kuwait. Aprendi português em Moçambique (África), há mais de dez anos, quando trabalhava como voluntário. Já visitei o Brasil duas vezes e gosto muito do país e do seu povo. Sinto muitas saudades, e daqui a alguns anos quero voltar.

**David H. Rosen**  
Sulaibikhat - Kuwait

## Campanha anticubana

Tive oportunidade de conhecer a revista através de amigos que a compraram em Montevideu (ou Buenos Aires?). Me impressionou a qualidade dos artigos e a apresentação gráfica me pareceu moderna e adequada ao caráter sério da publicação.

Pelo que pude comprovar, havia espaço em suas páginas para denunciar a campanha anticubana que está sendo

promovida pelos Estados Unidos, à qual aderiram quase todos os meios de comunicação da América Latina, alguns por convicção e a maior parte por falta de espírito crítico e comodismo. É mais fácil publicar a notícia como chega das agências que se dar ao trabalho de checar com outras fontes e, em todo o caso, buscar mostrar as duas faces da mesma moeda.

*Ninguém pretende que a América Latina seja alinhada atrás de Cuba sem mais nem menos. Mas é inconcebível que sejam tão escassos os espaços disponíveis nos meios de comunicação do continente para mostrar a realidade cubana sem distorções.*

**José A. Ibáñez**  
Havana - Cuba

## História recente

Atualmente, estamos organizando um material intitulado *História Contemporânea - Atualidades, fundamentado teoricamente nos critérios da "História Imediata". Este trabalho está constituído nas seguintes unidades: 1) a estagnação dos partidos comunistas; 2) a formação da Comunidade Européia; 3) o capitalismo oriental; 4) os conflitos do Oriente Médio; 5) os Estados Unidos no contexto internacional e aspectos econômico-social e político internos; 6) a América Latina: a redemocratização e a economia dependente.*

Pedimos vossa autorização para utilizarmos dados do Guia do Terceiro Mundo 89/90, que será formalmente identificado como fonte bibliográfica.

**João Bernardo Da Silva Filho**  
Profº do Instituto Pitágoras Ensino  
Belo Horizonte - MG

A editora autoriza a utilização do guia, desde que identificado como fonte

## Permuta

Comunicamos que foi com grande satisfação que mantivemos nossa permuta de publicações no ano de 1992 e aproveitamos para reiterar nosso intercâmbio entre as revistas **cadernos do terceiro mundo** e Reforma Agrária.

**Luciana Pereira Viegas**  
Setor de Publicações da Associação Brasileira de Reforma Agrária  
Campinas - SP

## Intercâmbio

• **Elisete do Nascimento**  
Rua Boreal 90 - ap. 203  
Caiçara  
30750 Belo Horizonte - MG

• **Sônia M. B. Ferreira**  
Caixa Postal 31  
87480-000 Maria Helena - PR

• **Paulo José Pedro**  
Caixa Postal 29  
Luanda - Angola

• **Paulo Duarte**  
Rua Antonio Pasinato 153  
06400 Barueri - SP

• **Marco Antonio Martins**  
Caixa Postal 94147  
25800 Três Rios - RJ

• **Fausto Evaldo Strassburger**  
Rua Parobé s/nº  
99890 Maximiliano  
de Almeida - RS

• **Antonio Alves Gualberto**  
Caixa Postal 2177  
29001 Vitória - ES

• **Bruno Mattos e Silva**  
R. Cincinato Braga 414 - ap. 32  
Bela Vista  
01333 São Paulo - SP

• **Wellington Santana Lima**  
Rua Jacobina 106 - casa 03  
Graças  
52011 Recife - PE

• **Paulo Humberto Borges**  
Rua Monteiro 2895  
69800-000 Humaitá - AM

• **Eliana Rodrigues de Souza**  
Rua Pedro Moacir 31  
Bl. C - ap. 402, Três Vendas  
96020 Pelotas - RS

• **Zerrouki Mohammed**  
B.P. 106, Touggourt  
30200 W. Quarela - Argélia

• **Bruno Mattos e Silva**  
Rua Cincinato Braga, 414/32  
Bela Vista  
01333 - São Paulo - SP





# CHINA Os rumos da nova potência

*A expansão econômica chinesa associada ao vigor empresarial do Japão e aos 'tigres' asiáticos pode mudar o centro dinâmico da economia mundial*

**Theotonio dos Santos\***





**A visita do Imperador japonês Akihito a República Popular China em outubro consolidou a aproximação entre as duas nações**



Um enorme e pragmático pólo de desenvolvimento econômico e tecnológico está surgindo na Ásia. Seu eixo são as economias do Japão, China, os chamados *tigres* asiáticos e

algumas regiões da antiga União Soviética, como a Sibéria, que vivem um processo de crescente associação. Entre todas essas economias, a chinesa desponta como a mais dinâmica, com índices de crescimento superiores a 9% ao ano, e concentra o interesse dos especialistas internacionais, curiosos por entender o segredo desse êxito. Em particular intriga o fato de que a economia chinesa esteja tão bem de saúde, enquanto a das ex-repúblicas soviéticas atravessa uma fase crítica.

Curiosamente, os chineses foram os inspiradores da abertura política russa. Em 1989, pouco antes do agravamento da crise soviética, em conversações reservadas e reuniões acadêmicas, personalidades que conduziam a economia soviética elogiavam abertamente a experiência da China, cujo exemplo, diziam, havia sido fundamental para eles.

Do ponto de vista econômico, a China iniciou suas reformas antes da URSS, em um contexto internacional favorável. A liderança chinesa teve o mérito de perceber que existia

esse ambiente propício e decidiu aproveitar a oportunidade. Não só isso: os chineses também tiveram a sensibilidade de entender que deviam explorar o potencial das relações com seus vizinhos. Conseguiram relacionar-se com uma região econômica em expansão, a zona que circunda o Japão, que constitui um pólo de acumulação muito forte.

A China se vinculou com essa área através do sul, valendo-se de Hong Kong e de suas *zonas especiais de exportação*, aproveitando um contexto econômico regional favorável. O principal instrumento de enlace do governo de Beijing (Pequim) foram as exportações, usando Hong Kong como veículo de aproximação, e depois seu próprio território, com as zonas especiais de exportação. Como consequência dessa política, existe há alguns anos um intercâmbio comercial intenso com o Japão.

**Aliança geopolítica** – Pode-se afirmar que a aproximação entre China e Japão é não só cada vez maior como tende a adquirir um caráter geopolítico. Para isso contribuiu a nova postura do Japão, que hoje já não está obrigado a apoiar-se na política externa norte-americana. Antes o fazia porque não tinha condições militares para ter sua própria política externa. Na medida em que os Estados Unidos estão deixando de controlar a situação mundial, se abre uma brecha para que o Japão passe a ter uma política exterior própria. Essa política é uma reedição, não-militarista, do grande círculo asiático japonês dos anos 30. Japão e China se complementam: em primeiro lugar, Tóquio tem o capital; China tem a mão-de-obra. No entanto, não é somente isso. China tem cinco mil anos de civilização, que acrescentam ao Japão uma perspectiva histórica mais ampla. É uma civilização anterior, diferente da japonesa, mas ambas têm em comum a base asiática. Culturalmente a relação com a China é muito importante para que o Japão não se transforme simplesmente em um país *ocidental*: atua como um lastro, que prende os japoneses a suas raízes asiáticas. Essa é a explicação para a força da aliança sino-japonesa, que tem grandes perspectivas a longo prazo.

Há alguns exemplos interessantes de como o governo japonês valoriza sua relação com a China. Depois da repressão na Praça da Paz Celestial<sup>1</sup>, muitos países cortaram relações com o governo de Beijing. O Japão, em compensação, jamais o fez. O japonês em geral não se metem na política interna dos outros países da região. Só o fizeram recentemente, devido à gravidade da situação soviética. Realizaram um estudo profundo da realidade desse país e elaboraram uma propos-





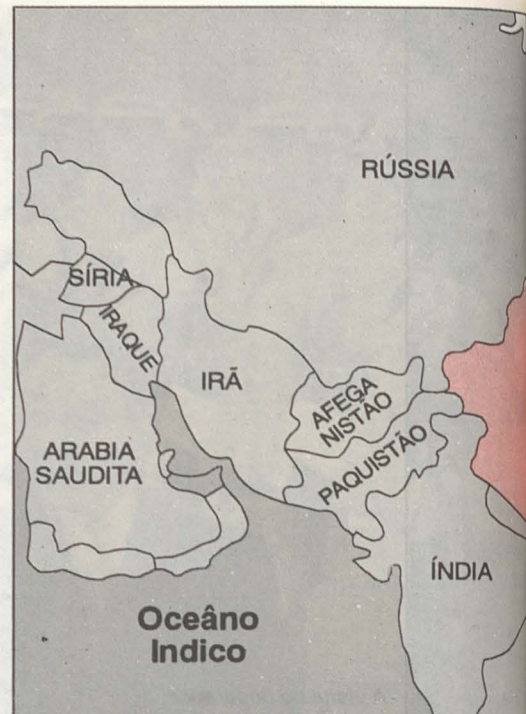
**Operadores da Bolsa de Hong Kong: China reincorporará em poucos anos essa dinâmica parte do seu território na qual se desenvolveu o terceiro centro financeiro do mundo**

**O fim da Guerra Fria e a distensão na Ásia permitiram que a região reconstruísse suas relações. China, por exemplo, já recuperou Hong Kong e mantém intensas relações com Taiwan**

ta para os soviéticos. Uma proposta que vai de encontro ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, o que criou alguns problemas.

Outra exceção foi a decisão dos japoneses de promover um grande estudo de seu próprio sistema de planejamento, que resultou em 15 volumes, publicados em japonês e traduzidos para outro idioma: o chinês. (Fizeram depois também uma edição em inglês.) Essa atitude revela a importância que o Japão dá ao investimento que está fazendo na China, que não é estritamente comercial ou financeiro mas também histórico. Ninguém traduz 15 volumes de seu próprio método de planejamento para simplesmente apenas comerciar com outro país. Isso se faz quando se quer encontrar marcos de referência histórica comuns e estabelecer um sistema de planejamento econômico central com aspectos parecidos.

O fim da Guerra Fria e a distensão na Ásia permitiram que a região reconstruísse suas relações. China, por exemplo, já recuperou Hong Kong (embora, formalmente, Hong Kong só se reintegre à soberania territorial da China Popular em 1999<sup>2</sup>) e mantém intensas relações com Taiwan (Formosa). Relações que, se são difíceis do ponto de vista político e diplomático, no campo econômico possuem enorme força. Inclusive o turismo entre ambos é muito intenso. É comum ver na China uma grande presença de turistas taiwaneses. E além do mais, os empresários de Taiwan estão montando negócios com a China



numa escala muito expressiva. Isso sem mencionar Singapura, o grande centro financeiro da Ásia, que é chinesa<sup>3</sup>.

Se somarmos Singapura, Taiwan, Hong Kong e o sul da China (de Xangai para baixo, que é a zona aberta chinesa), são 500 milhões de habitantes cuja renda *per capita* é hoje bem próxima a 50% da renda européia. E, ao final do século, em pouco mais de seis anos, a renda *per capita* será igual à européia atual.

Isso significa que no ano 2000 o sul da China – integrado economicamente a essa região, como de fato já está – formará uma Europa com 500 milhões de habitantes. Uma Europa cuja economia, integrada com a região que a cerca, representará 10 ou 15% da economia mundial. Mas o restante da China se desenvolve também muito rapidamente e se integrará a essas regiões.

O outro elemento importante é a Sibéria, que está se integrando com as economias vizinhas. Não se trata somente de um grande centro de recursos naturais mas também de um centro industrial. Sibéria, Coréia e parte da China formam outra grande unidade econômica do continente asiático. Os japoneses estão entrando lá também, mas pela Coréia. São prudentes diante da reação que poderia suscitar uma entrada muito forte do Japão na Sibéria, já que a sua relação com a Rússia não está ainda muito definida. De fato esta região gera um dinamismo econômico próprio, que inclui uma grande parte da China. É outra zona de acumulação importante.



## CAPA

### ÁSIA



A china tem uma cultura de cinco mil anos cuja influência se faz sentir em toda a Ásia, particularmente no Japão



É necessário mencionar também a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean)<sup>4</sup>, que acomoda a segunda camada de *tigres* asiáticos. Os chamados *tigres menores*, entre os quais estão Tailândia e Indonésia. A China deixou de ser o inimigo ideológico desses países e incorporou as teses políticas da integração.

Existem problemas diplomáticos da China com Taiwan que às vezes se complicam, mas não é isso o fator determinante. Geralmente, quando não é possível resolver as questões pela via diplomática, essas controvérsias têm resultado a favor da China, como foi o caso de Hong Kong. Isso dá à China um dinamismo muito poderoso em toda a área.

**O investimento externo** – Beijing é outro exemplo das regiões chinesas que entrou em uma dinâmica de modernização muito acentuada. É visível na cidade a presença de investidores internacionais. E isso reflete um aspecto muito significativo: a China tem a diáspora mais importante do mundo e os chineses que estão no exterior (em Singapura, Taiwan e também na Europa e Estados Unidos) têm um poder econômico muito forte. Calcula-se que a diáspora chinesa tenha uma capacidade de investimento equivalente a toda a economia norte-americana.

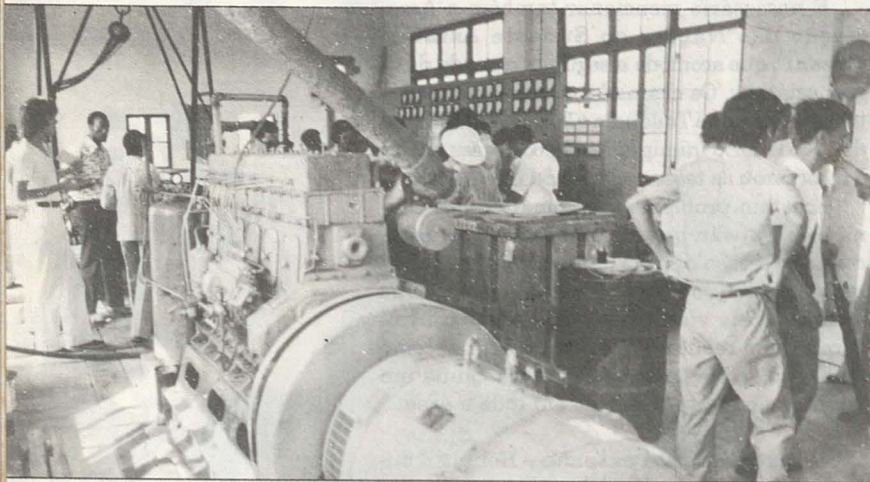
Numa cidade próxima a Beijing visitamos a biblioteca da universidade que havia sido doada por um capitalista de Hong Kong. Como ele, são milhares de chineses milionários que estão investindo em seu país de origem. Sentem-se política e culturalmente indentificados com as autoridades chinesas e a questão nacional tem para eles um valor fundamental.

As razões de sua identificação com os dirigentes de Beijing é uma tendência natural, fruto da história do país. Devemos lembrar que a dignidade da China foi pisoteada, chegou a não ter valor nenhum, e quem restabeleceu a honra e o prestígio do povo chinês não foram nem Singapura, nem Hong Kong, nem Taiwan, nem os *tigres* asiáticos. Foram os líderes Mao-Tsé-Tung e Deng Xiaoping. Este fato histórico dá aos dirigentes chineses atuais um potencial enorme, que seus líderes não estão dispostos a perder.

**Diferença social** – Todas as mudanças geopolíticas têm produzido transformações importantes na sociedade chinesa. Em primeiro lugar há uma diferença social crescente. Surgiu uma classe mais rica, que nas áreas urbanas está constituída por empresários com modelos de comportamento ocidentais e um certo peso político. Essa diferença social também chegou ao campo, onde começa a so-

A identificação dos chineses da diáspora com os dirigentes de Beijing é fruto da história do país. A dignidade da China foi pisoteada, e quem restabeleceu a honra do povo chinês foram Mao-Tsé-Tung e Deng Xiaoping





Existe uma certa diferenciação social na China e isso gera insatisfação nos setores de renda mais baixa

brar mão-de-obra, que se traduz numa pressão sobre as cidades. Não se pode dizer que está havendo uma explosão violenta, mas há um fluxo. Já se vêem pobres em Beijing e pessoas que pedem dinheiro. Não são muitos, tampouco são indigentes e possivelmente devem ter alguma fonte de renda. Mas já existem. Em geral são de origem camponesa, desocupados. Alguns têm características étnicas diferentes, como os ciganos, e, em geral, sentem-se sem perspectivas.

Por outro lado, começa a se perceber uma insatisfação entre os setores de baixos salários, entre os quais se inclui a intelectualidade. Os cientistas sociais, os professores, estão descontentes. Mas ao mesmo tempo há dois grandes fatores de unidade. Um é a questão na-

cional, que cresce em todo o país, e o outro a situação econômica. Os intelectuais e os cientistas constatam que a economia está mostrando plena viabilidade e isso faz com que as queixas sejam relativas. Essas camadas sociais podem comprar roupas de qualidade um pouco melhor, começam a consumir mais e se sentem, portanto, beneficiadas pelo enriquecimento geral do país. Esse desejo explícito de participação econômica maior não implica uma crítica dirigida a deter o processo de abertura, mas sim a intenção de estendê-lo a outros setores.

**Mercado socialista** – Muito se tem especulado em relação às consequências das transformações internas do sistema econômico chinês. Levarão a um *mercado socialista* ou reverterão em novas formas de capitalismo?

É evidente que houve no país um processo de privatizações – nas aspás –, entre elas a da agricultura. A primeira política agrícola da China foi uma cópia da dos bolcheviques de 1917. A terra foi estatizada e entregue aos camponeses com um arrendamento barato. O Estado era o dono da terra e isso lhe dava toda a força também em relação à orientação da política agrícola.

Esse setor existe ainda, com uma característica interessante: os recursos que provêm do arrendamento da terra constituem uma presença importante no orçamento do Estado. Trata-se de um setor que não poderia ser chamado propriamente de socialista. É uma fase muito avançada de um capitalismo de Estado. Mas a maior parte das empresas agrícolas são cooperativas de produtores, com forte presença da comunidade. O grande comprador ainda é contudo o Estado. As empresas estatais compram através de contratos de longo prazo, sem esse caráter de exploração dos oligopólios compradores que impõem os preços.

No setor urbano predominam no entanto as empresas estatais e começam a surgir empresas capitalistas. As transnacionais, por seu turno, também estão fazendo acordos com os chineses. Por tudo isso se pode afirmar que o capitalismo que existe na China não é hegemônico, embora, sem dúvida, influa muito. De alguma forma tem negócio com o Estado, porque os filhos de antigos burocratas estão ligados às novas empresas.

Muito se tem falado sobre a tendência de se formar uma nova burguesia na China. No entanto, isso vai depender muito da evolução da economia do planeta. Poderá a economia mundial continuar sendo conduzida basicamente pelas empresas transnacionais? Essas empresas são muito limitadas para dirigir um processo de globalização tão complexo como o que se está operando atualmente. São gigantes, não resta dúvida, mas seus métodos, seu do-

## Relações com o Terceiro Mundo

O franco desenvolvimento econômico e social não tem levado os dirigentes chineses a renegarem sua condição de país do Terceiro Mundo. A China defende a identidade histórica com os países subdesenvolvidos. Ao contrário de muitos governos latino-americanos – que decretaram o fim do Terceiro Mundo e querem ser Primeiro Mundo a qualquer preço, sem se perguntar como vão mudar de mundo conservando 50% de analfabetos – as autoridades chinesas têm consciência de que o desenvolvimento estabelece requisitos prévios. Os chineses têm condições de aspirar a pertencer ao Primeiro Mundo, pois ainda

que sua renda *per capita* seja baixa – mais baixa que a de vários países grandes da América Latina – têm uma população de alto nível de educação. Sua mão-de-obra, em consequência, é diferente da latino-americana. Mas não existe na China, como projeto, a “entrada” no Primeiro Mundo. Desejam ser um país moderno, mas sem interromper sua relação com os países em desenvolvimento. Pelo contrário. A China defende que o Terceiro Mundo deve ter um projeto comum.

Evidentemente, na classe média alta, que adotou os costumes europeus, há quem não pensa dessa forma. Mas esse setor social é muito pequeno.



## CAPA

### ÁSIA

mínio por parte de pequenos grupos empresariais, impedem-nas de ter uma visão global adequada. É necessário que compartilhem esse poder com as burocracias estatais. Esse processo levará a grandes entendimentos, ao estilo do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt).

Para permitir o funcionamento de uma economia livre é necessário conciliar um conjunto de interesses muito diferentes. E ao falar de economia livre não estamos fazendo com a conotação que lhe dá o liberalismo: trata-se de uma economia regulamentada em alto grau. Quando a economia é produto de um debate de dez anos entre os interesses que estão em jogo, ninguém pode dizer que depende das forças livres do mercado. É evidente que esse mercado é altamente controlado, é um mercado administrado. Administrado por quem? Por uma burocracia estatal sobre a qual os partidos políticos exercem sua influência.

Sem dúvida está sendo criado um complexo cenário de decisão mundial. As Nações Unidas estão aí para mostrá-lo.

\*Ao voltar de uma viagem à China onde participou de um congresso denominado "Simpósio Internacional sobre os Desafios ao Terceiro Mundo nos Anos 90 e como Enfrentá-los", realizado em Beijing em fins do ano passado, o sociólogo e economista brasileiro Theotonio dos Santos, professor da Universidade Federal Fluminense, do Rio de Janeiro, e autor entre outros livros, ensaios e artigos, de *Imperialismo e Dependência*, um clássico da Teoria da Dependência, analisou com exclusividade para **cadernos do terceiro mundo** o papel que desempenhará a China no novo contexto internacional. Este artigo é a versão editada por nossa equipe profissional das declarações do professor Dos Santos.

<sup>1</sup>Em maio e junho de 1989 milhares de estudantes foram duramente reprimidos pelo governo chinês na Praça da Paz Celestial, quando exigiam a instalação de um sistema democrático de orientação ocidental no país. Nunca se soube do número real de mortos. Vários líderes do movimento, entre eles Guo Haifeng, de 27 anos, e o bispo católico Zhu Hongsheng, de 76, que apoiou os manifestantes, foram libertados em fevereiro passado, depois de três anos e meio de prisão, quando suas sentenças foram reduzidas em um *gesto de boa vontade*.

<sup>2</sup>Hong Kong, situada no litoral sul da China, com uma área de 1.040km<sup>2</sup> e quase seis milhões de habitantes, é considerada o terceiro centro financeiro do mundo, depois de Nova Iorque e de Londres e ocupa o décimo-sétimo lugar no comércio mundial. Antes de ser colonizada pelos ingleses (depois da Guerra do Ópio), fazia parte da China, à qual voltará no final da década, segundo o acordo assinado pela Grã-Bretanha e o governo de Beijing. Calcula-se que entre 30 e 50% do intercâmbio exterior da China se realiza através de Hong Kong. Junto com Taiwan, Coreia do Sul e Singapura, Hong Kong é considerado membro dos *Quatro Dragões*, os novos países industrializados da Ásia Oriental.

<sup>3</sup>Setenta e sete por cento dos dois milhões e meio de habitantes da República de Singapura (de apenas 620km<sup>2</sup>) são de origem chinesa. E o chinês é um dos idiomas oficiais do país.

<sup>4</sup>A Asean está integrada por Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia. Formada em 1967, seu principal objetivo é acelerar o progresso econômico e o desenvolvimento social e cultural da região.

## A encruzilhada russa

A redefinição geopolítica da Ásia no pós-Guerra Fria incluiu um debate histórico da nação russa e das outras ex-repúblicas soviéticas em relação a se o perfil principal de sua identidade deve ser europeu ou asiático. Esta definição tem cobrado uma nova vigência a ser resolvida com prioridade dentro da agenda de questões estratégicas dessas repúblicas.

O atual governo russo não é estável. Bóris Yeltsin é muito mais um russófilo que um liberal. É um populista que assumiu sua atual posição sem convicção. O dirigente russo e seu grupo viram nos Estados Unidos uma forma de contrabalançar a influência alemã.

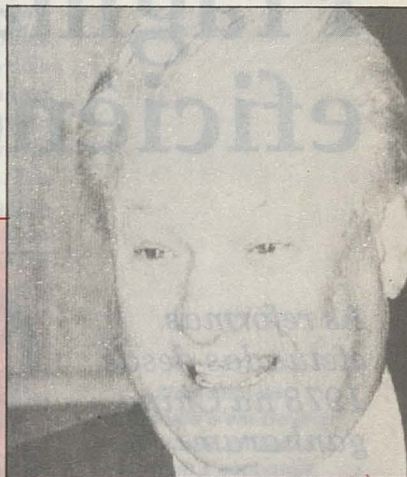
O abandono da Europa Oriental pela URSS teve uma influência decisiva na queda desses regimes. O que ocorreu não foi tanto um movimento de força interna desses países mas uma consequência da atitude da União Soviética que entregou tudo sem negociar. E, ao fazê-lo, a Alemanha começou a ganhar espaço. A partir de um certo momento, como consequência do avanço alemão, os dirigentes russos reagem, através de uma aliança com os Estados Unidos. Esta aliança tem entre seus componentes um certo conteúdo liberal (diferente do norte-americano de Reagan e Bush), mas no fundo é uma iniciativa de conteúdo antialemão.

Com as recentes mudanças nos Estados Unidos não está claro como os russos, os pseudoliberais russos, vão reagir. Já perderam a União Soviética e não têm o controle político da situação. Em um certo momento o prefeito de Moscou, e também o de Leningrado, como reação a um se-

tor muito estalinista que antes controlava aquelas cidades, contaram com forte apoio da população, que chegou a acreditar que a fórmula ultraliberal iria resolver seus problemas.

Mas hoje já não existem ilusões. Nem em Moscou nem em Leningrado. A sociedade russa se identifica mais com as posições da União Cívica do que com os setores que estão no governo. A União Cívica é uma força política de centro que se aproxima da social-democracia. Defende uma certa intervenção do Estado para garantir a assistência social e organizar a economia. A base principal do partido está no empresariado soviético, de origem burocrática, formado pelos dirigentes de empresas estatais, sobretudo das empresas de ponta, de alta tecnologia. Essas empresas estão vinculadas ao setor militar mas querem passar para o civil e não serem desestruturadas e liquidadas como é a tendência atual.

Um importante segmento da oficialidade militar soviética os apóia. Eles acham que é incorreta a postura europeizante e pró-norte-americana dos liberais. Para essa corrente, os atuais dirigentes russos têm se esquecido do Oriente. E consideram essa postura uma falta de perspectiva histórica, em um momento em que o Oriente é o grande pólo dinâmico da economia mundial e que a Rússia poderia projetar-se como uma grande força asiática.



Bóris Yeltsin





# Pragmatismo e eficiência

*As reformas efetuadas desde 1978 na China ganharam importância depois da desagregação da União Soviética, mostrando que, sem renunciar ao socialismo, é possível assegurar o crescimento econômico e o aumento do nível de vida da população*

Shi Min\*



O desmembramento soviético e a queda do Partido Comunista da ex-URSS provocaram grandes reações entre os chineses. Frente ao fato de que o primeiro país socialista do mundo, com 70 anos de história,

já não existe e que o PC soviético, fundado por Lenin, desapareceu, o povo chinês se pergunta se a China socialista continuará existindo sob a direção do PC e qual será o futuro do país.

As lições básicas que a China pode tirar da desintegração da URSS estão ligadas à necessidade de aprofundar a reforma econômica, ampliar a abertura para o exterior e acelerar a reconstrução da economia.

Alguns influentes políticos e intelectuais ocidentais afirmaram que o governo chinês seguiria o caminho soviético. Se a experiência da China e de outros países fracassar, o socialismo chegaria ao fim em todo o mundo. No entanto, os últimos acontecimentos desmentem esta versão. A China socialista continua estável e sua economia se recobrou depois de dois anos de retificação. O país segue avançando no caminho do socialismo. Como explicar este milagre?

Os chineses têm se perguntado como tirar ensinamentos do desaparecimento da URSS, e como fazer para que a causa do socialismo

se fortaleça e se identifique cada vez mais com a realidade de seu país.

Há políticos chineses que pensam estas questões em termos de luta ideológica. Acreditam que a URSS desmoronou porque não desenvolveu a luta de classes e a educação política e, também, por causa das limitações do modelo de *transição pacífica* imposto pelo Ocidente. Assim, segundo esta linha de pensamento, seria necessário incrementar a educação com urgência, no sentido oposto ao da transição pacífica, levando o debate a todo o partido e às massas. Aprofundar a luta de classes seria o único método capaz de proteger a China do abandono do socialismo.

No entanto, muitos outros dirigentes chineses entendem que, se seu país não tivesse empreendido as reformas que iniciou há dez anos e não tivesse administrado sua economia melhor do que o fez a URSS, não se teria mantido.

A reforma da economia e sua abertura ao exterior facilitaram o desenvolvimento e beneficiaram a população. Isto faz com que o PC chinês seja respeitado e o povo continue confiando no socialismo. Por isso a situação política chinesa é estável. A queda da URSS indica o fracasso do modelo soviético de economia centralizada e não a falência do socialismo. A China pode optar pelo socialismo porque fez uma reforma salarial, abandonou gradualmente a economia centralizada copiada dos soviéticos e porque soube identificar o socialismo com a realidade do país.

Além das razões econômicas, haveria muitas outras causas que levaram à queda da URSS. O partido não soube conciliar os princípios do marxismo com a realidade soviética. Muitos dirigentes eram corruptos e estavam afastados do povo, contribuindo para o desprestígio do partido. Muitas lideranças soviéticas copiaram cegamente modelos ocidentais de democracia e foram irresponsáveis na introdução de reformas econômicas, perdendo o controle e provocando um maior descontentamento social.

A razão fundamental do fracasso, no entanto, continua sendo econômica. A economia soviética perdeu espaço em competência com relação às economias ocidentais e a melhoria do nível de vida do povo soviético não pôde materializar-se. Os paupérrimos resultados da gestão econômica nacional na ex-URSS resultam não somente dos gastos militares mas também de um sistema e de uma estrutura econômica rígidos. A propriedade estatal se estendeu desnecessariamente, criando ineficiência.

Uma das grandes lições que a queda da URSS deixou é a necessidade de aderir às re-



## CAPA

### ÁSIA

formas e de acelerar o crescimento econômico, para provar que o socialismo pode florescer para sempre. A reforma econômica da China pode ser considerada como uma segunda revolução. Seu objetivo é terminar com a escassez herdada da aplicação do modelo soviético de planificação centralizada e promover o desenvolvimento das forças produtivas e o progresso social através da plena utilização dos mecanismos de mercado. Assim, eleva-se globalmente a força da nação e o nível de vida do povo.

### 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA

O processo de abertura da economia na China começou em 1978. E está sendo aprofundado desde a primavera de 1992, quando – em consequência do discurso de Deng Xiaoping em sua visita às províncias do sul – uma nova onda de reformas econômicas começou a ser aplicada.

A meta é a transformação do sistema centralizado num modelo de mercado socialista. Uma resolução da Sétima Assembléia do Povo, de 3 de abril de 1992, estabelece que “para acelerar as reformas todos os obstáculos devem ser removidos. É necessário que nos cuidemos com relação à direita, mas mais importante é estarmos alertas contra a esquerda. Devemos saber incorporar as conquistas da civilização e assimilar os métodos de gestão mais avançados do mundo moderno para poder estabelecer um sistema econômico socialista de grande vigor e alcançar uma maior abertura no exterior”.

Os resultados das reformas podem ser comprovados em dois pontos principais:

1) uma acentuada descentralização administrativa e de gestão nos governos, em níveis diferentes de responsabilidade (acompanhada do uso de recursos econômicos, jurídicos e administrativos destinados a fortalecer o controle e a regulamentação indiretos);

2) a redução drástica da área de planejamento e de gestão do Estado.

Ao mesmo tempo se ampliou muito o alcance da planificação não-obrigatória e a regulamentação autônoma do mercado. Como resultado, a economia cresceu rapidamente. O aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) subiu em média 6,1%, entre os anos de 1953 e 1977, e 8,6% ao ano entre 1978 e 1991. Antes das mudanças, a economia chinesa levou 20 anos para aumentar a colheita de grãos de 200 para 300 milhões de toneladas.

O aumento médio da produtividade social antes das reformas era de 3,6%. Depois, cresceu ao ritmo de 6,2%. Em 1991, o PNB chinês

cresceu 7% e em 1992 12%. Um crescimento muito maior do que o dos países industrializados e não superado por nenhuma outra nação.

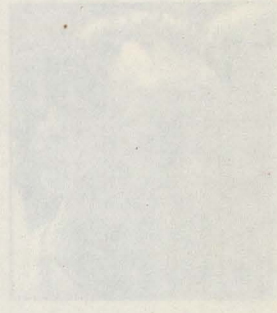
Durante os 25 anos anteriores às reformas, o consumo urbano crescia em 2% anuais, enquanto que depois delas foi de 6% a cada ano.

### A REFORMA NO CAMPO

As mudanças no setor agrícola têm dois aspectos principais. Primeiro, foram suprimidas as chamadas *comunas populares*, que tinham um sistema de três formas diferentes de propriedade, com predomínio marcante dos produtores, com uma administração integrada do Estado e uma gerência comunal.

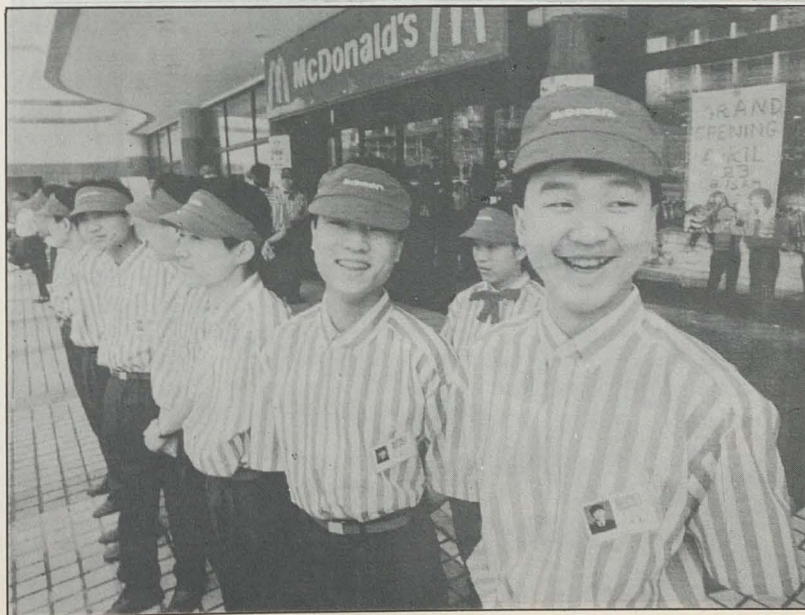
A reforma separou a administração governamental da gestão econômica das unidades agrícolas, e estabeleceu uma gerência de dois níveis, cujos componentes principais são o Sistema de Responsabilidade por Contrato Familiar baseado na propriedade coletiva da terra e outros meios de produção agrícola. Em segundo lugar, se pôs fim à política de monopólio estatal das compras e comercialização de todos os produtos agrícolas. Só alguns, os grãos, por exemplo, ficaram regulados por contratos de compra garantidos pelo Estado.

Em terceiro lugar, se estabeleceu uma política de preços mais flexíveis. Muitos preços foram liberados para expandir a influência do jogo livre do mercado. Em quarto lugar, foi incentivada a criação de indústrias, comércios, construções e transportes nas zonas rurais, para fortalecer a economia local.



Deng Xiaoping e Zhao Ziyang, dois líderes que cooperaram a convergência entre o socialismo e o capitalismo.

**Uma filial do McDonald's em Beijing: os líderes chineses abriram a economia, mas reivindicam o socialismo**





Em quinto, se desenvolveu ao máximo a economia de escala em cada região, de acordo com as possibilidades de cada área, e se estabeleceu um sistema de serviço social rural.

Resultado: foi alcançado o auto-abastecimento no consumo de grãos, com 435 milhões de toneladas em 1991. Houve um crescimento médio da economia agrícola de 5,8% depois da reforma, contra 2,7% no período anterior. É preciso levar em conta que a China tem 7% do total das terras cultiváveis do mundo e 22% da população mundial.

### INDUSTRIALIZAÇÃO RURAL

O incentivo a empresas industriais nas áreas rurais fez com que a produção não-agrícola fosse superior em valores e serviu para absorver os excedentes de mão-de-obra não-ocupada no campo, mudando a estrutura econômica dessas regiões. O número de empresas em pequenos povoados, controladas por comunas ou gerenciadas por proprietários individuais cresceu de algumas dezenas de milhares em 1978 para 18,6 milhões em 1991, em sua maioria não-estatais. Os trabalhadores empregados passaram de 100 mil em 1978 para 93 milhões em 1991, dos quais 45 milhões em empresas administradas pelas autoridades de cidades e vilas. As empresas radicadas nas regiões agrícolas seguiram o princípio que diz: *deixar de trabalhar no campo não implica em abandonar o lugar*. Assim, empregaram 90% da mão-de-obra excedente

**Uma política de preços mais flexível e o uso da economia de escala favoreceram o desenvolvimento da produção agrícola**



do trabalho agrícola, eliminando a migração para as cidades e o perigo de criar favelas urbanas. Assim, evitou-se a deterioração do nível de vida e da qualidade ambiental das grandes cidades.

Os ganhos econômicos dos camponeses aumentaram e melhorou muito sua qualidade de vida. A renda *per capita* dos trabalhadores agrícolas subiu de 134 *yuan* (a moeda chinesa), em 1978, para 710 *yuan*, em 1991, a uma média de 9% anual, deduzida a inflação. O consumo por família, no mesmo período, aumentou 8% cada ano. A quantidade de pessoas que vivem abaixo do nível de pobreza nas áreas rurais da China (menos de 200 *yuan* de renda), diminuiu de 200 milhões em 1970 para 40 milhões, em 1991.

### A REFORMA NA INDÚSTRIA

A transformação industrial chinesa se baseia principalmente em manter a propriedade pública das empresas, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento de outros tipos de propriedade não-estatal. Estes últimos são os sistemas de propriedade coletiva, privada e individual e os três tipos de investimentos estrangeiros.

Antes de 1987, esta reforma estava dirigida principalmente ao ajuste das relações de distribuição entre o Estado e as empresas, através de medidas como a retenção dos lucros. Outorga-se a mesma responsabilidade econômica, pelas perdas e pelos ganhos, aumentando a autonomia para as áreas de produção e gerência, estabelecendo muitas formas de responsabilidade horizontais entre as empresas.

Entre 1988 e 1990, se criou um sistema de responsabilidade por contrato de gerência, em escala nacional, que permitiu a formação de conglomerados econômicos. Estimulou-se a fusão de empresas e se estabeleceu um sistema que permitiu *separar os impostos dos lucros*. Em 1991, a ênfase da reforma industrial foi colocada na transformação dos sistemas de gerência das empresas estatais, principalmente das grandes e médias, para facilitar sua entrada na economia de mercado.

O resultado foi uma nova estrutura de propriedade industrial, baseada na coexistência da propriedade do Estado, propriedade coletiva, a propriedade privada e individual e propriedade estrangeira. No saldo total da produção industrial de 1990, o Estado e as empresas coletivas contribuíram com 54,5% e 35,7%, respectivamente, e as firmas de propriedade individual, privada e estrangeira produziram o restante, 9,8%. Esta estrutura



no setor industrial manifesta claramente a importância da propriedade pública e sua contribuição ao desenvolvimento das forças produtivas.

A transformação da gestão nas empresas começou a ser aplicada em grande escala. Mais de mil empresas estatais, grandes e médias, passam por este processo de transformação dos mecanismos de gestão. Trata-se de modificar as relações de trabalho e a distribuição da renda, para introduzir mecanismos de competição e de risco. *O que é superior prevalece e o que é inferior desaparece* dentro das empresas, de tal forma que os quadros de gerência podem ser promovidos ou afastados. Os trabalhadores podem ser contratados e despedidos e os salários diminuídos ou aumentados. O problema principal é a falta de seguridade social para os trabalhadores (principalmente para os desempregados, para quem a subsistência é difícil).

#### AUTONOMIA DE DECISÃO

A autonomia empresarial para definir planos de produção e gestão tem sido muito ampliada. As empresas do Estado têm atualmente mais liberdade para planejar e comprar matérias-primas. A autonomia de decisão também tem sido ampliada a pesquisas de mercado, política de preços, distribuição de salários e bônus, contratação e dispensa de pessoal.

Desta forma superou-se o sistema anterior, no qual as empresas atuavam como agências de execução da administração governamental. Em termos gerais, no entanto, as firmas ainda não chegaram às metas de autonomia fixadas pela Lei das Empresas. Muitas mostram baixos índices de eficiência e um terço das estatais dão prejuízo.

A tarefa de formar grandes conglomerados de empresas e de introduzir o sistema de ações junto com o princípio de "separar os impostos dos lucros" está em etapa experimental. Atualmente, existem mil empresas deste tipo, das quais 341 dão grandes lucros. Desde fins de 91, muitas empresas deficitárias foram transformadas, associadas com outras, fechadas ou liquidadas. Atualmente, em toda a China (excluídas as empresas estrangeiras e municipais) existem 3.200 firmas que introduziram o sistema de ações. Mais da metade delas são do ramo industrial e a maioria do capital acionário foi distribuída entre os trabalhadores da própria firma. As empresas com capital acionário aberto ao público são só 69 (2% do total) mas trata-se, geralmente, de grandes empresas.

O sistema global de preços, antes totalmente centralizado, foi transformado em três tipos de preços: os fixados pelo Estado, os apenas orientados pelo Estado e os de mercado.

Estabeleceram-se quatro medidas básicas para modificar o sistema:

1) aumento generalizado dos preços agrícolas;

2) liberalização da maior parte dos preços agrícolas (exceto grãos e óleos vegetais para os moradores das cidades) para eliminar a antiga situação na qual havia altos preços para comprar e preços baixos para vender, com grandes subsídios do governo;

3) liberação dos preços de mercadorias de escasso valor (desde 1983) e preços de bens industriais para consumo (excluídos do sistema de preços controlados desde 1985);

4) regulamentação dos preços dos meios de produção (bens de capital) por um sistema de dupla liberação e controle. Os meios de produção mais importantes permaneceram no sistema de duplo controle (preços oficiais e de mercado) e, desde 1989, gradualmente, a dupla regulamentação foi substituída pela regulamentação simples (a dos preços de mercado).

Isto eliminou parcialmente as distorções existentes nos preços dos produtos agrícolas, atendendo às reivindicações dos camponeses e impulsionando o desenvolvimento do setor. Simultaneamente, na indústria, os preços dos produtos manufaturados e dos insumos subiram substancialmente, beneficiando o desenvolvimento das indústrias básicas e reduzindo o atraso relativo.

Em 1991 os preços do petróleo, cobre e carvão, todos insumos de abastecimentos planejados, foram aumentados em 20, 18,7 e 10% respectivamente. Os preços do transporte, os serviços postais e outros serviços foram aumentados em níveis relativamente altos. E antes, entre 1979 e 1990, os transportes ferroviários, rodoviários, transporte de água potável e a aviação civil foram duplicados.

Outras reformas estruturais modificaram o sistema de circulação de mercadorias para permitir a formação do mercado e reestruturar a regulamentação macroeconômica, objetivando o melhor aproveitamento da economia de escala. Os investimentos, o financiamento de projetos estratégicos e de pequenos e médios projetos com participação de capital privado, e os sistemas financeiro e tributário também foram objeto de grandes modificações.

\*Vice-diretor do Instituto de Estudos Ásia-Pacífico da Academia de Ciências Sociais da China. Este artigo é uma versão adaptada do trabalho apresentado pelo autor no "Simpósio Internacional sobre os Desafios do Terceiro Mundo nos Anos 90 e como Enfrentá-los", realizado em novembro de 1992 em Beijing.



**Deng Xiaoping e Mao-Tsé-Tung: dois líderes que recuperaram a dignidade do povo chinês**



# Sistema carcerário: problemas e soluções



**Marcelo Monteiro**

O sistema penitenciário brasileiro possui 51.638 vagas para detentos condenados ou que aguardam julgamento em 298 unidades penais e centenas de delegacias policiais. O censo carcerário brasileiro realizado pelo Ministério da Justiça revelou que, até outubro de 1992, 124.638 pessoas estavam encarceradas nas unidades penais e policiais brasileiras (143% a mais que o total de vagas). Por proporção, 61 presos estão confinados em celas onde somente deveriam estar 25 pessoas. A situação somente não é mais grave porque existem hoje no Brasil mais de 175 mil mandados de prisão não-cumpridos.

A superlotação não é o único problema do sistema carcerário brasileiro. O índice de 75% de reincidência criminal de ex-presos, a taxa de 20% de presos portadores do vírus da Aids em algumas prisões, a média de duas rebeliões diárias nos presídios e delegacias do país e a influência de grupos criminosos em algumas unidades completam o quadro de degradação do sistema penitenciário no Brasil.

Especialistas da área penitenciária

*Superlotação e ociosidade ainda são a regra geral. Mas experiências como a da colônia agrícola de Magé (RJ), onde a co-gestão reduziu as fugas a zero, e a de São José dos Campos (SP), que diminuiu em 96% a reincidência de crimes e ganhou um prêmio internacional, apontam saídas*

ouvidos por cadernos do terceiro mundo concordam que a utilização mais frequente de sanções alternativas às penas de detenção e reclusão poderia reduzir a superlotação nas unidades penais e policiais. A construção de presídios em cidades do interior dos estados, e não só nas capitais como é comum hoje, e a melhoria das condições de vida das populações marginalizadas também seriam medidas que poderiam combater as deficiências do sistema carcerário brasileiro, para os especialistas.

Os responsáveis por infrações não-violentas poderiam ser punidos, na opinião dos especialistas, com penas de prestação de serviços à comunidade, pagamento de multas, recolhimento à prisão somente nos fins de semana, e interdição temporária de direitos (como proibição de exercício de determinada função e suspensão da carteira de motorista).

Poderiam ser dispensados da prisão os responsáveis por furtos, estelionato, delitos de trânsito, crimes eleitorais, peculato, lesões corporais leves e calúnia. Segundo a diretora do Departamento do Sistema Penal (Desipe), Juliana Lemgruber, 24% dos detentos do Rio



## A PENA E A LEI

de Janeiro estão na prisão em virtude de delitos não-violentos. Em 1988, 11,5% dos detidos estavam encarcerados por terem praticado furtos.

O jurista Evandro Lins e Silva, presidente da comissão criada pelo governo federal para a reformulação do Código Penal, acredita que o punição de delitos não-violentos com penas alternativas deverá ser aprovada pelos membros da comissão. A aprovação da pena de morte é descartada pelo jurista.

O secretário-executivo da Comissão de Direitos Humanos da Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Antônio Carlos Berenhauer, defende o uso das penas alternativas e o aumento do número de oficinas de trabalho nos presídios. Hoje, 90% dos presos não exercem qualquer atividade produtiva voltada para a reintegração à sociedade. A ociosidade e a superlotação provocam os conflitos frequentes nas instituições penais e a taxa de reincidência criminal de presos. Em 2 de outubro de 1992, 111 presos foram mortos na Casa de Detenção, em São Paulo, após a invasão da unidade pela PM para tentar debelar um conflito entre os detentos.

Berenhauer condiciona a instalação de oficinas nas unidades penais à garantia de fiscalização da atividade pela administração do presídio, impedindo a privatização total dos serviços penitenciários. Para Berenhauer, o Estado tem a obrigação legal de ser responsável pelos presos.

Segundo Carlos Raymundo Cardoso, juiz da 11ª vara criminal do Fórum do Rio de Janeiro e juiz-titular da vara de execuções penais do Rio até o final de 1992, a proposta de privatização total dos serviços penitenciários contraria a Constituição, que define que a execução da pena é função exclusiva do Estado.

O projeto de privatização dos serviços penitenciários elaborado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça prevê a

adoção da gestão mista nas instituições penais. O estado seria responsável pela administração e segurança das unidades e a iniciativa privada, pela construção, manutenção, instalação de oficinas de trabalho remunerado e alimentação dos detentos.

As empresas seriam escolhidas através de licitações públicas. A proposta permite o repasse de recursos do governo federal ou estadual, na fase inicial da parceria, ao grupo privado "para o atendimento de despesas emergenciais relacionadas com a manutenção dos detentos de forma decente, excluídos os gastos de gerenciamento".

O projeto está sendo analisado no Congresso Nacional. O presidente da Comissão de Defesa Nacional da Câmara Federal, José Augusto Curvo (PL/MT), defende a proposta argumentando que, com a privatização dos presídios, o Estado reduziria seus gastos com o sistema prisional. Cada preso custa três salários-mínimos mensais aos governos estaduais.

O secretário de Justiça do estado do Rio, Nilo Batista, rejeita a proposta de privatização completa dos serviços penitenciários. Nilo teme que organizações criminosas possam se tornar sócias majoritárias de uma unidade penal. Carlos Raymundo Cardoso acredita que, com a aprovação do projeto, o trabalho nas prisões deixaria de ter o caráter pedagógico previsto na Lei de Execuções Penais e passaria a visar exclusivamente à obtenção de lucro.

A diretora do Desipe garante que o governo do estado do Rio não vai adotar a proposta de privatização das unidades penais. Segundo Julita Lemgruber, o governo estadual defende a realização de convênios com empresas privadas para que os presos possam desenvolver atividades produtivas nos presídios, desde que o governo escolha as empresas e fiscalize o cumprimento do acordo.

O Desipe firmou contrato com a empresa ABC Teleinformática, permitindo que as detentas do Instituto Talavera Bruce, em Bangu, fabriquem componentes eletrônicos de telefonia. A empresa paga a cada presa participante do convênio 75% do salário-mínimo, valor previsto na Lei de Execuções Penais. A interna recebe 70% do dinheiro, 20% são destinados ao estado para a manutenção da unidade e 10% são reservados ao pecúlio, que poderá ser resgatado pela detenta no término da pena. As presas também são beneficiadas com a diminuição da pena, que é reduzida em um dia a cada três dias de trabalho. Vêm sendo mantidos contatos com empresários filiados à Associação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas (Flupeme) para a assinatura de convênios entre o Desipe e empresas de pequeno e médio portes.

Apesar dos bons resultados alcançados por empresas que firmaram acordos com o Desipe, ainda existe preconceito de empregadores em relação à mão-de-obra do preso e do ex-presos. Segundo o advogado Antônio Carlos Bere-



O lazer é muito importante na recuperação dos presos



nhauser, ex-presidiários encontram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho por terem passado pela prisão.

Além do incentivo ao trabalho dos presos nas unidades de detenção e da redução do uso da pena de privação de liberdade, Berenhauser defende a construção de prisões regionais com capacidade máxima de 400 vagas. Para o advogado, a transferência do infrator da cidade de origem para um município distante dificulta a possibilidade de reintegração do preso e da visitação de familiares.

O estado do Rio tem 24 unidades penitenciárias, sendo seis fora do município do Rio: Niterói (Ferreira Neto, Edgar Costa e Romeiro Neto), Campos (presídio do norte-fluminense), Ilha Grande (Cândido Mendes) e a colônia agrícola de Magé.

O juiz da 11ª vara criminal do Rio critica a centralização das unidades penais na capital do estado, fator que dificulta a reintegração do ex-presos na sociedade. Carlos Raymundo Cardoso propõe que sejam construídas unidades penais nas regiões do Vale do Paraíba, dos Lagos, Serrana, duas unidades na Baixada Fluminense e a ampliação do presídio de Campos, com a construção da ala feminina. A Secretaria de Justiça do estado do Rio alega que encontra resistência das comunidades do interior do estado, que não aceitam a construção de penitenciárias nos municípios.

Nas 24 unidades penais do Rio de Janeiro estão presas 8.503 pessoas e 5.000 estão recolhidas às celas de delegacias policiais. Originalmente, as celas das delegacias deveriam abrigar apenas pessoas que aguardam julgamento, mas isso não acontece pelo déficit de vagas nas unidades penais.

O Ministério da Justiça calcula que seriam necessários pelo menos Cr\$ 1,5 trilhão para acabar com o déficit de vagas no sistema penitenciário. O juiz Carlos Raymundo Cardoso reconhece que o governo tem dificuldade em investir no sistema carcerário porque precisa destinar os recursos prioritariamente para as áreas sociais (saúde, educação, habitação e saneamento básico). Cardoso acredita que a situação crítica das unidades penais brasileiras somente poderá ser completamente alterada com a melhoria das condições

básicas de vida da população e com a redução da miséria no Brasil, causa direta da violência.

Apesar da dificuldade para a obtenção de recursos para investimento no sistema penitenciário, o governo do estado do Rio inaugurou no dia 13 de novembro no Instituto Penal Ferreira Neto o I Pólo de Costura Industrial. Cerca de 70 detentos trabalham de segunda a sexta, das 8h30min às 16h, na confecção de uniformes e fardas para o Corpo de Bombeiros e para a Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro (Conerj). Os internos recebem

*Em São José dos Campos, o presídio tem 650 detidos e nenhum guarda. Os presos fazem a faxina, a comida e a segurança*

mensalmente 70% do salário-mínimo e ganham adicional de produtividade. Os presos também são beneficiados com a redução da pena, na proporção de três dias trabalhados para um descontado da pena. A unidade deverá ampliar em 1993 a capacidade de produção, fornecendo uniformes para outros órgãos da administração pública e empresas privadas.

O governo estadual liberou também Cr\$ 5,8 bilhões para a reforma do presídio Evaristo de Moraes, próximo à Quinta da Boa Vista. As obras em Bangu II prosseguem, com a criação prevista de 576 vagas. A construção está atrasada, segundo o Desipe, devido à lentidão no repasse de recursos do governo federal.

Outro problema do sistema carcerá-

rio brasileiro é a dificuldade do acompanhamento do cumprimento das penas. A verificação da possibilidade da progressão de regime e a libertação imediata de presos com penas já vencidas poderiam reduzir a superlotação das unidades penitenciárias. O estado do Rio tem apenas uma vara de execuções penais para o acompanhamento de todos os processos do estado, provocando acúmulo de trabalho e dificuldade de acompanhamento das ações.

O juiz Carlos Raymundo Cardoso enviou à presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro projeto de criação de uma vara de execuções penais em Campos, que teria competência para acompanhar os processos das regiões norte e nordeste do estado. A proposta está sendo analisada pela Comissão Legislativa do Tribunal de Justiça do Rio.

O acompanhamento dos processos dos presos também é prejudicado pelo número insuficiente de assistentes jurídicos do Desipe. Julita Lemgruber lembra que cada unidade deveria contar com um defensor público, mas isso não ocorre porque a Defensoria Pública alega que não tem defensores para a prestação do serviço.

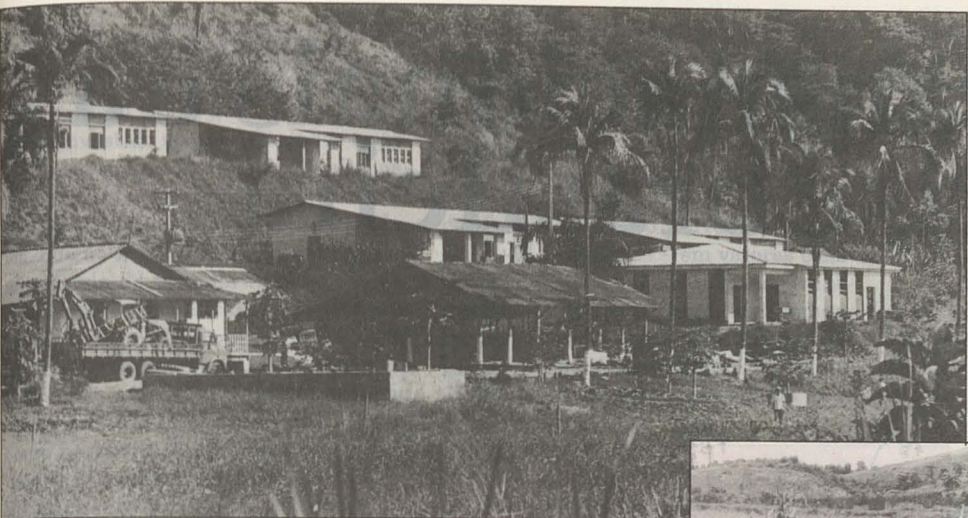
A deficiência poderá ser reduzida em 1993. A Seccional Rio da OAB assinou em 1º de dezembro de 1992 convênio com a Secretaria de Justiça do estado para que 44 estagiários do Escritório Modelo da OAB-RJ possam prestar assistência jurídica gratuita aos detentos. A data de início do convênio ainda não foi definida.

O atendimento médico aos detentos também não é o ideal nos presídios brasileiros. Os presos ficam sujeitos a doenças respiratórias, causadas pela ventilação deficiente nas celas, e a problemas ósseos, de pele e articulação, provocados pelo pequeno período de exposição ao sol em determinadas unidades penais. Muitos detentos apresentam pressão alta em virtude da tensão existente dentro das celas e da ociosidade.

A promiscuidade nos presídios também facilita a contaminação dos presos com o vírus da Aids. Em São Paulo, dois novos casos de presos contaminados e uma morte de infectados são registrados diariamente. Em 1989, 12% dos detidos nas unidades do Desipe no Rio eram portadores do vírus HIV. Segundo



## A PENA E A LEI



verificamos que o fluxo mensal  
é negativo de US\$ 1,2  
bilhões. O balanço de in-  
teresse direto (incluindo re-  
missões) foi positivo de  
US\$ 1,1 bilhão, na década seguinte  
o fluxo de US\$ 1,2 bilhão

Na colônia de Magé, a administração é dividida com representantes de presos e seus familiares, funcionários e comunidade



a promotora Paolina Leone, dados extra-oficiais informam que atualmente 20% dos 8.503 presos do Rio podem estar contaminados.

O Desipe acertou um convênio com a Organização Não-Governamental (ONG) Núcleo de Orientação de Saúde Social (Noss) para o trabalho de prevenção da Aids nos presídios fluminenses. Os educadores da ONG distribuem preservativos aos presos e os orientam sobre as formas de contágio e prevenção.

O Desipe também está organizando um programa especial de prevenção da Aids nas unidades prisionais do estado sob a coordenação do médico Carlos Alberto Moraes de Sá, diretor do Centro de Referência Nacional em Aids do Hospital Grafrée e Guinle. O projeto prevê a reforma e a ampliação das instalações do Hospital Penal de Niterói e da melhoria do atendimento no Hospital Central Penitenciário.

Apesar de todos os problemas e deficiências do sistema penitenciário brasileiro, uma unidade penal do Brasil recebeu em setembro de 1992 em Seul (Coreia do Sul) o prêmio Restorative Justice Award. O presídio de São José dos Campos, em São Paulo, foi considerado uma unidade modelo pela *Prison Fellowship International*, órgão da ONU. A unidade é administrada pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) e consegue impedir que 96% dos detentos voltem a cometer delitos. A média internacional de reincidência criminal é de 70%.

O presídio abriga 650 detentos e nenhum guarda ou carcereiro. Os presos são responsáveis pela faxina, cozinha e

segurança do presídio. A unidade é sustentada por 300 voluntários, que são espécies de padrinhos de determinados presos. O estado de São Paulo arca apenas com o fornecimento de água, luz e da alimentação dos internos. Os presos frequentam aulas de alfabetização, supletivo e têm acesso à assistência médica, odontológica, jurídica e psicológica prestada pelos voluntários.

A iniciativa da Apac está reduzindo também a taxa de criminalidade em São José dos Campos. O índice de ocorrências policiais na cidade é 30% inferior ao de cidades próximas, apesar do aumento da taxa de desemprego no município com a crise da Embraer e das indústrias de armamentos.

O modelo de administração comunitária da Apac está sendo exportado. O governo do Equador deverá implantar administrações comunitárias em presídios de Quito, Guayaquil e Cuencas. Outros 19 países demonstraram interesse na aplicação do sistema, como os Estados Unidos, através da prefeitura de Miami, Escócia e Rússia.

No sistema penitenciário do Rio, uma experiência que vem alcançando bons resultados no sistema penitenciário é o modelo de co-gestão administrativa implantado na colônia agrícola de Magé. O diretor da unidade, o advogado Fernando Antônio da Silva, divide a administração da colônia com um conselho deliberativo formado por repre-

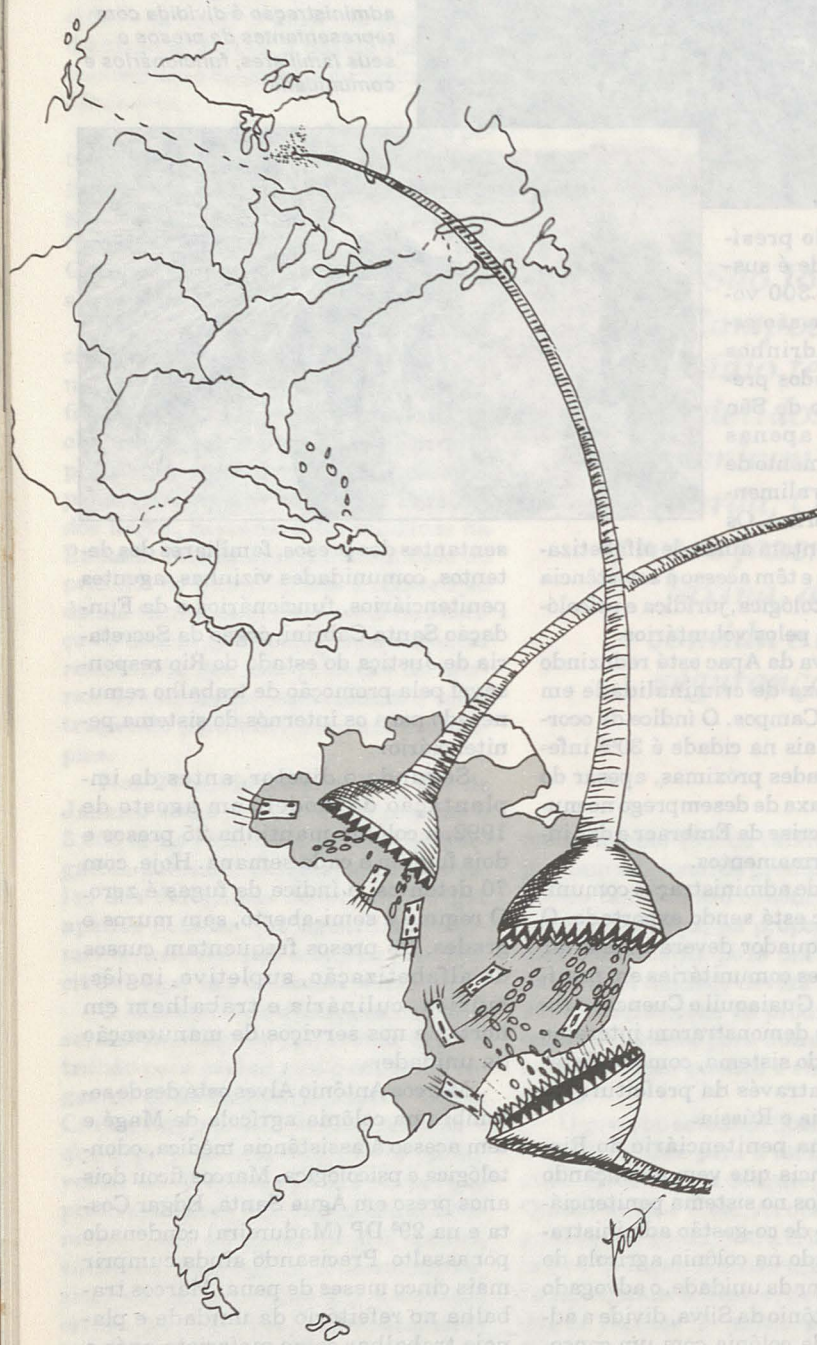
sentantes dos presos, familiares dos detentos, comunidades vizinhas, agentes penitenciários, funcionários e da Fundação Santa Cabrini, órgão da Secretaria de Justiça do estado do Rio responsável pela promoção de trabalho remunerado para os internos do sistema penitenciário.

Segundo o diretor, antes da implantação do modelo em agosto de 1992, a colônia mantinha 25 presos e dois fugiam a cada semana. Hoje, com 70 detentos, o índice de fugas é zero. O regime é semi-aberto, sem muros e grades. Os presos frequentam cursos de alfabetização, supletivo, inglês, música, culinária e trabalham em hortas e nos serviços de manutenção da unidade.

Marcos Antônio Alves está desde setembro na colônia agrícola de Magé e tem acesso à assistência médica, odontológica e psicológica. Marcos ficou dois anos preso em Água Santa, Edgar Costa e na 29ª DP (Madureira) condenado por assalto. Precisando ainda cumprir mais cinco meses de pena, Marcos trabalha no refeitório da unidade e planeja trabalhar como motorista após a liberdade.



# As transnacionais e a crise brasileira



**A**s empresas transnacionais têm uma presença muito importante na economia brasileira, principalmente no setor industrial. A sua atuação tem gerado conflitos com os diferentes governos, mas geralmente elas conseguem impor as suas posições. No artigo que publicamos com exclusividade, são avaliados os fatos que fazem com que as transnacionais tenham extraordinário poder econômico e político no nosso país. Que fatos marcantes têm caracterizado a presença delas no Brasil nos últimos anos?



Reinaldo Gonçalves\*

**A**s empresas transnacionais controlam cerca de 11% do capital investido no país. Os dados registrados no Banco Central mostram um estoque acumulado da ordem de US\$ 40 bilhões. Cabe destacar, todavia, que no setor de maior dinamismo — a indústria de transformação —, os dados disponíveis mostram que as empresas controlam 32% da produção, 23% do emprego e 25% do capital. Em alguns segmentos existe uma predominância absoluta de transnacionais, como na borracha, fumo, indústria farmacêutica e automobilística. Os segmentos industriais com maior dinamismo não fogem à regra, e se caracterizam por uma forte presença desse tipo de empresa, com papel de liderança de mercado, como na mecânica, material elétrico, plásticos e química.

A presença de transnacionais no comércio exterior brasileiro também é muito expressiva. Elas responderam por 44% das exportações totais de manufaturados em 1990, segundo dados das Nações Unidas. É inegável que o Brasil apresenta uma das economias mais internacionalizadas do mundo, com uma legislação sobre o capital estrangeiro considerada relativamente liberal por especialistas nacionais e internacionais.

**Experiências fracassadas** — Na última década, o Brasil vem passando por uma crise econômica profunda, que resultou, entre outras coisas, num aumento da miséria e da violência, degradação do tecido social e deterioração do aparelho produtivo, além da pilhagem do Estado. Este longo período de crise econômica iniciou-se em 1981, com um programa ortodoxo de ajustamento inspirado pelo receituário monetarista, tendo a sociedade sofrido com diversos experimentos fracassados de ajustamento e estabilização.

Como capitalismo, poder econômico e desigualdade são variáveis de uma mesma equação, os grandes grupos privados nacionais foram capazes de contornar a crise e realizar importantes lu-

ros durante a “década perdida” através, principalmente, do exercício do poder econômico (ver *cadernos do terceiro mundo*, nº 156).

Com relação às empresas transnacionais, os fatos ficam particularmente evidentes quando a “década perdida” é confrontada com o período anterior (1971-81). Os dados — em valores constantes de 1990 — mostram que as transnacionais reduziram significativamente seus investimentos no Brasil nos dez anos que correspondem ao período 1982-91, isto é, após a eclosão da crise

messas, verificamos que o fluxo médio anual tornou-se negativo (de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,0 bilhão). Enquanto no período 1971-81 o fluxo total de investimento externo direto (entrada-repatriamento-remessas) foi positivo de US\$ 13,4 bilhões, na década seguinte este fluxo é negativo de US\$ 10,2 bilhões.

Os defensores mais apressados do capital estrangeiro argumentariam que este total para toda a década é irrisório, quando comparado com o pagamento do serviço da dívida externa, já que as empresas transnacionais enviaram ao exterior durante toda uma década o equivalente ao pagamento médio anual de juros da dívida externa.

Os advogados do capital estrangeiro também argumentam que devemos levar em consideração a entrada de recursos através da conversão da dívida externa, que aumentou, principalmente a partir de 1988, mas que se reduziu logo em seguida. De fato, o valor da conversão de dívida em investimento tem um aumento médio anual de mais de dez vezes, passando de US\$ 63 milhões para US\$ 651 milhões na última década. Ocorre que, mesmo considerando a conversão, o quadro não se altera: houve a redução de um fluxo médio anual positivo de US\$ 1,3 bilhão para um fluxo negativo de

US\$ 367 milhões no período 1982-91.

Naturalmente, as transnacionais não remeteram todo o lucro obtido, visto que uma fonte importante de financiamento das suas atividades é o reinvestimento de lucros obtidos no país. A crise econômica significou uma queda dos reinvestimentos, uma vez que as oportunidades de lucro diminuíram. Houve uma queda de 30% do fluxo médio anual de reinvestimentos por parte das empresas transnacionais quando as duas décadas são comparadas (os reinvestimentos caem de um pouco mais de US\$ 1 bilhão para algo como US\$ 724 milhões anuais).

**Massa de lucros cresce** — A soma dos lucros remetidos e dos reinvestimentos dão uma idéia da

*As transnacionais reduziram significativamente seus investimentos no Brasil nos dez anos que correspondem ao período 1982-91, isto é, após a eclosão da crise da dívida externa. Por outro lado, os fluxos de repatriamento duplicaram*

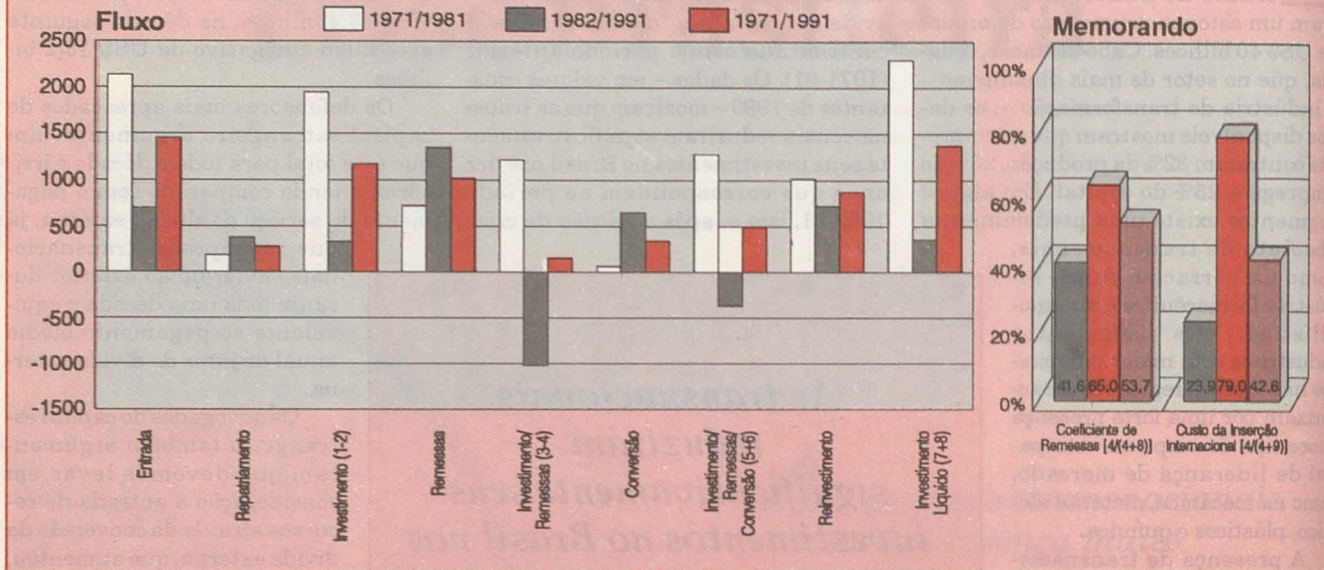
da dívida externa. De fato, o fluxo de entrada de investimento externo direto durante esta década correspondeu à terça parte do fluxo médio observado no período 1971-81. Por outro lado, os fluxos de repatriamento duplicaram. Daí, o fluxo líquido (a diferença entre entradas e saídas) na década 1982-91 representou a sexta parte do fluxo líquido na década anterior. Ou seja: a queda foi de um total de US\$ 21,4 bilhões em 1971-81 para US\$ 3,3 bilhões em 1982-91.

Houve também um aumento significativo das remessas de lucros e dividendos para o exterior, que passaram de US\$ 8 bilhões para US\$ 13,5 bilhões durante a “década perdida”. Assim, se do fluxo líquido de investimento externo direto subtrairmos as re-



## Empresas transnacionais no Brasil

Média anual dos fluxos de capital  
(em milhões de dólares)



massa total de lucro líquido das transnacionais. Cabe destacar dois aspectos importantes. O primeiro é que houve um aumento muito significativo da parcela do lucro líquido que foi mandado para as matrizes. Este coeficiente de remessa aumentou de 42%, no período 1971-81, para 65% no período 1982-91, ou seja, mais de 50% durante a "década perdida".

O segundo aspecto a destacar é que a massa de lucro das empresas transnacionais no Brasil aumentou entre as duas décadas, passando de US\$ 19,1 bilhões para US\$ 20,7 bilhões. Isto ocorre, naturalmente, como resultado da acumulação de capital realizada durante a década, a despeito da queda das taxas médias de lucro nos anos de recessão. Na realidade, a taxa média de lucro das transnacionais caiu de 11,2% no período 1971-81 para 6,9% no período 1982-91.

Considerando-se, então, todos os fluxos de entrada e saída de recursos de investimento (inclusive, conversão e reinvestimentos), verifica-se que houve uma queda abrupta entre as duas décadas. Isto é, o fluxo médio de investimento externo direto na "década perdida" representou 1/6 do fluxo médio na década anterior - de US\$ 2,3 bilhões anuais para cerca de US\$ 350 milhões. Os da-

dos mostram ainda a existência de tendências de recuo das empresas, principalmente pela redução dos fluxos de entrada e de aumento do repatriamento de capital e das remessas de lucros.

Alguns dados recentemente publicados pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos reforçam estes argumentos e incluem informações para 1992. Segundo esta fonte, a participação do Brasil nos gastos totais de investimento das subsidiárias majoritárias de transnacionais norte-americanas caiu de 3,9%, nos subperíodos 1976-78 e 1981-83, para 2,9% em 1990-92. Considerando-se somente o setor industrial, a queda correspondente foi de 7,6% para 5,0%. Em outras palavras, no período de crescimento (1976-78), e mesmo durante a recessão (1981-83), quando uma empresa transnacional norte-americana realizava seus planos de investimentos industriais, para cada US\$ 1 bilhão ela investia US\$ 76 milhões no Brasil. A crise e a instabilidade econômica dos últimos três anos têm sido tão profundas que, para cada US\$ 1 bilhão investido no exterior, as transnacionais norte-americanas estão alocando US\$ 50 milhões para a indústria brasileira, isto é, 2/3 daquilo que era investido anteriormente.

**Estratégia de recuo** - Os dados sobre empresas transnacionais no Brasil são precários. Não existe até hoje no país um censo geral sobre investimento estrangeiro. Contudo, as informações disponíveis de balanço de pagamentos e de registro no Banco Central mostram que essas empresas teriam tido uma massa de lucro líquido da ordem de US\$ 40 bilhões ao longo das últimas duas décadas. Este valor coincide, de forma aproximada, com o estoque total de capital estrangeiro registrado atualmente no Banco Central. Ficou claro também que existe uma mudança na composição e direção dos fluxos analisados, que indicariam uma tendência de recuo das transnacionais em relação à economia brasileira.

A pergunta fundamental que se coloca é a seguinte: Na medida em que a crise econômica tem sido tão longa e profunda, por que essas empresas não optaram por uma estratégia mais agressiva de repatriamento de capital e de desinvestimento?

A explicação mais imediata, embora não necessariamente a mais correta, baseia-se em fatos conhecidos: a vantagem específica do Brasil, tendo em vista um mercado interno com potencial não-desprezível, e o extraordinário volume de recursos já investido no país. Assim, sair do



## ECONOMIA

Brasil é difícil. Além do mais, existe um certo "otimismo qualificado" face às potencialidades do mercado interno e à dotação de recursos.

Na realidade, as empresas transnacionais optaram por uma estratégia de recuo gradual. Num contexto de profunda e longa crise econômica, houve uma desaceleração do crescimento do estoque de capital estrangeiro ao longo da "década perdida". A massa anual de lucro cresce em função do aumento do estoque de capital e a despeito da queda das taxas de lucro e da crise. Afinal de contas, durante a última década são mais de US\$ 2 bilhões de lucro líquido a cada ano, que em grande parte estão sendo enviados para as matrizes.

Na prática verifica-se que, durante um período de tempo, o retorno sobre o investimento é visto tanto em termos de estoque (taxa de retorno sobre o patrimônio) quanto em termos de retorno sobre um fluxo necessário para a continuação dos negócios. Assim, durante o período 1971-81, as empresas transnacionais investiram no Brasil US\$ 33,2 bilhões, considerando entradas, repatriamento, conversão e reinvestimentos. Neste mesmo período, remeteram US\$ 8 bilhões. A relação entre fluxos de remessa e investimentos é o preço da internacionalização da produção cobrado pelas transnacionais e pago pelo Brasil. Esta taxa foi de 24% no período 1971-81: para cada bilhão de dólares trazido ao Brasil para fazer funcionar as subsidiárias cobrava-se US\$ 240 milhões.

Durante a "década perdida", o risco e a incerteza da economia brasileira geraram um aumento espetacular do preço de internacionalização da

produção ou custo de inserção internacional da economia brasileira pelas empresas transnacionais. De fato, no período 1982-91 as empresas investiram no Brasil US\$ 17 bilhões, mas retiraram cerca de US\$ 13,5 bilhões na forma de remessas. A "taxa" da inserção internacional cobrada pelas transnacionais passou a ser de 80%. É o prêmio do "risco Brasil".

Resultado: o Brasil continua sendo um "grande negócio" para as empresas transnacionais. A pergunta seguinte é: por que, sendo o país um grande negócio,

nacionais tornaram-se mais cautelosas e reticentes em investir no Brasil.

A questão final: como as subsidiárias de empresas transnacionais no Brasil conseguiram, no contexto de crise econômica, gerar lucros para pagar a "taxa" de inserção internacional cobrada pelas matrizes?

Ao longo da "década perdida", as transnacionais tiveram, no Brasil, reações estratégicas em áreas distintas que lhes permitiram conciliar o paradoxo aparente entre lucros elevados e o recuo dos investimentos no país. Em

suma, as mudanças nas estratégias comercial, industrial e financeira das empresas transnacionais foram centradas na expansão das exportações, racionalização de custos e demissões de trabalhadores, abuso do poder econômico e lucros financeiros extraordinários.

Naturalmente, elas têm uma contribuição específica para o processo de desenvolvimento econômico, principalmente como fontes de difusão do progresso técnico. É evidente também que o comportamento, desempenho e estratégia dessas empresas obedecem à lógica do mercado (oferta versus demanda) e, principalmente, à lógica do capital (lucro, acumulação).

Cabe aos governos definir o sistema de regulação necessário no sentido de balizar ou enquadrar a trajetória das empresas, em particular daquelas com enorme poder econômico-político e centro de decisões no exterior. A história recente mostra que o caminho mais eficaz envolve tanto um ambiente favorável para os investimentos quanto um conjunto de políticas de regulação e de desempenho. ■

\* Professor da UFRJ e pesquisador-associado do PACS/PRIES

*Houve um aumento muito significativo da parcela do lucro líquido que as transnacionais mandaram para as matrizes. Este coeficiente de remessa aumentou de 42%, no período 1971-81, para 65% no período 1982-91.*

as empresas, no seu conjunto, se engajaram numa estratégia de recuo? A resposta é simples: os riscos e incertezas aumentaram ao longo dos anos, principalmente após a eclosão da crise da dívida externa em 1982. E ficaram ainda maiores a partir da "tragédia Collor", em março de 1990. Destarte, as trans-

político e centro de decisões no exterior. A história recente mostra que o caminho mais eficaz envolve tanto um ambiente favorável para os investimentos quanto um conjunto de políticas de regulação e de desempenho. ■

**CADERNOS**  
DO TERCEIRO MUNDO  
**ASSINATURAS** ▶

Rio de Janeiro

(021) 252-7440 / 232-3372

São Paulo

(011) 573-8562 / 571-9871

Belo Horizonte

(031) 271-3757

Brasília

(061) 226-2202

Curitiba

(041) 223-3290

Aracaju

(079) 211-1912

Florianópolis

(0482) 44-7683



# PESQUISAR AGORA É FÁCIL



Você já pode contar com os serviços do Centro de Documentação da Editora Terceiro Mundo para enriquecer sua pesquisa. Disponemos de um acervo valioso sobre as grandes questões dos países em desenvolvimento e também sobre ecologia.

**Consulte-nos!**

Tels.: (021) 252-1742/232-3372

**CADERNOS**  
DO TERCEIRO MUNDO

ASSINATURAS ►

Rio de Janeiro

(021) 252-7440 / 232-3372

São Paulo

(011) 573-8562 / 571-9871

Belo Horizonte

(031) 271-3757

Brasília

(061) 226-2202

Curitiba

(041) 223-3290

Aracaju

(079) 211-1912

Florianópolis

(0482) 44-7683



# SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

## Anistia denuncia o **DRAMA DOS ÍNDIOS BRASILEIROS**



O véu nas  
escolas  
francesas

Página 9



### PONTO DE VISTA

Quem tem medo de  
ciência e tecnologia?

Página 6

### MINORIAS

Afro-americanos  
defendem antepassados  
em Nova York

Página 10

### ÁSIA

Concurso de beleza  
empolga o Sri Lanka

Página 12



## Em defesa de uma raça em extinção

*Relatório da Anistia Internacional denuncia o descaso das autoridades brasileiras e revela que a população indígena do país sofre a mesma violência de 490 anos atrás*

**M**eu povo está com medo. Eu também. Mas não posso mostrar o meu medo. Tenho medo do progresso do mundo." Em 1978, o escritor e jornalista Edilson Martins publicou este depoimento do índio Seig-Seig, da reserva de Guarapuava, no Paraná, em seu livro *Nossos índios, nossos mortos*, uma publicação que narra toda a saga de um povo descharacterizado pela violência e lesado em sua cultura.

Quatorze anos se passaram e o medo desse povo persiste e é até maior, como mostra o relatório anual de 1992 da Anistia Internacional publicado no início deste ano. Ele contém uma longa lista de casos de violência contra os índios brasileiros: "Nós somos a terra – a luta dos povos indígenas no Brasil por seus direitos humanos." Mais que um documento, o relatório serve como um grito de socorro à sociedade brasileira e um alerta às autoridades federais, ambos indiferentes a este problema que começou há mais de 400 anos e que ainda não tem prazo para terminar. Naquela época, a população indígena estava calculada em milhões; hoje, não passa de 220 mil. Um Maranhão lotado com alguns milhares barrados nos portões.

Não faltam dispositivos legais para defender os índios. Segundo especialistas internacionais, as disposições da Constituição de 1988 relativas ao reconhecimento das tradições sociais e culturais dos povos indígenas e à garantia de seus direitos sobre as terras que ocupam estão entre as mais avançadas do mundo.



*Índia Caiapó protesta contra construção de hidroelétrica*

E, apesar disso, segundo o relatório, os índios continuam sendo alvo de abusos dos direitos humanos, e a causa disso são, "em primeiro lugar, a virtual impunidade concedida àqueles que molestam, intimidam e matam indígenas e, em segundo lugar, os atrasos excessivos nos poucos casos em que houve abertura de processo". Entre 1980 e 1992, cerca de 160 índios foram mortos em disputas por terras. Destes casos, alguns poucos foram julgados e em apenas um os responsáveis foram condenados.

Foi o processo em que dois pistoleiros, um madeireiro e um latifundiário receberam penas de 2 a 27 anos de prisão pelo assassinato de três índios xacriabás, Rosalindo Gomes de Oliveira, José Pereira dos Santos e Manoel Fiusa da Silva. A condenação foi atribuída, principalmente, ao fato de a acusação ter ficado a cargo do Ministério Público Federal e do caso ter sido julgado por um tribunal federal. O comum, porém, são os assassinatos ficarem sem solução ou os processos abertos se perderem entre os trâmites da Justiça.

Mesmo assassinatos de líderes indígenas com projeção nacional e internacional tornam-se crimes sem solução. É o caso de Marçal Tupa-y de Souza Guarani, um líder kaioiwá que foi escolhido para representar os povos indígenas junto ao Papa João Paulo II, que visitou o Brasil em 1980. No encontro, ele alertou: "As tribos indígenas brasileiras estão sendo trucidadas, exploradas e assassinadas por pistoleiros contratados, que nos massa-



## As mães

cram como animais." Três anos depois, foi assassinado por dois pistoleiros em seu ambulatório (ele era enfermeiro), na reserva de Campestre. Pouco antes de ser morto, ele fizera uma campanha pela demarcação da reserva indígena de Piraqua, no município de Antônio João, no Mato Grosso do Sul, área reivindicada por um latifundiário. Seis anos depois de aberto o inquérito, a Polícia Federal concluiu que o latifundiário e seu capataz eram os responsáveis pelo crime. Mas o desaparecimento de provas materiais emperrou o processo, que já dura dez anos.

A certeza da impunidade, aliada aos anos de atraso no julgamento dos casos (quer devido a disputas, falta de recursos ou obstrução deliberada do processo judicial) é que faz com que colonos, latifundiários, madeireiros e garimpeiros recorram a métodos violentos contra os índios para tomar suas terras. A conivência das autoridades locais é outro fator decisivo. Não raro, são elas próprias que reivindicam terras pertencentes aos índios.

O relatório descreve um incidente ocorrido com os índios macuxi da aldeia Gavião, perto da cidade de Normandia, situada na divisa de Roraima com a Guiana Francesa. Damasceno Segundo, um índio macuxi, foi detido durante uma incursão policial não-autorizada na aldeia. Segundo testemunhas, ele foi preso porque havia pescado numa área reivindicada por um latifundiário da região. Damasceno foi espancado, amarrado e levado para a casa de um fazendeiro, onde foi acorrentado com algemas a uma viga. Conseguiu escapar e permaneceu por duas semanas escondido na mata. Outros cinco povoados macuxis da área indígena de Raposa/Serra do Sol foram invadidos na ocasião por uma força policial conjunta, integrada por policiais civis e militares e por pessoas interessadas nas terras dos macuxis. O capitão da polícia militar que comandava a operação era uma das pessoas que reivindicavam as terras da área.

A falta de respeito pelas leis que protegem os indígenas é total. É proibido, por exemplo, a uma força policial entrar numa al-

deia sem a presença de funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) e sem um mandado expedido pela Justiça Federal. E tal incursão só pode ser realizada pela Polícia Federal, já que terras indígenas estão sob jurisdição federal. Terras demarcadas não podem, de modo algum, ser invadidas. E, no entanto, tais atos são comuns pelo interior do país.



A situação dos índios que vivem isolados, isto é, mantêm pouco ou nenhum contato com a sociedade civil, é a mais dramática. Como não falam português e não compreendem as leis, são os mais vulneráveis às violações de seus direitos. Os indígenas do igarapé Omoré são um exemplo. Ainda em 1976, a Funai tomou conhecimento de que alguns índios jamais contactados haviam sido vistos naquela região. Porém, nada foi feito — é praxe interditar uma área onde tenham sido vistos índios até então desconhecidos. As terras onde foram vistos pertenciam à Fazenda Ivipita. Em 1985, a Funai recebeu denúncias de ataques

contra um assentamento indígena na mesma área. Uma expedição constatou que ali havia existido habitações indígenas. Um ano depois, um tribunal federal determinou a interdição da área "no intuito de preservar um grupo de índios arredios (...) de pequena população sobrevivente e ameaçada de extinção, que vem sofrendo, nos últimos meses, sistemáticos ataques, nos quais roças, ocas e acampamentos de caça foram destruídos". Em resposta ao apelo do proprietário da Fazenda Ivipita, um juiz local suspendeu a interdição, mas tal decisão foi derrubada no mês seguinte por um tribunal federal.



Os Ianomâmis foram um dos povos indígenas que mais sofreram com o progresso



Neste mesmo ano, uma expedição da Funai à fazenda nada fez para impedir o desmatamento que poderia comprometer a sobrevivência do grupo indígena. Os traços da sua presença constatados na primeira inspeção haviam sido destruídos por tratores. Com base num relatório que declarava não terem sido encontrados vestígios de habitação indígena, o presidente da Funai solicitou e obteve a suspensão da interdição e a área foi liberada.

O relatório da Anistia Internacional destaca que a Funai, órgão responsável pelos assuntos indígenas, também deveria dar uma proteção adicional, tendo poder para convocar a Polícia Federal e as Forças Armadas para proteger as terras indígenas. No entanto, existem denúncias de corrupção, desperdício de recursos e até de maus-tratos exercidos pela Funai. A má qualidade do recrutamento e treinamento inadequado de pessoal é outra das críticas do relatório. Mas deixa bem claro que existem "funcionários altamente dedicados em vários níveis da organização, e as críticas à atuação e aos métodos de trabalho da Funai não devem ser interpretadas como críticas a todos os funcionários do órgão".

A cobiça pelas riquezas guardadas nos territórios indígenas é fonte constante de conflitos. O relatório "Indigenous Brazil", apresentado à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), ocorrida no Rio de Janeiro em junho do ano passado, afirmava: "A invasão das terras indígenas teve início com a colonização do continente americano e perdura até

hoje. Seja em função dos recursos naturais existentes em suas terras – como é o caso dos ianomâmis, dos nambiquaras e dos kaiapós – ou da penetração das fronteiras econômicas em suas áreas – como foi o caso dos paracaná e dos araras –, os indígenas continuam pagando um alto preço pela expansão da sociedade brasileira." Outro trecho diz: "Por volta de fins da década de 60 e durante toda a década de 70, a política de desenvolvimento da época – voltada especialmente para a incorporação de novas fronteiras econômicas ao processo de produção – afetou violentamente muitos grupos indígenas." Um dos exemplos dessa política foi o Parque do Xingu, criado em 1961, com 22 mil quilômetros quadrados, que foi cortado, dez anos depois, pela rodovia BR-080, roubando 8 mil quilômetros quadrados da reserva.

O relatório anual da Anistia Internacional encerra com uma lista de recomendações que pedem a proteção contra os abusos e o fim da impunidade nos casos de violência contra os indígenas brasileiros, sugerem soluções para as disputas territoriais e descrevem como os indígenas devem ser tratados perante a Justiça e sob custódia policial. E conclui: "É tempo de pôr fim a essa impunidade e de cuidar para que os indígenas desfrutem, na prática, dos direitos que lhes assegura a Constituição de 1988."

Antônio Callado diz, no livro de Edilson Martins: "Incapazes de escrever sobre si mesmos, vindos ninguém sabe bem de onde para morrer entre nós, os índios são donos de um conhecimento sobre esta terra que não tere-

mos nunca, a não ser por intermédio deles, pois não somos como eles, um pouco rio, mato, lagoa, pássaro, seres em contato direto e natural com o divino."

Não se pode permitir que as populações indígenas sejam extintas em nome de um progresso que só traz a morte e a destruição. O homem civilizado ainda tem muito o que aprender com os povos da floresta. ■

P. Costa

Em Altamira, o rádio faz a ponte entre o povo da floresta e a civilização





# As mães de Acari

*História de mulheres com responsabilidades continentais que buscam os responsáveis pela morte de seus filhos*

foto: Ag. Globo



**Tania Coelho**

“**E**u sou a mãe dos onze.” Assim Edmeia da Silva Euzébio se apresentava antes de ser assassinada dia 15 de janeiro último. Tiros calaram, na Praça Onze, no Centro do Rio, a voz de uma das Mães de Acari. No dia seguinte, suas companheiras insistiam: “Eu sou a mãe dos onze.” Assim elas se vêem. Todas assumiram coletivamente a maternidade de seus 11 filhos e filhas menores sequestrados em 26 de julho de 1990, ainda hoje desaparecidos.

O desaparecimento ganhou projeção internacional. Estas mulheres não acreditam que seus filhos estejam mortos. Saem diariamente em peregrinação exigindo punição dos culpados.

Têm sido comparadas às Mães da Praça de Mayo que, na Argentina dos anos 70, iam à sede do governo exigir que os corpos dos filhos, desaparecidos durante a ditadura militar, fossem devolvidos.

As “loucas da Praça de Mayo” ajudaram a denunciar a repressão política na América Latina. As Mães de Acari gritam contra a violência que atinge a população pobre.

Assim, transformaram-se em símbolo da luta contra os grupos de extermínio. A Anistia Internacional elegeu o caso como prioridade para exigir

apuração. No dia 15 de fevereiro, o secretário da Polícia Civil do governo do estado do Rio, Nilo Batista, recebeu uma carta anônima que indicava um local, na estrada que liga Piabetá a Magé, perto da Curva da Morte, onde foram encontradas duas ossadas que seriam dos jovens de Acari. As buscas se intensificaram.

**Filhas do medo** – O Serviço Secreto da PM encontrou evidências de que os soldados Carlos Alberto de Souza Gomes, Wilson Elias da Cunha e Eduardo José Rocha Crezola, do 9º BPM (Rocha Miranda) e os detetives Gerad Fernand dos Santos, Bernardino Lopes Motta, Fernando Martins Ferreira, José Barbosa Saisse, Pedro Paulo dos Santos e Ricardo Alves Pereira, da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas, e o alcaguete Carlos Alberto Lafuente Freire, que transportara o grupo no seu táxi até Magé – onde ocorreu a chacina – participaram do crime. Todos continuam em liberdade.

“Para o pobre, a justiça vem em forma de castigo”, insiste Marilene da Silva Souza, que perdeu o emprego para acompanhar as investigações. Algumas perderam os companheiros, que não suportaram a pressão e saíram de casa.

O medo e a indignação marcam os depoimentos: “O coronel Emir Laran-

geira (deputado estadual, na época comandante do 9º BPM, onde estavam lotados alguns policiais acusados) disse que não podemos ser comparadas às mães da Praça de Mayo, porque somos mães de onze bandidos, enquanto os filhos das argentinas morreram lutando pela democracia”, conta Marilene.

“De janeiro a julho de 1992, foram eliminadas, só no Rio”, informa Ivanir dos Santos, secretário executivo do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, “267 crianças de 10 a 17 anos. Oitenta por cento estão na faixa de 15 a 17 anos. Elas não estão na escola, se transformaram em peso para a família e não têm chance no mercado de trabalho. A maioria negra”.

Quando perdem seus filhos, as mulheres – pobres, faveladas e negras em sua grande maioria – assumem uma luta que transforma suas vidas. Assumem a maternidade dividida e a solidariedade.

Crimes contra o patrimônio individual continuam a merecer destaque na grande imprensa, sequestros de empresários ocupam espaços no noticiário. Mas percebe-se um silêncio em torno dos grupos de extermínio, que deixam o saldo de mães cujos rostos são a face de um movimento que, mais dia menos dia, acabará sensibilizando a sociedade brasileira.



## Quem tem medo de ciência e tecnologia?

*O atraso tecnológico brasileiro não resulta apenas da escassez de recursos, mas de um modelo protecionista de desenvolvimento industrial que inibe a inovação*

**Fernando Peregrino\***

**Q**ual deve ser a relação entre a ciência e a sociedade? Uma vertente propõe que a sociedade e seus representantes políticos não tenham qualquer participação na condução da pesquisa científica. De acordo com essa visão, o mérito e a qualidade acadêmicos devem ser os únicos critérios para a escolha das atividades financiadas. Outra corrente acredita que a pesquisa deve ser conduzida de modo a responder aos anseios da sociedade que, em última análise, é quem sustenta a atividade científica.

A opção radical por qualquer dessas vertentes tende a promover distorções. No primeiro caso, a ausência de uma política de ciência e tecnologia - C&T - acaba por levar à distribuição desordenada dos recursos públicos. A radicalização de um sistema como o de julgamento pelos pares, numa comunidade acadêmica tão pequena quanto a brasileira, conduz à concentração dos financiamentos, beneficiando os grupos já estabelecidos e dificultando o surgimento de novos. Além disso, a falta de uma diretriz global impossibilita a articulação da área com as demais políticas do Estado, especialmente as

traçadas para o setor industrial.

Por outro lado, a opção radical pela segunda vertente pode levar à perda gradativa da qualidade científica, já que são reais as possibilidades de suporte a projetos de má qualidade, em consequência da supervalorização das boas intenções.

Em ambos os casos, há um problema básico a ser enfrentado a curto prazo: a absoluta miserabilidade em

que se encontram as instituições de pesquisa, aliada à persistente diminuição dos recursos públicos destinados ao setor. Esta situação pode ser atribuída a vários fatores. Destacam-se:

1) A insistência dos governos em sempre optar, na prática, por ações imediatistas, o que leva à progressiva diminuição do aporte de verbas para C&T, atividade que produz resultados a médio e longo prazo (de 1980 a 1990, os investimentos na área caíram de US\$ 1,8 bilhões para US\$ 0,8 bilhões).

2) A omissão do poder legislativo na fiscalização do cumprimento das leis orçamentárias, em alguns casos aprovando orçamentos que afrontam a Constituição.

3) A falta de movimentação da comunidade científica no sentido de adaptar-se a esta realidade trágica, o que dificulta os pleitos das agências de fomento junto aos executivos.

Por outro lado, aqueles que, um dia, acreditaram nas pressões do mercado como o fator que conduziria a iniciativa privada a substituir espontaneamente o governo na tarefa de aportar verbas para o setor perdem as esperanças, diante da inexistência de qualquer movimento nesse sentido.

O volume de recursos alocados à C&T no ano de 1990



Fernando Peregrino

*"A falta de tecnologia no exterior para explorar petróleo na plataforma continental levou o governo a recorrer à universidade brasileira, que resolveu a questão e fez avançar a ciência"*



foi da ordem de US\$ 100 bilhões nos Estados Unidos e de apenas US\$ 800 milhões no Brasil. A comparação desses valores fornece explicação para o déficit quantitativo desta área no país. Aqui, existem dois cientistas para cada dez mil habitantes, enquanto em países que valorizam a atividade científica, como Cuba e Estados Unidos, estas relações são de 30 por dez mil e 40 por dez mil, respectivamente.

Existe, ainda, a falta de equilíbrio na distribuição da competência científica nas diversas áreas. No Brasil, 96% dos recursos de pesquisa e desenvolvimento são injetados no sistema pelo governo, concentrados principalmente nas universidades e centros de pesquisa básica. Esta situação estimulou a formação de ilhas de competência, principalmente na área básica, gerando um *gap* entre a pesquisa científica e a aplicabilidade tecnológica.

O atraso tecnológico brasileiro, portanto, não é resultado apenas da escassez de recursos governamentais, mas também reflexo de um modelo protecionista de desenvolvimento industrial que inibe a geração de demanda pela capacidade própria de inovação. Esta demanda é substituída pela importação de tecnologia, cujo desenvolvimento reserva os empregos qualificados para um mercado muito longe daqui. O contra-exemplo desta trágica realidade é dado pela Petrobrás. A inexistência de tecnologia disponível no exterior para a exploração de petróleo na plataforma continental gerou a demanda sobre a universidade que, ao respondê-la, promoveu fantástico avanço científico e tecnológico e, conseqüentemente, criou empregos qualificados no setor.

A situação geral requer uma mudança no padrão de intervenção do Estado, que deverá funcionar menos como protetor da produção em si e mais como estimulador da capacidade de inovar, fomentando a demanda pelo desenvolvimento tecnológico e articulando ciência e tecnologia com o setor produtivo. Como colaboração para o sucesso dessa empreitada, a

elite intelectual/acadêmica brasileira poderia aproveitar o momento de crise e aguçar sua sensibilidade para com os problemas brasileiros. Poderia, por exemplo, admitir que a injeção de verbas no setor não promoverá auto-suficiência tecnológica alguma se não houver um esforço direcionado para a correção das falhas do sistema. A competência na área básica de pesquisa é essencial para iniciar um processo de formação e de ampliação de massa crítica e geração de conhecimento. Porém, para que esse conhecimento ge-

*No Brasil, existem dois cientistas para cada dez mil habitantes, enquanto em países que valorizam a atividade científica, como Cuba e EUA, estas relações são de 30 por dez mil e 40 por dez mil, respectivamente*

rado possa ser posteriormente transformado em avanço tecnológico, é preciso que existam grupos de excelência também ao nível da ciência aplicada e tecnológica, que deverão ser formados como resultado de investimentos continuados na formação, principalmente, de pessoal capacitado.

Cabe ao Estado, a partir de uma visão que englobe ciência e tecnologia e o setor produtivo, elaborar uma política de indução realista, que tenha como parâmetro básico o conjunto das necessidades do país. Uma política de indução realista terá o bom senso de não obrigar o pesquisador a substituir o impulso criativo por um altruísmo

disfarçado. Tampouco irá distribuir recursos a grupos bem intencionados e de pouca competência. Espera-se que uma política de indução conseqüente tenha a habilidade de não só manter produzindo os grupos já existentes, como também engajá-los em projetos nacionais e integrados. Um bom exemplo desta política foi a que se implementou na década de 70 no sistema de pesquisa agropecuária através da Embrapa.

Nos anos 80, tornou-se mais urgente estabelecer pontes entre os cientistas e a sociedade, cujos representantes – livres das limitações impostas pela ditadura – haviam passado a questionar a destinação dos recursos públicos. Constrangidos, ainda, pela crescente escassez de verbas, diversos governos recorreram a políticas que pretendiam integrar C&T numa cadeia única. É nesse contexto que age a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Faperj dos anos 90. Na sua política, aplica-se o melhor das duas vertentes: combinar excelências com engajamento nos problemas regionais. As bolsas e ações especiais somou-se, em 1992, a alocação de recursos especificamente para oito setores prioritários para o Estado. Transformam-se as relações entre ciência e sociedade. O cidadão passa a saber, de antemão, onde vão seus impostos e pode avaliar, *a posteriori*, os resultados. Não é demais prever que o cidadão se tornará um aliado da Comunidade Acadêmica na luta por recursos para Educação, Ciência e Tecnologia.

Esta opção é um caminho capaz de acelerar o processo de capacitação científica e tecnológica do país, imprescindível para amenizar o desequilíbrio das relações de troca com os países do Hemisfério Norte. A diminuição do atraso tecnológico trará como conseqüência a melhoria das condições de vida e autodeterminação do povo brasileiro. ■

\* Fernando Peregrino é diretor-superintendente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Faperj. Colaboraram Tatiana Lobo Coelho Sampaio e Inês Patrício.



# Enganos telefônicos

Eva Spitz

**S**erviços de proteção ao consumidor investigam, no Rio, uma empresa localizada ultimamente na República Dominicana que usa a televisão – rede Globo e SBT – para atrair consumidores desavisados a dar ligações internacionais como se fossem locais.

É o chamado Disque-Amizade, que surgiu em forma de campanhas maciças no fim de 92 e continuaram por 93 causando devastação na conta de usuários. O anúncio sugere uma “verdadeira festa” para quem ligar. Mais um engodo como tantos outros: o Disque-Tarô, o Disque-Astrológico, o Disque-Erótico. O alvo implícito acaba sendo crianças e idosos arrebanhados na calada da noite, na sua ingenuidade ou ócio, como assinala o procurador de Justiça do estado do Rio, Hélio Gama.

Se a responsabilidade não é da Telerj, como a empresa alega, dizendo implicitamente que o consumidor precisa prestar atenção aos prefixos para os quais liga, nem da Embratel, que não tem nada a declarar a não ser que “isso é com a Telerj”, se não é da televisão, que só faz restrições à pornografia explícita, de quem é a culpa? Do consumidor, é claro, que paga pelo fato de desconhecer que um prefixo tão longo – 001-8095405050 – é ligação internacional.

A propaganda, veiculada sem advertência, passou a exibir agora a tarjeta negra informando sobre interurbano, como deveria ter ocorrido desde o início. Assim mesmo, por causa da atuação do Conselho Nacional de Auto-regulação da Propaganda, de São Paulo. O mesmo aconteceu anteriormente com o Disque-Tarô, o Disque-Horóscopo e o Contos Eróticos.

Para mostrar que nem sempre quem deveria se responsabilizar o faz, basta lembrar que, não fosse a Equipe de Proteção ao Consumidor da Procuradoria Geral de Justiça, no Rio, o Banco Central nem ficaria sabendo

que é competência exclusiva dele controlar outro setor campeão de fraudes ao consumidor: o de consórcios para venda de carro.

Em 31 de dezembro de 92, Sandra Bezerra de Mello de Vasconcelos, 35 anos, e seu marido viram o anúncio e resolveram experimentar o “carneval à sua volta”. Falaram minutos suficientes para que a conta de janeiro chegasse com Cr\$ 4 milhões de telefonemas para a República Dominicana.

“Quando ouvimos linhas cruzadas pensamos que havíamos ligado errado. Um dos interlocutores disse morar em Niterói, outro, na Urca, outro na Lagoa e teve até um sujeito triste que

André Louzeiro



Sandra Vasconcelos: conta alta

me contou seu problema”, relatou a indignada Sandra. Ela recorreu à Telerj que lhe ofereceu o parcelamento da dívida, com juros. “Fiquei furiosa. Eles tinham obrigação de proteger o consumidor, e não de cobrar juros sobre algo que não foi nossa responsabilidade.” Segundo Sandra, a Telerj se colocou como intermediária da Embratel nessas ligações e portanto isenta de culpa.

As entidades de proteção ao consumidor receberam várias outras denúncias. O aposentado Paulo Pires Louzeiro, do Rocha, que ganha Cr\$ 1.500.000 por mês, deve 19 milhões, e Regina Celia Pinheiro Rodrigues, de São Januário, devia 17 milhões até o

vencimento e 19 depois. Ambos pensam em vender os telefones para pagar a conta.

“Não dá para controlar, não se pode fazer restrição ao tráfego telefônico”, informa a Telerj, através de sua assessoria de comunicação. Ou seja, se o usuário recebe conta indicando que falou muitos minutos com a República Dominicana, Portugal, Canadá ou Estados Unidos, o problema é dele. O minuto está custando 60 mil cruzeiros. Os anúncios são pagos em dólar e à vista ou adiantado às emissoras, no caso à Globo e ao SBT. “Em Portugal e nos Estados Unidos a própria telefônica tem interesse nesses anúncios porque fatura 20 por cento em cada ligação”, revela o desconfiado procurador Hélio Gama, que dirige a Equipe de Defesa do Consumidor.

Segundo Antonio Cunha, assessor de comunicação da Telerj, essas firmas passam temporadas em cada país. O Disque-Amizade ficou no Canadá por mais de um ano, depois nos Estados Unidos e agora está na República Dominicana. “É uma coisa que dá um transtorno danado à Telerj”, disse ele. O que poderia provocar redução de conta seria a alegação de que o erro foi da ligação. Mas segundo Antonio, o índice de ligações erradas internacionais é de 0,0001%. De qualquer forma, de um ano para cá, a Telerj passou a ressarcir o usuário dos erros cometidos pela empresa, através de devolução do dinheiro, com juros, informa Cunha. Mas já há um movimento entre os consumidores cariocas pedindo que a Telerj também seja multada quando erra. Quando o consumidor atrasa o pagamento em um dia, ele tem de pagar uma multa e se ele contesta as contas da Telerj tem de pagar primeiro para ser ressarcido depois. O que se pretende é que, em caso de erros da telefônica (quando ela vai consertar um aparelho e corta o telefone do vizinho ou quando cobra mais do que o que se falou), é que a Telerj seja multada pelo usuário, abatendo um percentual na conta dele. ■



FRANÇA

# Chador polêmico

*O uso do véu religioso muçulmano nas escolas francesas desencadeia uma controvérsia com toques de racismo*

**Pablo Azócar**

**A** decisão do Conselho de Estado de autorizar o uso do *chador* islâmico nas escolas, contrariando a proibição adotada por vários colégios, reabriu um intenso debate na França sobre a liberdade de credos na educação pública.

O Conselho de Estado, máxima autoridade judiciária do país, anulou em novembro passado a expulsão de três meninas muçulmanas do colégio Jean Jaurés, em Montfermeil, um subúrbio de Paris, que insistiam em usar o *chador* (véu religioso que cobre todo o rosto feminino) apesar de estar proibido pelo regulamento interno.

Samira Kherouaa e as irmãs Hatice e Ayse Balo foram expulsas em 1990 pela direção desse colégio, sob o argumento de que a escola pública é laica, segundo a Constituição e, portanto, proíbe proclamar em suas instalações qualquer crença política, religiosa ou filosófica. Depois de dois anos de muita polêmica, o Conselho de Estado anulou a medida, qualificando-a de "abuso de poder".

"O fato de que as alunas usem símbolos mediante os quais expressam sua fé não é, em si mesmo, incompatível com o princípio de laicidade das escolas", argumentou o Conselho de Estado, afirmando que a proibição "atenta contra a liberdade individual".

**Decisão polêmica** – A decisão judicial desencadeou um apaixonado debate público que se iniciou em outubro de 1989, quando em outro colégio do subúrbio de Paris, o Gabriel-Chavez, de Creil, os professores decidiram não aceitar mais em seus cursos diver-

sas alunas muçulmanas enquanto estas usassem o *chador*.

Naquela ocasião, se chegou finalmente a um acordo conciliador: as alunas manteriam o véu dentro do colégio, mas o tirariam nas salas de aula. Porém, essa decisão não impediu uma onda de polêmica em todo o país.

O debate cresceu a tal ponto – com opiniões divididas inclusive entre as organizações anti-racistas e partidos de esquerda – que ocorreram incidentes em vários colégios de todo o país onde também proibiram o *chador*.

Foi nesse contexto que a direção do colégio Jean Jaurés decidiu expulsar as três alunas muçulmanas que se recusaram a tirar o *chador* para assistir às aulas.

Entre os argumentos que surgiram no debate se mencionou o fato de

que os alunos judeus podiam usar sem problemas o solidéu, assim como os cristãos levam cruces penduradas em correntes sem serem incomodados por nenhuma proibição.

Em consequência do impacto público do "caso do *chador*", o então ministro da Educação, Lionel Jospin, resolveu em novembro de 1989 pedir a intervenção do Conselho de Estado, que após um longo processo judicial pronunciou seu veredicto definitivo.

**A vitória da tolerância** – O presidente da organização humanitária *SOS Racismo*, Fode Sylla, disse que a decisão do Conselho de Estado é "uma vitória das organizações anti-racistas, porque desta vez se impôs a tolerância".

"Um dos temas de fundo levantados pelo debate é o da integração, isto é, o fato incontestável que um muçulmano, ou pessoa de qualquer outra religião, se adapte à sociedade francesa em que está vivendo", assinalou Sylla.

"Mas a integração não pode ser imposta à força: as alunas muçulmanas têm o direito de usar os símbolos de sua fé e o mais provável é que elas mesmas, mais adiante, decidam tirá-los. Porém, a decisão deve estar em suas mãos", disse.

Já o diretor do colégio Jean Jaurés, Ali Bouhmadhi – paradoxalmente um francês de origem argelina – considerou "triste" a posição do Conselho de Estado, embora tenha dito que aceitará sua decisão e reintegrará as alunas às aulas.

"Lamento o veredicto porque reabriu um debate que ameaça tornar novamente tenso o ambiente nas escolas com alto número de filhos de imigrantes, e porque os integristas muçulmanos vão considerar isso uma vitória", afirmou.

A mãe de uma das meninas expulsas, Mustapha Kherouaa, se limitou a manifestar à imprensa sua satisfação pelo resultado judicial já que sua filha, "é muito corajosa, quer estudar, chegar o mais longe possível, e portanto é particularmente injusto impedir o seu acesso ao colégio".



As irmãs Hatice e Ayse Balo com o *chador*



## Um cemitério entre arranha-céus

*Afro-americanos de Nova Iorque tentam impedir a construção de um edifício no lugar onde repousam milhares de seus antepassados, os primeiros negros da cidade*



**Marina Gilbert**

**S**ob os arranha-céus da zona financeira do distrito nova-iorquino de Manhattan se encontra esquecido um cemitério de negros do século XVIII, cuja descoberta representa um controverso símbolo do passado colonial da cidade.

Cerca de 20 mil pessoas estão sepultadas em uma vasta área de 2,5 hectares, atualmente ocupada pelos principais bancos e companhias financeiras do mundo, mas que há três séculos constituía uma zona desvalorizada da pequena localidade que começava a prosperar.

A descoberta ocorreu em 1991, quando começaram as escavações para a construção de um edifício de 34 andares destinado à Administração de Serviços Gerais do Estado, nas proximidades do município de Nova Iorque e a 15 minutos de Wall Street.

O cemitério de negros figurava nos antigos cadastros da cidade, condenados ao esquecimento em alguma gaveta, quando a febril atividade imobiliária que caracterizou a vida da cidade de Nova Iorque começou a se manifestar.

**Cemitérios separados** - Os primeiros escravos foram introduzidos

pelos colonos holandeses, que chamaram a localidade do sul da ilha de Manhattan de "Nova Amsterdã". Os britânicos que em seguida conquistaram o lugar deram um renovado impulso ao trágico comércio de homens a partir da costa ocidental da África. Em 1698 havia mais negros em Nova Iorque que no estado da Virgínia, onde se estabeleceram as plantações de algodão.

Mas a constante imigração de europeus pobres no início do século XIX fez diminuir a necessidade de mão-de-obra negra, motivo pelo qual a escravidão começou a ser abolida gradualmente.

"Os brancos eram enterrados em lugares diferentes dos negros, como se as condições que separavam as raças em vida perdurassem em seu caminho rumo ao céu", assinalou a comunidade de arquitetos afro-americanos de Nova Iorque.

Até agora, foram descobertos 410 esqueletos, 40% dos quais correspondem a crianças, em uma revelação do alto grau de mortalidade infantil na comunidade negra no século XVIII. No cemitério estavam enterrados escravos e negros alforriados. Segundo os arqueólogos que trabalham no lugar, os enterros foram realizados durante a noite, seguindo os antigos costumes africanos.

**Patrimônio histórico** - Com o passar dos anos, o terreno do cemitério foi se desvalorizando em proporção geométrica e as escavadoras começaram a avançar sobre as lápides dos primeiros negros nova-iorquinos.

Enquanto isso, os cemitérios dos brancos permaneceram intactos no centro financeiro da cidade, como o da igreja de Trinity ou o da pequena paróquia situada à entrada da famosa Wall Street, no coração da Bolsa de Valores.

Diversos grupos de afro-americanos iniciaram uma disputa com a Administração de Serviços Gerais para deter a construção de sua sede em Nova Iorque e conservar a memória de seus antepassados.

O senador democrata David Peterson disse que o cemitério "faz parte da história de Nova Iorque. Os historiadores não acreditavam que existisse um passado de homens negros durante a era colonial da cidade. Agora tem o contexto histórico".

Durante a noite, os tambores que estiveram proibidos durante a época da colônia soaram para desafiar os espíritos daqueles que instauraram a escravidão nas margens do rio Hudson, e pedir a conservação de um tesouro histórico de valor incalculável. ■



## A febre dos concursos de beleza

*No Sri Lanka, os concursos de "miss" se tornam uma obsessão nacional, sendo acompanhados com interesse por um público que abrange pessoas de todas as idades e classes sociais*

**Concurso de beleza: uma forma de fugir dos dramas do cotidiano**

### Nadia Bilbassy

**O**s editores do Sri Lanka, preocupados em aumentar a tiragem de suas publicações, nunca rejeitam histórias sobre concursos de beleza, em uma nação onde até nas mais remotas aldeias as festas de fim de ano não estão completas sem a coroação de uma "rainha".

Os concursos de beleza são uma obsessão nesta nação insular, situada ao sul da Índia, onde os júris são formados pelos anciãos das aldeias, e contam frequentemente com a presença do responsável pela polícia local ou de algum baixo funcionário do governo.

A felizarda ganhadora é sempre uma jovem de pele clara, grandes seios, longos cabelos negros e reluzentes e grandes dentes, qualidades consideradas indispensáveis para o padrão de beleza de Sri Lanka.

Neste país do sul da Ásia, onde a maioria dos seus 17 milhões de habitantes sabe ler e escrever, os concursos de beleza recebem amplo espaço na imprensa. Cansados das deprimentes notícias políticas, os leitores – e é interessante notar que muitos deles são homens – seguem com paixão os diversos eventos de "Miss Jovem Trabalhadora", "Miss Personalidade", "Miss Clube Noturno", "Miss Adolescente" ou "Miss Secretária".

**A influência da guerra** – A loucura desses concursos começou há apenas uma década, segundo alguns, aproximadamente na mesma época em que se iniciou a guerra civil no país. "É uma forma fácil de se entreter, considerando a ausência de outras", diz Gameela Samarasinghe, socióloga do Instituto Marga, localizado na capital, Colombo.

Na capital em particular, os luxuosos concursos organizados pelos hotéis cinco estrelas situados às margens do oceano Índico são grandes eventos sociais.

No concurso "Miss Sri Lanka", a nata da sociedade do país – políticos, diplomatas e industriais – se mistura às glamorosas aspirantes ao título. Os que não podem se dar ao luxo de assistir ao espetáculo pessoalmente acompanham pela televisão. "É um tipo de válvula de escape, uma maneira de entrar para um mundo de sonhos", explica Samarasinghe.

Segundo Sunila Abeysekera, conhecida feminista, a velocidade com que se multiplicam estas competições é "uma expressão visível da desordem destes últimos dez anos". Desde então, o Sri Lanka se debate numa sangrenta guerra civil, marcada pela reivindicação de independência da minoria tamil, concentrada no norte e leste do país.

O conflito termina atingindo, indistintamente, toda a população civil.

Sem dinheiro, o governo tem reduzido os recursos destinados aos serviços sociais do país, que nos anos 70 era um Estado modelo do sul da Ásia.

**Sociedade machista** – Samarasinghe diz que na machista sociedade do Sri Lanka, a maioria das pessoas considera a mulher "um simples objeto do desejo. Devem estar sempre lindas, enquanto os homens são os que tomam as decisões, seguem a carreira política e se encarregam dos negócios".

As feministas afirmam que os concursos de beleza reforçam este estereótipo em todos os níveis da sociedade. "Acho um absurdo a forma como as mulheres são julgadas só por seus corpos e aparências", diz Abeysekera, considerando ainda que tais concursos negam a visível contribuição da mulher à sociedade.

Essa, porém, não é a opinião de muitas mulheres. Rosy Senanayake foi a primeira "Miss Sri Lanka" a ganhar o título de "Miss Ásia-Pacífico". Rosy lembra que ao voltar a Colombo foi recebida como uma estrela. Na sua opinião, os concursos de beleza são a chave que abre as portas do mundo. "Se as mulheres são lindas, devem mostrar sua beleza", afirmou, acrescentando que "por natureza, as mulheres são domésticas, e os homens são feitos para a política e os negócios".



## TOGO Risco de guerra civil



Os recentes confrontos armados entre forças governamentais e dirigentes da oposição, somados à fragilidade do governo de transição, constantemente violentado pelos militares, sugerem a preparação de uma guerra civil no Togo.

Mais de 10 mil habitantes desse país cruzaram a fronteira em direção a Gana, forçando o governo de Jerry Rawlings a colocar o exército de prontidão. Em Benin, país também fronteiriço com o Togo (ao leste), calcula-se que já se encontram 20 mil dos três milhões e meio de togolenses e as autoridades alfandegárias informaram que uma média de 700 refugiados cruzam a fronteira por hora.

A violência começou há 18 meses, quando os militares do Togo suspenderam a Constituição. O general Etienne Gnassingbe Eyadema, chefe das Forças Armadas, chegou ao poder arbitrariamente em 1967, sendo reeleito por sete anos em 1986, com 99% dos votos. Isso ocorreu no bojo de uma eleição regida pela Constituição de 1979 que banuiu todos os partidos com exceção da Agrupação do Povo Togolês (RTP), de caráter oficial.

Depois de mais de duas décadas de

governo autoritário, a oposição togolesa reivindicou uma abertura política. Em 1991 foi feito um acordo para um governo de transição, encabeçado por Joseph Kokou Koffigoh, enquanto se convocavam eleições pluripartidárias para o ano seguinte. Eyadema perdeu quase todos os seus poderes executivos, entretanto o primeiro-ministro governava de forma interina até a instalação do governo constitucional. Mas os militares romperam o acordo, se negaram a ceder o poder a Koffigoh e ao Parlamento e, desde então, os dirigentes da oposição,

têm sido alvo de todo tipo de perseguições e represálias.

Em 24 de outubro último os militares tomaram de surpresa o Alto Conselho da República (HCR), o Parlamento provisório. A reação popular não demorou: foram organizadas várias manifestações e greves (entre outras a que paralisou o comércio, a rede bancária e as escolas de Lomé, a capital do país) que irritaram profundamente os militares. Aparentemente, o que detonou a violência foi a morte de alguns soldados por partidários da oposição. As tropas iniciaram uma onda de saques e assassinatos que precipitou a fuga maciça da população civil.

A oposição praticamente perdeu a esperança em uma transição pacífica apesar de a França e a Alemanha – as duas ex-metrópoles do Togo na era colonial – estarem buscando mediar um diálogo entre o presidente militar Eyadema e o primeiro-ministro civil Kokou Koffigoh.

Em Lomé circulam rumores de que o general-presidente não aceitará negociar com a oposição até a realização das eleições na França. Se, como tudo indica, a direita ganhar, Eyadema contará com seu apoio para se manter no poder.

## QUÊNIA Refugiados

O governo do Quênia, presidido por Daniel Arap Moi, ordenou o repatriamento imediato de 500 mil refugiados da Somália, Etiópia e Sudão que se encontram em seu território. A justificativa da medida seria a falta de recursos para alimentá-los, as explosões de violência para as quais os refugiados teriam contribuído e até a deterioração ambiental que estariam provocando.

Em um comunicado, as autoridades apelam para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) no sentido de ajudar no repatriamento já que “a ONU conta com campos na Somália e está em condições de garantir a segurança e outras necessidades básicas dos refugiados que retornassem”. O governo acusa os refugiados de terem cruzado as fronteiras do Quênia portando armas de fogo com as quais cometem atos de vandalismo e hostilizam os cidadãos quenianos. O maior número deles se concentra na parte oriental do país, onde recentemente foram assassinados oito policiais e seis civis.



Presidente Daniel Arap Moi



PARAGUAI

# Crise política

Os insistentes rumores de que o Parlamento seria dissolvido e a Corte Suprema de Justiça sofreria intervenção levaram o presidente Andrés Rodríguez a desmentir as denúncias – que atribuiu a “uma indústria de boatos” – e reafirmar que entregará o poder ao candidato que sair vitorioso nas eleições previstas para 9 de maio próximo. “A vigência da Constituição está assegurada”, afirmou o chefe de Estado.

No entanto as versões de golpe provêm de fontes do próprio Partido Colorado, do presidente Rodríguez. O senador Carlos Romero Pereira, representante de facções coloradas que fazem oposição ao governo, afirmou pouco depois dos desmentidos do presidente que o golpe de Estado está em marcha. Romero é um aliado de Luis

Argana, ex-colaborador da ditadura de Stroessner, que reivindica a vitória nas eleições internas do Partido Colorado, celebradas para designar o candidato único à presidência. Seu adversário nas internas foi Juan Carlos Wasmosy, a quem extra-oficialmente se atribui o apoio do general Rodríguez e dos altos comandos militares. Uma sucessão de denúncias de fraude

levaram o tribunal eleitoral a intervir no pleito, criando-se uma situação que pode comprometer a transição democrática iniciada em 1989.

As primeiras pesquisas de opinião pública mostram que o favorito nas eleições presidenciais é o líder da oposição, senador Domingo Laino, que derrotaria qualquer dos aspirantes do Partido Colorado.



Domingo Laino (e) é favorito frente ao candidato do presidente Rodríguez (d)

NAÇÕES UNIDAS

# Chileno preside Ecosoc

O embaixador chileno nas Nações Unidas, Juan Somavía (membro do Conselho de Assessores Especiais de cadernos do terceiro mundo), foi eleito para ocupar o cargo de presidente do Conselho Econômico e Social (Ecosoc), a mais importante entidade da ONU no que tange aos assuntos de desenvolvimento.

A eleição de Somavía ocorreu cinco semanas após a Assembleia Geral da ONU ter aprovado a realização de uma Conferência de Cúpula para o Desenvolvimento Social, uma iniciativa promovida pelo Chile para discutir a questão da pobreza no mundo. A conferência se realizará em Copenhague em 1995, coincidindo com o 50º aniversário de fundação das Nações Unidas. Durante a presidência de Somavía serão tratados diversos assuntos, entre eles o estabelecimento de uma Comissão de Desenvolvimento Sustentável para monitorar os acordos da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

BOLÍVIA

# Direitos individuais

Uma Faculdade Latino-Americana de Direitos Humanos e Integração, destinada a divulgar o conhecimento sobre esses importantes direitos individuais e a torná-los princípios universais, foi criada na Bolívia. A iniciativa foi formalizada através de um convênio firmado entre o presidente Jaime Paz Zamora e a Associação Latino-Americana de Direitos Humanos (ALDHU), representada por seu presidente, o equatoriano Cesar Verduga.

A ALDHU foi fundada em 1980 em Quito, como organismo não-governamental, para ajudar os povos latino-americanos a restaurar a democracia. A recém-criada Faculdade se localizará na cidade boliviana de Santa Cruz, a 903 quilômetros de La Paz, e ministrará cursos de caráter acadêmico para a formação de funcionários públicos, juristas, militares, policiais e outros profissionais que lidam com temas ligados à doutrina e à prática dos direitos humanos.





Cerca de dez mil pessoas, a maioria imigrantes muçulmanos, saíram às ruas de Amsterdã, Holanda, em fevereiro, para protestar contra atrocidades cometidas por tropas sérvias a muçulmanos bósnios na Bósnia Herzegovina

Diante do Portão de Brandenburgo, em Berlim, Alemanha, milhares de pessoas repudiaram o nazismo – que ameaça renascer – cerca de 60 anos depois da chegada de Hitler ao poder. Usando velas, os manifestantes escreveram: "Nunca mais".



Operários iraquianos trabalham na reconstrução do hotel Al Rashid, em Bagdá, Iraque, bombardeado em janeiro por aviões norte-americanos durante os ataques comandados pelo ex-presidente dos EUA, George Bush

Em Tongi, Bangladesh, um trem com centenas de muçulmanos deixa a Congregação Muçulmana Mundial (Biswa Ijtema), o acontecimento mais importante do islamismo depois do Haj em Meca, Arábia Saudita. Calcula-se que dois milhões de fiéis de várias partes do mundo assistiram à reunião







Um grupo de familiares de jornalistas mortos pela violência política protesta contra a censura nas ruas de Lima, depois de um discurso do presidente Fujimori criticando a atuação da imprensa do país

Depois da fuga de Pablo Escobar, o governo colombiano redobrou as medidas de segurança na capital Bogotá. Helicópteros equipados com armas participam da luta contra os traficantes



"Quem não é judeu não é ser humano", diz o cartaz carregado por palestinos deportados para a terra de ninguém, na fronteira com o Líbano, pelas autoridades de Israel. Vivendo em acampamentos e quase sem comida, os deportados pediram aos governos árabes e à ONU ajuda para forçar a administração trabalhista israelense a rever a medida, acatando a decisão do Conselho de Segurança



O vulcão Mayon, a oito quilômetros da aldeia de Legazpi, nas Filipinas, ameaçou novamente em fevereiro com uma grande erupção. Muitos camponeses abandonaram suas terras para proteger-se dos gases e das cinzas



Em San Salvador aconteceu a cerimônia de formatura do primeiro contingente da Polícia Nacional Civil, criada pelos acordos entre a guerrilha e o governo. Entre os 560 formandos há ex-guerrilheiros, ex-soldados e civis



CUBA/MÉXICO

## Acordo bilateral

O secretário (ministro) de Pesca do México, Guillermo Jiménez Morales, e o ministro da Indústria Pesqueira de Cuba, Jorge Fernández Cuervo Vinet, renovaram os acordos bilaterais de política pesqueira e de cooperação técnica e científica que foram consolidados em 1991. A iniciativa abriu as portas para a assinatura de um acordo econômico e comercial mais ambicioso a partir deste mesmo ano. As autoridades do setor pesqueiro estudaram a possibilidade de levar a cabo ações conjuntas de caráter comercial e econômico. O governo de Salinas de Gortari anunciou recentemente sua decisão de ampliar as relações comerciais com a ilha, já que "a soberania mexicana não é negociável", afirmou, aludindo às pressões norte-americanas para que mude sua política em relação a Cuba.

Por seu turno, o governo de Fidel Castro anunciou uma nova política fiscal, destinada a facilitar os investimentos estrangeiros em Cuba. O chefe da fiscalização da Alfândega Nacional Cubana, Orestes Pérez Moya, informou que foi feita uma mudança na legislação para que o país possa facilitar o comércio e o investimento. A reorientação das relações econômicas internacionais do país, depois da perda de seus principais parceiros comerciais – o desaparecimento da União Soviética e as nações do Leste europeu – conduziu a uma adequação das leis de acordo com a nova realidade, assinalou Moya. "Já existem depósitos privados onde os empresários podem armazenar suas mercadorias sem ser taxadas, e, se não forem vendidas, poderão ser reexportadas", afirmou o funcionário.



O acordo incentivar a indústria de pesca

GUIANA

## Contra a discriminação

Medidas para pôr fim à discriminação racial, um acelerado programa de promoção dos índios e o estabelecimento de uma comissão para revisar a Constituição foram anunciadas pelo governo do presidente Cheddi Jagan como prioridades para os próximos meses de sua gestão.

Jagan, que assumiu o governo em 9 de outubro último, admitiu que existe no país uma certa insegurança racial. A Guiana tem meio milhão de habitantes, metade dos quais descende de trabalhadores trazidos da Índia pelos ingleses, um terço dos ex-escravos africanos e o restante são índios, mestiços, chineses e europeus. Uma das medidas anunciadas pelo governo é a criação de uma Comissão de Rela-

ções Interétnicas, presidida pelo bispo anglicano da Guiana, Randalphe George. A comissão receberá ajuda do Centro Martin Luther King, de Atlanta (Estados Unidos), e da Comissão de Relações Raciais do Reino Unido.

Outra comissão a ser instalada em breve é a de Revisão Constitucional, que incluirá representantes dos partidos de oposição, da Igreja, e de organizações não-governamentais, assim como de especialistas em constituição, como os catedráticos guianenses Harold Luthchman e Rudy James, residentes no exterior. Também serão admitidos observadores, de forma que os cidadãos que desejem contribuir para o processo possam fazê-lo através de subcomissões.

## OMS

O médico japonês Hiroshi Nakajima se manteve na direção geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) ao derrotar por 18 votos a 13 o candidato apoiado pelos EUA e pela Comunidade Européia (CE), o argelino Mohamed Abdelmoumene.

"Os votos dos países do Terceiro Mundo foram decisivos para minha vitória", afirmou Nakajima. O médico japonês cumprirá seu segundo período de cinco anos à frente da OMS. Nakajima entende como prioridade a saúde nos países em desenvolvimento e se comprometeu a realizar esforços para que as nações industrializadas aumentem suas contribuições ao sistema de cooperação internacional.

O orçamento da OMS para o período 1994-1995, apresentado por Nakajima, é de 1,8 bilhão de dólares. Nakajima anunciou que 33% desse total serão destinados à luta contra a Aids.



# Uma nação à deriva

*A vitória dos candidatos independentes nas eleições municipais confirma a tendência à marginalização dos partidos políticos*



## Gabriela Máximo

**A**o chegar à metade de seu mandato, o presidente do Peru, Alberto Fujimori, coleciona duas importantes vitórias e um desafio. Conseguiu manter um índice de popularidade (60%) de fazer inveja a muito dirigente bem-sucedido e comemora a normalização gradual das relações com a comunidade internacional, interrompidas após o golpe branco de abril do ano passado. Tudo isso sem se desviar muito do caminho autoritário que escolheu para governar.

O grande desafio de Fujimori nos dois anos e meio que lhe restam de governo é manter a sua base de apoio — a massa da população e os militares — num país que atravessa uma de suas mais graves crises econômicas. Com um Congresso a seu favor, Fujimori não tem mais em quem jogar a culpa pelos problemas nacionais. Por outro lado, setores das Forças Armadas já dão claros sinais de insatisfação.

No começo do ano, o presidente cumpriu a última exigência da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao convocar eleições municipais após já ter realizado eleições para um novo Congresso Constituinte em novembro. Mas, internamente, os analistas políticos afirmam que o Peru é hoje um país em desordem, que recuperou uma aparente normalidade dentro do que eles chamam de “democracia controlada”.

**Apoio popular** — Olhando de fora parece difícil compreender a aprovação dos peruanos ao governo que em abril do ano passado estabeleceu um regime de força, fechando o anterior Congresso e cerceando a Justiça com o apoio do exército.

Até restabelecer a ordem constitucional nas eleições constituintes de novembro, o Peru viveu a situação *sui generis* de ser considerado um pária pela comunidade internacional, que pressionava pela redemocratização, ao mesmo tempo em que a população apoiava as medidas autoritárias do presidente.

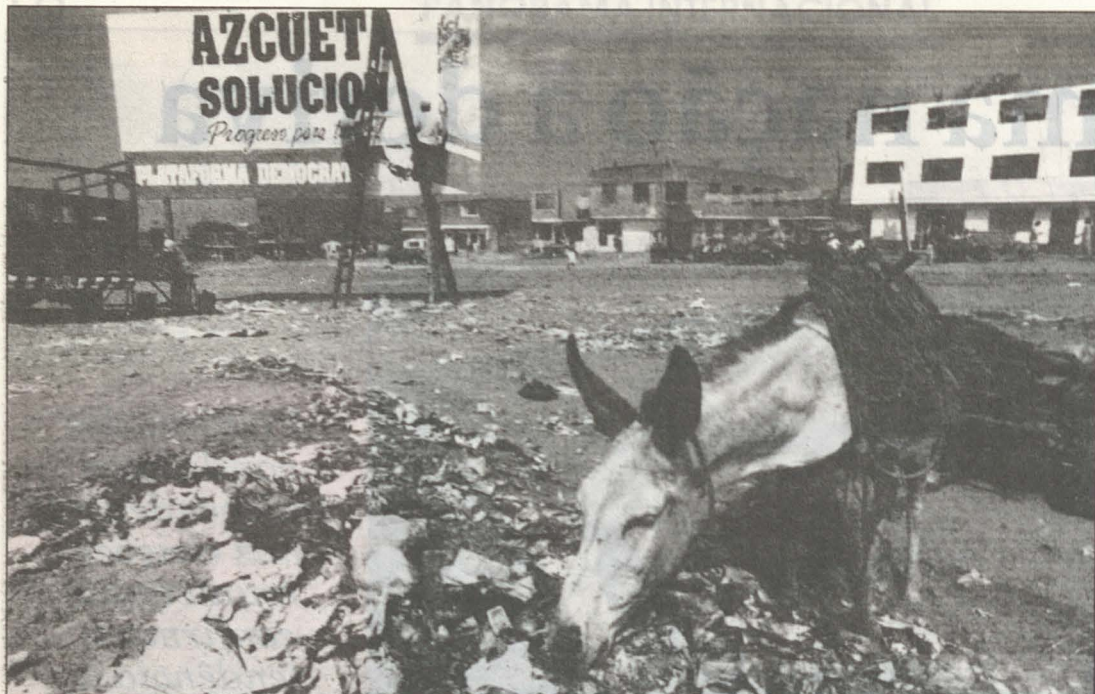


Fujimori comemora a sua popularidade



## AMÉRICA LATINA

PERU



Os candidatos fizeram campanha como e onde puderam e ganharam os que não tinham vínculos com os partidos tradicionais

Embora menor que em setembro de 1992, quando o líder do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, foi preso, a popularidade de Fujimori continua alta, criando uma situação assim definida por um analista político local: anos depois de as ditaduras terem sido varridas da América Latina, o Peru vive uma lua-de-mel com o autoritarismo. "Aqui a situação é muito diferente da que ocorre no Brasil, por exemplo. No Peru os sindicatos não atuam, os partidos políticos não funcionam, a população não tem organização. O que as pessoas querem é que alguém as governe frente à violência e ao caos econômico", resumiu o cientista político Alberto Adrianzen, do Centro de Estudos de Promoção e Desenvolvimento (Desco).

Se há uma vantagem política de Fujimori reconhecida até mesmo por seus adversários é sua capacidade de capitalizar sobre os anseios e as fraquezas da população deste país pobre, castigado por fenômenos naturais e cansado após 13 anos de violência guerrilheira. Este peruano de origem nipônica, que chegou à presidência em 1990, desconhecido e sem um programa claro, conquistou a opinião pública atacando aquelas que a população identifica como as causas de seus maiores problemas: o terrorismo do Sendero Luminoso e a classe política tradicional.

"Nos últimos anos, a necessidade de

segurança e ordem tornou-se prioritária porque a estratégia do Sendero se concentrou sobretudo na população pobre da periferia da cidade (Lima), reduzindo a importância de outras necessidades", afirma Carlos Franco, analista político do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e Participação (Cedep).

**Racionamento de luz e água** — Uma volta pelas ruas da capital peruana é suficiente para se perceber o caos sobre o qual Fujimori instalou seu regime. A desesperança popular se traduz no clima de medo que permeia toda a polarizada sociedade limenha.

Desde que o Sendero levou o terror à capital, no ano passado, Lima é uma cidade armada. Guardas particulares com metralhadoras vigiam as casas, protegidas por muros altos e cercas eletrizadas. À noite, quando entra em vigor o toque de recolher, só circulam carros com salvo-conduto. Nas ruas, blindados da Unidade de Desativação de Explosivos (Udex) cruzam a todo instante para atender aos chamados. Não se entra em clubes ou repartições públicas sem uma minuciosa revista com detectores de bombas. Nos bairros de classe média, como Miraflores e San Isidro, os carros-bomba detonados pelo Sendero no ano passado deixaram prédios reduzidos a escombros.

Não bastasse a violência, a seca pro-

longada e a falta de recursos públicos privam a população de oito horas diárias de energia elétrica. Não há remédio senão subir os andares de escada para chegar em casa, comprar pouca comida perecível porque a geladeira não funciona e apelar à paciência infinita que os peruanos aprenderam a desenvolver.

Os prejuízos à economia são enormes. Segundo a Sociedade Nacional das Indústrias, o desabastecimento de energia causa ao setor industrial perdas de 150 milhões de dólares por mês. A água também é racionada diariamente, numa penúria que atinge tanto a classe média de Miraflores, quanto os pobres do distrito limenho de Villa San Salvador.

Com sete milhões de habitantes (um terço da população do país), Lima tem 800 mil refugiados da violência, oriundos sobretudo de departamentos sob estado de emergência há mais de 10 anos, como Ayacucho, Apurímac e Piúrra, e que incham gigantescas favelas da periferia da cidade.

**Partidos em crise** — Três anos, um golpe branco e uma quartelada depois de sua posse, os peruanos continuam enxergando Fujimori como o homem que conseguiu livrá-los dos políticos que eles consideram cúmplices de todas as irregularidades cometidas no país desde a volta à democracia, em 1980.



## AMÉRICA LATINA

PERU

Ao fechar o antigo Congresso em abril, com o apoio do exército, Fujimori fez uma análise da situação peruana que soou como música aos ouvidos da população e que ele não perde a oportunidade de repetir. Afirmou que o Parlamento dissolvido abrigava um grupo de inúteis, que os políticos não se abalavam com as inquietações populares e que a corrupção na Justiça deixava em liberdade os terroristas. Foi a senha para o desmantelamento das instituições democráticas que, mesmo após a eleição do novo Congresso Constituinte, permanecem débeis.

“Ao desacreditar os partidos e as instituições, o que Fujimori fez foi eliminar os canais de intermediação entre o Poder Executivo e a população”, explica Adrianzen. Esta estratégia chegou ao paroxismo de ser o presidente, pessoalmente, quem distribuiu cobertores, comida, dinheiro e roupas à população carente, e armas aos integrantes das chamadas rondas camponesas, milícias rurais armadas pelo governo para combater o Sendero Luminoso.

Os partidos políticos tradicionais do Peru – como o Apra, do ex-presidente Alan García (85-90), ou o Ação Popular, de Belaúnde Terry (80-85), entre outros – atravessam sua mais grave crise de representatividade. Não conseguem mobilizar a população, perdem eleitorado e abrem espaço à consolidação da linha política antipartido inaugurada com a eleição de Fujimori, então um candidato independente, sem vinculação política e lançado pelo desconhecido movimento Câmbio 90.

Este fenômeno voltou a se repetir nas eleições municipais de 29 de janeiro deste ano, quando os candidatos independentes conquistaram mais de 60% do total dos votos. O partido Ação Popular obteve apenas 10% nacionalmente e 7% na capital. Para o Apra o resultado foi ainda mais desastroso: 10% no total e 2,8% em Lima – sua maior derrota em 65 anos de resistência. A coalizão Esquerda Unida (IU) ficou com irrisórios 2% do total dos votos.

“Não há uma identificação mútua entre os partidos políticos, os intelectuais e as massas no Peru”, resume Alberto Adrianzen. Segundo uma pesquisa do instituto Imasen, de novembro do ano passado, 81,7% dos peruanos creem que os partidos só se preocupam com seus próprios interesses.



Os peruanos já estão cansados da violência do Sendero Luminoso



As Forças Armadas: uma presença marcante nos dias prévios às eleições

**Insatisfação nas Forças Armadas** – Apoiado pela massa da população peruana, Fujimori buscará manter os ventos a seu favor até o fim do mandato, em 1995, quando possivelmente tentará a reeleição – caso a maioria governista no Congresso Constituinte consiga aprovar este dispositivo. “Se as pessoas lhe retirarem o apoio, é mais provável que o presidente Fujimori não consiga manter-se no poder”, avalia Carlos Franco.

Isto porque, explica, é cada vez maior o descontentamento dentro das Forças Armadas com a conduta do governo. Desde o início, Fujimori cercou-se de um reduzido grupo de altos comandantes militares e mandou para a reserva um grande número de generais, sobretudo os ligados ao ex-presidente Alan García, provocando um

mal-estar que culminou na tentativa de golpe de 13 de novembro passado.

A situação, desde então, só fez piorar. O presidente não poupou castigos humilhantes aos golpistas, como mandá-los para o complexo penal de Canto Grande, onde estão presos comuns e guerrilheiros. Muitos foram perseguidos nas ruas e outros, com medo, se exilaram no exterior (um recurso do qual muitos civis igualmente perseguidos vêm lançando mão desde novembro).

Tal tratamento, somado ao salário de fome das Forças Armadas, resulta em uma forte oposição ao presidente em alguns setores da caserna. Para Fujimori, afirma Franco, a falta de controle sobre os militares poderá ser fatal. “Afinal – conclui – todo regime autoritário depende das Forças Armadas.”





Aposentados argentinos, prejudicados pelo plano econômico, são beneficiados com bandeirão popular no centro de Buenos Aires

# Adeus às ilusões

Aldo Ferrer\*

O "estado de graça" da política econômica argentina, iniciado em março de 1991, está chegando ao fim. A perda de competitividade, provocada pelo plano de conversibilidade do peso argentino e pelo esgotamento da reativação estimulada pela estabilidade de preços, está ocasionando um déficit insuportável da balança comercial e um aumento das lutas por uma melhor distribuição da renda no país.

No campo social, a greve de 9 de novembro passado reflete não só a luta pelo poder dentro do movimento peronista – partido no poder –, mas também a percepção de dirigentes sindicais, alinhados até agora incondicionalmente com o governo de Carlos Menem, de que a inquietação de amplos setores sociais, incluindo os aposentados, está crescendo.

Nos últimos meses, o governo realizou um considerável esforço para resolver os problemas dos aposentados sem conseguir aliviar a intensidade de suas reivindicações. Além do mais, em fins de outubro, percebeu que a situação criada pela conversibilidade da moeda – que no câmbio oficial emparelhou o peso argentino ao dólar – era insustentável e fez várias concessões ao setor produtor de bens de exportação.

Para isso, o governo argentino aumentou a proteção à indústria nacional através da criação de impostos às importações. Propôs, ainda, a redução de

*Os recursos que mantiveram em funcionamento o plano econômico do governo podem ter chegado ao fim, deixando a descoberto um aumento da pobreza e um enorme déficit comercial*

vários impostos nacionais e estaduais e a queda da taxa de juros.

**Concentração do poder** – As medidas recentes indicam que o atual programa econômico é uma estratégia de uso do poder, e não uma adesão ideológica incondicional ao neoliberalismo. O governo não tem vacilado em adotar medidas de caráter intervencionista que contradizem seus postulados de abertura à concorrência internacional e não-interferência no jogo espontâneo das forças de mercado.

Em compensação, defende com absoluta firmeza a meta do equilíbrio das finanças públicas, que é uma condição

*sine qua non* do programa de conversibilidade da moeda. Todas as concessões recentes ao setor exportador têm como contrapartida o aumento de receita e a redução do gasto público.

A dúvida é se isso é suficiente para consolidar a estabilidade e iniciar um processo de longo prazo de acumulação de capital, desenvolvimento tecnológico, expansão e elevação da oferta de emprego e do bem-estar da população. Provavelmente não, por várias razões.

Em primeiro lugar, o aumento da proteção ao mercado interno e dos estímulos à exportação não é suficiente para retificar a modificação dos preços relativos, que tem castigado os setores exportadores e tirado competitividade da indústria argentina. Por outro lado, a manutenção de um tipo de câmbio fixo supervalorizado estimula os gastos dos argentinos no exterior.

A curto prazo, o governo contará com dois elementos a favor: por um lado, a queda da demanda interna freará, em parte, o aumento das importações. Por outro, começará em breve a época da forte entrada de divisas trazidas pelas exportações de produtos agrícolas.

Porém, é provável que se mantenha a tendência a um elevado déficit comercial. Como, atualmente, é mais difícil conseguir financiamento no exterior, é previsível que o balanço de pagamentos da Argentina registre tensões crescentes.



## AMÉRICA LATINA

### ARGENTINA

As medidas recentes são um paliativo que não resolve a inviabilidade de uma política de conversibilidade monetária com tipo de câmbio fixo, supervalorizado desde o início do programa. O risco de expectativas negativas e de especulação com a possibilidade de queda da cotação peso-dólar continua presente, com suas graves consequências sobre o setor financeiro e as reservas internacionais.

**Mais dívidas para o Estado** - Em segundo lugar, as privatizações em massa e generalizadas de empresas públicas têm engordado os cofres do Tesouro, mas não reduziram o total da dívida pública. O Tesouro obteve cerca de 11,5 bilhões de dólares pela privatização de empresas públicas, dos quais cerca de sete bilhões principalmente em títulos da dívida externa e 4,6 bilhões em espécie.

Porém, o total da dívida pública cresceu: chega atualmente a 85 bilhões de dólares e tem vencimentos concentrados a médio prazo. Esse aumento obedece à emissão de títulos para consolidar diversos tipos de passivos com os aposentados, fornecedores e outros credores.

Como consequência, os serviços da dívida pública sobre o orçamento do Estado continuam sendo uma carga pesada. Quanto às principais fontes de recursos para o Tesouro, duas estão se esgotando: a venda de empresas públicas e a forte redução da sonegação fiscal.

Em ambos os terrenos, o governo alcançou as metas a que se havia proposto. A partir de agora, o aumento da produção e da capacidade da população de pagar impostos serão vitais para honrar os compromissos com os serviços do Plano Brady e outros componentes da dívida pública.

Sem novos ajustes no investimento e no gasto em áreas essenciais, como educação e saúde, não há indícios de que a economia argentina tenha começado a trilhar o caminho do crescimento

a longo prazo. Portanto, cabe esperar dificuldades crescentes nas finanças públicas.

Nas duas frentes críticas de todo programa econômico, a área externa e a fiscal, é provável que os problemas tendam a se agravar e a manter o país submetido a um ajuste interminável, sem regras de jogo, nem condições propícias ao crescimento da produção e bem-estar.

#### Problemas a médio

**prazo** - Ao mesmo tempo, a política do governo Menem significa uma formidável concentração do poder econômico



Domingo Cavallo

estrangeiros. Esses lucros excederiam amplamente a poupança de serviços, obtida mediante a redução da dívida pública externa cancelada com as privatizações.

Terceiro, o rompimento da cadeia entre a demanda de setores de alta densidade tecnológica (comunicações, energia, etc.) e a oferta interna de tecnologia e bens de capital.

A atual política argentina neste e outros terrenos enfraquece os conteúdos sistêmicos e integradores do desenvolvimento nacional que são essenciais ao crescimento e à inserção em uma economia mundial globalizada.

Se, por esta e outras razões, a economia argentina não decolar, voltará a ficar demonstrado que a boa imagem internacional da política econômica de um país periférico de pouco adianta se ela não mobiliza os recursos disponíveis e eleva o bem-estar da população.

Nesse caso, cabe esperar um futuro político e social conflitivo que deveria ser resolvido dentro do processo democrático. Aproxima-se, provavelmente, um tempo em que a insatisfação social e as turbulências econômicas exijam um entendimento básico dos principais atores sociais e políticos do país. ■

\* Aldo Ferrer é professor de economia na Universidade de Buenos Aires e ex-ministro da Economia da Argentina



A cotação artificial peso-dólar gera insatisfação nas camadas mais pobres

nas mãos dos grupos que assumiram as empresas públicas privatizadas nas áreas chaves da economia: energia, transportes, comunicações, eletricidade, petróleo, petroquímica e siderurgia.

A dúvida é se este processo é consistente com o aumento da eficiência na utilização dos recursos, a acumulação de capital, o desenvolvimento tecnológico e, consequentemente, a oferta de serviços e insumos básicos a menores custos.

Estudos preliminares indicam que as privatizações, da forma como estão sendo realizadas na Argentina, podem contribuir para eliminar o déficit fiscal mas colocam, ao mesmo tempo, três problemas. Primeiro, uma forte transferência de renda para os novos donos pelo aumento das tarifas dos serviços



# Martí, um pensador atual

*O escritor cubano Roberto Fernández Retamar analisa quão atual permanece a obra de José Martí, um dos principais líderes da luta pela independência de Cuba no século passado*

## Aldo Gamboa

**P**oeta e jornalista, Roberto Fernández exhibe em seu currículo, além de uma dezena de livros de poesia, antologias e textos de teoria literária, quase três décadas dedicadas à Casa de las Américas, onde até um ano atrás dirigia a revista sobre temas culturais com o mesmo nome.

Retamar é um dos melhores conhecedores da obra literária e jornalística de José Martí, líder independentista cubano, morto em 1885 quando combatia tropas da Espanha – então potência colonial – e um dos pensadores básicos para entender o processo cubano das últimas décadas.

“Tenho a convicção de que o fator que dá contemporaneidade ao pensamento de Martí é que ele foi o último dos grandes libertadores do passado e o primeiro dos libertadores modernos”, afirma Retamar.

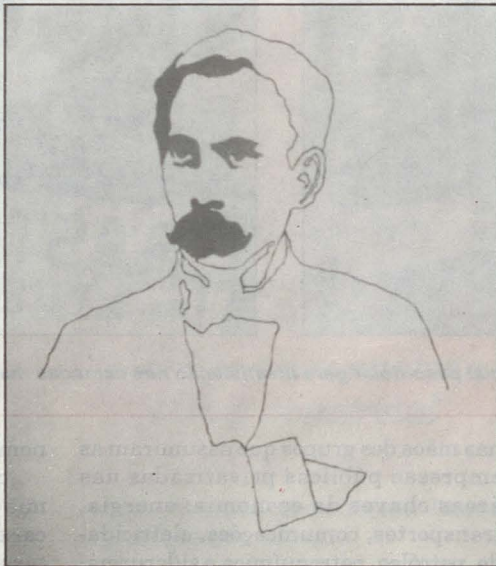
O escritor cubano lembra que em 1992 a Casa de las Américas organizou uma homenagem aos 100 anos da publicação na *Revista Ilustrada de Nova Iorque* do texto “Nossa América”, considerado o programa político revolucionário de Martí.

“Os problemas analisados e denunciados nesse documento continuam presentes. Por isso, me causa tristeza que ainda tenhamos que ler esse texto como um programa político atual, e não possamos apreciá-lo apenas como um belíssimo exemplo de literatura”, lamenta Retamar.

O intelectual cubano lembra que Martí teve a oportunidade de presenciar a passagem do capitalismo pré-monopolista para o monopolista, imperialista, do qual foi um dos primeiros adversários.

“É possível que Martí tenha sido um gênio, e é assim que eu o vejo, mas acho que também é fundamental o fato dele ter se formado em um país colonizado como Cuba, que passou sem transição de colônia espanhola para colônia norte-americana”, enfatiza.

Retamar afirma que Cuba não teve sorte, nesse sentido, porque foi o primeiro país latino-americano em que houve uma intervenção abertamente imperialista, no sentido moderno do termo.



Paralelamente à intervenção norte-americana em Cuba, em 1889, ocorre a de Porto Rico. “A situação de Cuba em 1958 era a de uma *república de banana*, embora tivesse seu próprio governo. Em Porto Rico, tínhamos a variante colonialista clássica. Hoje, Porto Rico permanece nessa situação, enquanto que Cuba é um país cujo horizonte é a construção do socialismo. Enfim, dois pólos possíveis da nossa América”, assinala, acrescentando que “Martí previu essa expansão imperialista pelo Caribe”.

**Uma revolução martiana** – Retamar acredita que um detalhe importante para entender José Martí é o fato dele ter sido jornalista. “Um jornalista vive apegado ao circunstancial, mas vai além disso e consegue relacionar dados que parecem desvinculados. Fazendo um paralelo, acho que o jornalista Gregorio Selser<sup>1</sup> tinha essa característica, de unir elementos dispersos em um todo coerente”, diz.

O escritor cubano considera que o pensamento nacionalista e universal de Martí impregnou os conteúdos ideológicos do processo revolucionário que triunfou em Cuba em 1959, em pé de igualdade com outros pensadores revolucionários clássicos.

“Nesse sentido, é coerente que Fidel Castro tenha dito, depois de assaltar o quartel Moncada, em 1953, que o autor intelectual daquela ação era Martí.”

Retamar afirma que a revolução cubana se alimentou e se alimenta de pensadores como Karl Marx e Vladimir Lênin, mas é basicamente *martiana*, isto é, parte da análise de um pensador cubano. “Está na moda deixar de citar Marx, e apesar disso nós continuamos citando-o. Não porque gostamos de remar contra a maré, mas porque continuamos repetindo-o como cientista. A maioria das ciências sociais reconhece que tem uma dívida para com o pensamento de Marx. Mas isso não se opõe ao caráter substancialmente *martiano* de nosso pensamento revolucionário.”

“Uma revolução em nosso continente tem que ser basicamente *bolivariana*<sup>2</sup>, *martiana*, *zapatista*<sup>3</sup>, *sandinista*<sup>4</sup>, *albizuísta*<sup>5</sup>, tem que reconhecer o que devemos aos nossos grandes libertadores.”

“A verdade é que quem não conhece o pensamento de Martí, a história de Cuba e a história de nossa América, não



## AMÉRICA LATINA

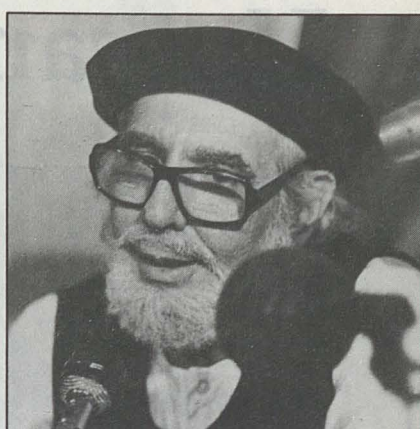
CUBA



Fidel se inspira em Martí



Haydée, quando dirigia a Casa



Cardenal: um convidado antigo

pode entender a revolução cubana. Eu chego às vezes até a exagerar dizendo que ela não existe, não é mais do que um capítulo de uma revolução latino-americana e caribenha em andamento. Nessa revolução, a presença do pensamento e da ação de Martí é fundamental", afirma.

Para ele, esses detalhes servem para explicar porque a revolução cubana não caiu no marasmo, ao ter sido varrido de maneira tão rápida o chamado socialismo real na Europa do Leste. "Uma explicação evidente é que Cuba não está na Europa, nem nunca esteve. Para entender os fenômenos cubanos, muito mais útil que estudar a história

da Romênia ou da Bulgária é estudar a história do nosso país e da nossa América. Mas o fundamental é que a revolução não foi imposta por um fator alheio à realidade interna do país, mas é consequência de suas contradições, de uma luta de séculos."

**A Casa de las Américas** – Esse reconhecimento dos componentes locais de todo pensamento universal, afirma Retamar, teve seu paralelo na Casa de las Américas, prestigiada instituição cultural dirigida desde a sua fundação por Haydée Santamaría, até sua morte, em 1980.

"Essa mulher inesquecível fez com

que a Casa se transformasse em um lugar de encontro de diversas perspectivas, de inúmeros artistas, escritores e intelectuais, sem nenhum temor pelas diferenças. Ela repetia uma frase de Rabindranath Tagore<sup>6</sup>, segundo a qual 'quando se fecha a porta a todos os erros, a verdade também fica do lado de fora'. E esse espírito foi sempre o da Casa."

Retamar assinala que ainda na época que o fato de seguir uma religião era um obstáculo para o acesso ao Partido Comunista de Cuba<sup>7</sup>, já há 20 anos a Casa de las Américas convidava um sacerdote, como Ernesto Cardenal, o poeta nicaraguense, e outros intelectuais católicos, como o escritor cubano José Lezama Lima, a participar nas atividades que organizava. "Mas não somos ingênuos para pensar que não cometemos erros. Deixamos a porta aberta à verdade, mas alguns erros se filtraram", reconhece Retamar. ■

### Retrato de Martí

**José Martí nasceu em Havana em 28 de janeiro de 1853, numa família de espanhóis. Estudou na escola dirigida pelo poeta e humanista Rafael Mendive, que se tornaria seu primeiro grande mestre. Editor do jornal Pátria Libre, foi condenado a seis meses de trabalhos forçados e deportado para a Espanha. Era o ano de 1871 e Martí tinha então 18 anos.**

**Em Zaragoza estudou Direito, Literatura e Filosofia e publicou panfletos contra a colonização espanhola. Retornou à ilha em 1878 e foi imediatamente preso e deportado novamente.**

**Após passar por vários países, se instalou na Venezuela, de onde o ditador Guzmán Blanco o expulsou, obrigando-o a se exilar em Nova Iorque. Ali, em 1892, fundou o Partido Revolucionário Cubano. Através dessa organização de combate à colonização começou a invasão a Cuba em abril de 1895, e morreu no combate de Dos Ríos, em 19 de maio daquele ano.**

**Martí foi um notável orador e sua prosa era sempre tensa e brilhante. Sua poesia, com toques de modernismo, louva sempre o amor e a amizade.**

**Sua obra fundamental são seus ensaios, entre os quais se destacam Nossa América (1881), Juárez (1884), Heredia (1889), San Martín e Bolívar (1893), textos onde se revela um prosador original e um humanista dedicado à unidade dos povos da América Latina.**

<sup>1</sup> Gregorio Selser, conhecido jornalista argentino, falecido em 1991. Foi colaborador de *cadernos do terceiro mundo*

<sup>2</sup> Simón Bolívar (1783-1830): militar e estadista venezuelano, libertador de cinco colônias espanholas na América (Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia)

<sup>3</sup> Emiliano Zapata (1880-1919): um dos líderes da revolução mexicana, movimento que na década de 10 introduziu profundas mudanças sociais, políticas e econômicas naquele país

<sup>4</sup> Augusto César Sandino (1895-1934): líder revolucionário nicaraguense, que em meados dos anos 20 se insurgiu contra a invasão de tropas norte-americanas ao seu país, tendo sido fuzilado em 1934

<sup>5</sup> Pedro Albizu Campos (1891-1965), advogado porto-riquenho que a partir da década de 20 começa a lutar pela independência de Porto Rico, reivindicação que o leva a passar a maior parte da vida preso nos Estados Unidos

<sup>6</sup> Rabindranath Tagore, filósofo e escritor indiano

<sup>7</sup> O IV Congresso do Partido Comunista de Cuba liberou a entrada de católicos na organização, embora a Igreja católica cubana se mostre contrária à idéia de que seus fiéis se filiem ao partido



# Um caminho autônomo



O Terceiro Mundo deve definir o seu próprio modelo de desenvolvimento

## Beatriz Bissio

**S**e fosse realizada uma enquete sobre a visão que um cidadão medianamente informado tem da África contemporânea, certamente sua resposta estaria influenciada pela terrível situação das vítimas da seca e da guerra na Somália.

As imagens da fome nesse país, mostradas em todo o mundo através da televisão, permitiram conhecer o ângulo mais trágico do continente africano. E contribuíram para que hoje, perante os olhos do mundo, a África seja sinônimo de atraso, falta de esperança e pobreza.

Poucos lembram que foi na África que começou a evolução da espécie humana – o *Homo erectus*, que tem um milhão de anos, é africano – e que nesse continente se desenvolveu a magnífica civilização do antigo Egito.

De fato, o estereótipo que os meios e – por que não reconhecer – também os maus livros didáticos têm fabricado em relação à África, principalmente a África subsaariana, que alguns chamam de África negra, em contraposição à África árabe, é o de um continente paralisado pela indolência e miséria.

Essa visão distorcida e cheia de preconceitos em relação a um continente que tantas e tão importantes contribuições fez à evolução humana preocupa muitos africanos eminentes. Esse é o caso do historiador Joseph Ki-Zerbo, da República de Burkina Faso (ex-Alto Volta), professor da Sorbonne, onde cursou seus estudos superiores.

Autor do livro *História da África Negra*, traduzido para oito idiomas e vendido em todo o

*As raízes do subdesenvolvimento no continente africano estão na não-superação do modelo econômico imposto na época colonial*

mundo, Ki-Zerbo também escreveu, com o patrocínio da Unesco e em conjunto com outros autores, a *História Geral da África*. Trata-se de um trabalho enciclopédico de oito volumes, que levou 20 anos para ser terminado. Ki-Zerbo foi o coordenador do primeiro volume, dedicado à *Metodologia e Pré-História*.

“Foi uma contribuição importante para a África, porque sem história não há memória, e sem memória não é possível construir nada”, afirma Ki-Zerbo, que aos 70 anos também é deputado no Parlamento de seu país.

Mas o intelectual não se limita ao estudo da história. Um dos temas em que sua contribuição tem sido mais significativa é o do subdesenvolvimento. Seu mais recente livro, *O mastro dos outros*, aborda o tema das causas do atraso no continente africano e defende a tese de que o desenvolvimento no Terceiro Mundo só será possível se for pensado a partir de seus próprios valores e cultura.

**Resgate das raízes** – Só um desenvolvimento endógeno, e não “emprestado ou copiado”, será capaz, na avaliação de Ki-Zerbo, de tirar a África da situação em que se encontra.

“Devemos basear o desenvolvimento em nossas próprias raízes, preservando o que cientificamente é considerado universal. Devemos partir de nossas características originais e dos aspectos positivos de nossa cultura. Não se trata, porém, de defender uma volta ao passado. A história não tem retorno, nem é só feita do passado: história é o Homem em seu tempo, com seu passado e seu presente projetando-se para o futuro.”



## ÁFRICA

BURKINA FASSO

Essa forma de pensar não leva o historiador a renegar as influências externas. "Recebemos muito do exterior, às vezes de forma voluntária, às vezes pela força, com a colonização, que — é bom assinalar — é um fenômeno universal. Todos fomos colonizados algum dia. A Europa foi invadida pelos árabes, que permaneceram em seu solo vários séculos e influenciaram sua cultura."

Para Ki-Zerbo, desenvolvimento endógeno não significa desenvolvimento completamente separado, que seria impossível. "Portanto, não são verdadeiras as acusações de que desejamos nos isolar do resto do mundo. Pelo contrário, são os países do Norte que, ao nos impedir o acesso ao desenvolvimento, provocam a separação crescente do Sul. Acusamos de não querer a integração, mas a marginalização atual da África vem do fato de que o comércio — através do qual, nos dizem, vamos nos integrar à economia mundial — nos deixa a cada dia mais subdesenvolvidos."

Cansado de escutar dos economistas e dirigentes europeus que os países africanos estão se marginalizando, Ki-Zerbo responde: "Se nos integrarmos da forma como eles nos oferecem, vamos estar mais marginalizados ainda. Pelo contrário, proteger nossas economias durante um determinado período é um passo inevitável do nosso processo de desenvolvimento. Os japoneses e os europeus também fizeram assim. Ainda hoje, os países mais ricos protegem sua agricultura e indústria e não abrem suas economias aos mais pobres. E, apesar disso, dizem que somos nós que estamos nos fechando!"

**A herança colonial** — Uma das principais razões das dificuldades enfrentadas pelos países africanos é o fato de ter mantido até agora a estrutura produtiva da época colonial. O chamado *pacto colonial* estabelecia — em épocas anteriores à independência — que as nações da África deveriam produzir matérias-primas e enviá-las para a Europa, que por sua vez as processaria e as reintroduziria no continente africano.

Ki-Zerbo garante que esse sistema produtivo pouco ou nada mudou desde então. "Países como o Zaire, Senegal ou Gabão continuam vivendo exclusivamente da exportação de um ou dois produtos, responsáveis por 80% de sua receita total de exportação. São totalmente dependentes do exterior para sobreviver. Estão à mercê do mercado. E o pior é que esses produtos são exportados em bruto, como na época da colônia", afirma.

Qual é o caminho para superar esta situação? Ki-Zerbo não tem uma fórmula pronta, mas critica o caminho que em geral seguem os dirigentes africanos. "Eles estão sempre com o



pires na mão, parecem mendigos. Só pensam em pedir recursos no exterior. Já disse em várias oportunidades que antes de perguntar com que meios vamos nos desenvolver, o que é muito comum entre os dirigentes africanos, primeiro devemos nos perguntar quem somos. O importante primeiro é tomar consciência de nós mesmos e nos organizar. Se continuarmos insistindo no problema dos recursos, a única coisa que conseguiremos é aumentar nossa dependência."

Não é por acaso que a herança colonial continua intocada. Ki-Zerbo denuncia que se criou um círculo vicioso entre um pequeno grupo do Norte e um pequeno grupo do Sul, que se autoalimentam nesse processo. Não querem que nada mude porque lucram com essa situação.

"Sabemos que no Sul se compram ministros e que no Norte pequenos grupos obtêm de seus Estados o aval e a cobertura para seus negócios na África. Falam de liberalismo mas não o pra-

**As dificuldades da África se originam na estrutura neo-colonial de sua economia**

## Os meios de comunicação

**O ACESSO** à democracia é muito difícil na África devido ao elevado analfabetismo e a concentração dos meios de comunicação em poucas mãos contribui para agravar o problema. Ki-Zerbo assinala que só em dois ou três países africanos, entre eles o Benin, o acesso a rádio, por exemplo, está garantido a todos os partidos políticos. Em outros países da África ocidental, como o Mali e o

Senegal, essa prática está também bastante arraigada. Mas nos demais países, quase sem exceção, o partido no poder monopoliza o acesso aos meios de comunicação.

"É comum ver que durante a campanha eleitoral os partidos no poder têm amplos espaços, enquanto que a oposição fica com apenas cinco minutos diários", lembra.



ticam. Eles exigem garantias para todos seus riscos”, enfatiza.

**O desafio da desagregação** – Em seu livro *O Mastro dos Outros*, o historiador fala do drama da crescente desagregação dos Estados africanos. “Sem superar essa desagregação, não há progresso possível”, defende.

“Existe desagregação na cultura, na economia, na educação. Nada está estruturado de forma coerente. Na Europa, a cultura serve à indústria e também à agricultura. Existe uma estrutura onde as diferentes partes se complementam. Mas na África, se tomarmos o caso da educação, por exemplo, comprovaremos que está totalmente desvinculada da cultura. As línguas africanas não são ensinadas nas escolas. As crianças entram para as escolas e não aprendem sua língua materna, mas algum idioma europeu.”

O historiador lembra que a medicina tradicional não é utilizada nas universidades, “apesar de que os europeus vêm aos nossos países colher ervas medicinais para processá-las em seus laboratórios e revendê-las, muito mais caro”.

Assim, Ki-Zerbo constata que todo o conhecimento acumulado pelos africanos ao longo de sua história é deixado de lado, sem que seja levado em conta para a elaboração de um projeto de desenvolvimento baseado em seu passado e capaz de construir seu futuro.

“O primeiro passo deve ser construir nossa própria identidade. Esse processo existia antes da independência. Havia naquela época grandes pensadores que tinham uma visão global da África, viam mais além de suas fronteiras nacionais. Mas aqueles líderes autênticos da epopéia independentista pouco a pouco desapareceram. Quase todos foram eliminados.”

Ki-Zerbo lembra a responsabilidade que em todo esse processo tiveram as ex-metrópoles europeias. “Por causa da Guerra Fria muitas vezes a Europa tolerou dirigentes corruptos como aliados e, pior ainda, aceitou conviver e até patrocinar militares torturadores, responsáveis pela morte de um grande número de pessoas. Eles interpretavam tudo sob a ótica do conflito Leste-Oeste e pensavam que, se esses regimes não obtivessem apoio da Europa, podiam se

aliar ao bloco comunista. Por isso, fechavam os olhos diante de todas as barbaridades que esses dirigentes cometiam. Naqueles anos, os europeus admitiam que houvesse partido único e só agora, com a queda do Muro de Berlim, começaram a se preocupar com a necessidade de instaurar a democracia no continente africano. Foram muito egoístas.”

Como consequência dessa política, para o historiador, os mais medíocres, os que se curvaram diante dos interesses externos, foram os que passaram a dirigir os destinos do continente.

“Em geral, se trata de dirigentes que só se preocupam em manter seus cargos. Não têm grandeza para vislumbrar uma África diferente. E alguns deles têm tanto dinheiro quanto as dívidas externas de seus países.”

**Democracias frágeis** – O papel nefasto desempenhado na África pelos europeus e também pelos Estados Unidos não mudou com o fim da Guerra Fria. Ki-Zerbo se mostra muito crítico em relação à atuação das grandes potências na etapa atual, de implantação de regimes democráticos.

“Todo o processo está muito limitado pelos interesses externos que estão em jogo. A Europa e os Estados Unidos defendem, antes de qualquer princípio, seus próprios interesses. Se eles consideram que um líder militar é mais confiável que um governo democrático, não hesitam em apoiá-lo. Preferem, na maioria das vezes, o que eles entendem por *estabilidade* em vez de justiça. E preferem que seus interesses sejam salvaguardados por um regime militar a perdê-los em um regime democrático.”

Dessa forma, segundo Ki-Zerbo, o limite para a democratização na África está definido pelas pressões externas e pelas estruturas internas herdadas da época colonial.

“Em Burkina Faso, meu país, 80% da população são analfabetos. É muito difícil construir uma democracia nessas condições. O fato de que em muitos de nossos países haja agora um sistema multipartidário não deve ser confundido com o império da democracia. Muitas vezes, o multipartidarismo está sendo utilizado para minar a democracia.”

Instaurar a liberdade de organização partidária é uma condição necessária para a construção de uma democracia, mas não basta. Ki-Zerbo afirma que embora um sistema de partido único não seja democrático, o inverso não é necessariamente verdadeiro. Hoje na África há países que têm 100, 200 partidos políticos, usados por seus líderes em benefício próprio. “Afirmo sem medo que nesses casos o multipartidarismo está sendo usado contra a democracia.”

*“O primeiro passo deve ser construir nossa própria identidade. Esse processo existia antes da independência. Havia naquela época grandes pensadores que tinham uma visão global da África, viam mais além de suas fronteiras nacionais. Mas eles pouco a pouco desapareceram. Quase todos foram eliminados.”*



## Uma vida de luta

**JOSEPH** Ki-Zerbo viveu intensamente todo o período da independência e de construção das jovens repúblicas africanas. Sua longa trajetória de luta começou quando fundou o Movimento de Libertação Nacional, durante a guerra de independência. Naquela época trabalhou, entre outros, com Patrice Lumumba, o líder da causa independentista do Zaire.

"Dirigi um partido político em meu país, a União Progressista Voltaica – da qual ainda sou presidente – em um período democrático interessante nos anos 70, e fui candidato à presidência da república em 1978. Mas éramos três civis disputando o cargo contra um militar e não pudemos derrotá-lo."

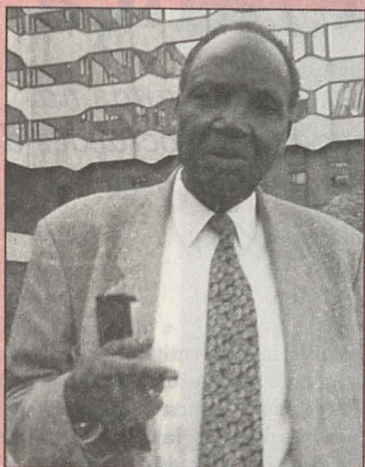
Esse governo constitucional durou pouco. "Em 1980 houve outro golpe de estado – o primeiro tinha sido em 1965, apenas cinco anos depois da independência – dado por um grupo militar de tendência popular marxista (liderado por Thomas Sankara) e apoiado por civis de orientação stalinista. Nós éramos socialistas<sup>1</sup> e tínhamos profundas divergências com eles. Nos acusavam de 'perder muito tempo com a democracia burguesa e com eleições'. Entendiam que tudo era possível através da revolução e que o fim justificava os meios. Por isso, estavam de acordo em que, para pôr em prática suas idéias, era preciso matar algumas pessoas."

Nesses anos houve casos de desaparecidos, como na América Latina. "Fui acusado de inimigo do povo e levado a um tribunal. Meu julgamento ia ser transmitido pela televisão porque queriam mostrá-lo como exemplo. Eu servia para este objetivo porque era o símbolo de uma geração e de uma intelligentsia que tinham influenciado de forma profunda o pensamento de milhões de africanos. Fugi do país, o que os incomodou muito, e passei dez anos em Dakar, a capital do Senegal. Minha mãe morreu nesse período e não obtive autorização para ir ao seu enterro."

Ki-Zerbo reconhece, no entanto, que entre os responsáveis por aquele

governo alguns honestamente estavam convencidos de que aquele era o caminho para transformar o país. "Era muito difícil para eles distinguir os limites entre o que era possível e o que não era possível fazer e conseguir. Não sabiam que a política é a arte do possível", afirma.

Sankara foi derrubado, julgado e depois executado junto com doze de seus colaboradores, em 1987. Desde então, Burkina Faso viveu um período de grande instabilidade



Ki-Zerbo: político e historiador

política até que em 1991 se realizaram novamente eleições.

"Nós teríamos preferido que se realizasse uma Conferência Nacional para discutir os problemas do país e avaliar tudo o que ocorreu, de bom e de ruim, desde a independência. Talvez assim evitássemos repetir antigos erros e pudéssemos construir um consenso político com uma base ética e moral para deixar definitivamente para trás aquela página de nossa história. Nos perdoaríamos mutuamente, para iniciar juntos um novo caminho. Mas os militares que participaram daquela experiência e continuam vivos – porque eles não só mataram dirigentes civis, como se mataram entre si – não quiseram participar."

Outra reivindicação da União Progressista Voltaica era que a reconstrução democrática se desse de forma progressiva: primeiro, com eleições municipais, depois, legislativas e, por fim, presidenciais. Mas a idéia não foi aceita. "O novo presidente acabou se apresentando como candidato único e recebeu apenas 24% dos votos. Os demais partidos não apresentaram candidaturas presidenciais."

"Quando, pouco depois de assumir, o presidente convocou eleições legislativas, decidi que era o momento de regressar. Já não pesavam acusações contra mim, embora todo meu patrimônio – uma biblioteca de mais de dez mil livros, uma casa e um carro – tivesse sido confiscado e não sei se algum dia poderei recuperá-lo."

Em condições muito adversas, com uma caminhonete emprestada e muito pouco dinheiro, Ki-Zerbo fez sua campanha e foi eleito deputado. Seu partido conseguiu 13 cadeiras no Parlamento. "Se em nosso país existisse uma democracia real, poderíamos ser o principal partido", afirma, com certa euforia.

O historiador tentou mostrar a seus aliados europeus as enormes dificuldades materiais que a oposição enfrentou durante a campanha. "Quando lhes mostrávamos a disparidade de condições entre os candidatos, nos respondiam que não podem se imiscuir nos assuntos africanos. Talvez, na verdade, o que nos queriam dizer é que consideram a África um continente que já não tem nada para dar. Isso é muito triste. Com o correr do tempo, os próprios africanos passam a se considerar povos que nada têm a oferecer. E isso é um desestímulo para qualquer possibilidade de mudança. Agora somos chamados de países-receptores (o Norte é o doador). Com essa concepção das relações internacionais, não podemos conseguir nenhum progresso."

<sup>1</sup>O partido de Joseph Ki-Zerbo é filiado à Internacional Socialista





Um soldado norte-americano da operação "Devolver a esperança" vigia os acessos a Mogadíscio, capital da Somália

# Sem esperança

*A presença de tropas norte-americanas na Somália interrompeu avançadas negociações de paz, encaminhadas por vários setores da sociedade somaliana*

**Rakiya Omaar e  
Alex de Waal\***

**P**ara os somalianos comprometidos com a paz e a reconciliação em seu país, a operação militar norte-americana "Devolver a esperança" (*Restore Hope*) teve até agora o efeito contrário ao que seu nome dá a entender.

Se voltássemos alguns meses no tempo, veríamos uma Somália iluminada por muitos sinais de esperança. Em todo o território, pessoas comuns tomavam iniciativas no sentido de colocar o futuro do país sob seu controle. Houve muitos fracassos e frustrações, mas também alguns êxitos notáveis.

Por exemplo, em 5 de outubro passado, os anciãos da Somalilândia se reuniram e assinaram um acordo de paz que pôs fim a vários meses de conflito nessa região. Os "senhores da guerra", que dominavam essa região, foram isolados pelo esforço contínuo de um grupo de conselheiros anciãos dos clãs decididos a conseguir a paz.

No sul do país, não houve grandes progressos. Porém, uma série de acor-

dos a nível local permitia que a ajuda de emergência chegasse com maior regularidade, como nunca antes, a diferentes setores do país. Na cidade de Baidoa – no coração da região assolada pela fome –, por exemplo, os acordos abriram caminho para que os alimentos chegassem à cidade e às aldeias vizinhas, sem que praticamente se registrassem saques.

Houve alguns incidentes sérios, como o saque a um depósito e o roubo de um carregamento transportado por uma caravana, mas sem dúvida a situação estava melhorando de forma visível. Prova palpável disso é que o número de mortes na região caiu em 90% entre julho e dezembro passado.

Em um nível político mais alto, também havia razões para otimismo. Pela primeira vez em vários anos, os anciãos e os intelectuais de diversos clãs estavam se reunindo e coincidiam em que era essencial isolar os chefes militares e reorganizar as instituições sociais.

Os conselheiros anciãos de Hawiye, que anteriormente apoiaram o general Mohamed Farah Aidid, tinham

chegado à conclusão de que o mais conveniente era isolá-lo. Durante o mês de outubro último, Aidid perdeu visivelmente poder, à medida que os anciãos dos clãs reafirmavam sua independência.

Outra iniciativa promissora foi uma série de encontros entre intelectuais e anciãos, auspiciada pela Comunidade Européia. Esta foi a primeira vítima da intervenção militar norte-americana. Tão logo o presidente George Bush anunciou sua intenção de enviar soldados à Somália, a situação se tornou tão instável que aquela iniciativa teve que ser deixada de lado.

**Decisão unilateral** – Embora não haja um governo central na Somália, importantes estruturas políticas, sociais e econômicas, mesmo muito abaladas, permanecem de pé. Sem os conhecimentos, a habilidade política e o trabalho dos anciãos dos diferentes clãs, os médicos, enfermeiras, as equipes das agências internacionais de ajuda, os caminhoneiros e os voluntários não teriam a menor possibilidade de cumprir suas tarefas.

Mas quantos anciãos, profissionais e encarregados das tarefas humanitárias foram consultados a respeito do plano norte-americano? Nenhum. Nesses setores, todos os nossos interlocutores nos manifestaram consternação diante da perspectiva de que chegassem tropas estrangeiras sem consulta e sem um programa bem elaborado de reconciliação política, desarmamento e reconstrução.

Uma semana depois do início das operações militares norte-americanas



## ÁFRICA

### SOMÁLIA

já estava claro que muitas outras iniciativas também tinham sido condenadas ao fracasso. Os complicados esforços para "costurar" acordos negociados — pactos estes que tinham tornado possível os progressos registrados em Baidoa — não deram em nada.

O fracasso se deveu a duas razões: em primeiro lugar, porque a milícia de Aidid, em sua fuga de Mogadíscio após a chegada dos *marines* norte-americanos, decidiu saquear pela última vez Baidoa. E segundo, porque cada político e chefe militar trata de ver que vantagens pode tirar da ocupação militar por parte dos Estados Unidos. Nestas circunstâncias, os acordos negociados antes deixaram de ter qualquer valor.

O resultado foi uma orgia de violência em Baidoa, na qual pelo menos 70 pessoas morreram, várias centenas de civis tiveram que abandonar suas casas e foi preciso suspender os programas de ajuda. O número de mortes subiu de aproximadamente 40 para 100 por dia.

**Um abraço chocante** — No entanto, o episódio mais inquietante registrado até esse momento foi o tão elogiado "golpe diplomático", no qual Aidid e o autoproclamado presidente interino Mohamed Ali Mahdi se abraçaram calorosamente. Observadores da política somaliana assinalaram que os sete pontos do acordo de paz selado por ambos "não valem nada".

O cessar-fogo entre os "senhores da guerra", anunciado como parte do acordo, já estava em vigor há nove meses. A liberdade de deslocamento pela capital era um fato consumado desde que começou a ocupação norte-americana e o compromisso de colocar o armamento em mãos dos militares dos Estados Unidos era irrelevante, já que a maior parte tinha sido tirada de Mogadíscio.

Os temas mais importantes, como o *status* dos partidos que participavam da conferência de paz, foram ignorados. E Ali Mahdi demonstrou que, para ele, os acordos eram uma farsa ao dizer que continuava sendo o presidente.

Os dois chefes militares são detestados pela maioria dos somalianos, que os consideram criminosos de guerra. A imagem de ambos se abraçando diante das câmaras foi chocante. E é alarmante que os Estados Unidos tenham decidido negociar publicamente com estes bandidos assim que chegaram à Somália.

**Incompetência da ONU** — Até o momento, se alguma vitória tinha obtido a comunidade internacional na crise somaliana, era, precisamente, negar legitimidade aos "senhores da guerra", abrindo caminho para que os partidários da paz, em particular os conselhos de anciãos, tivessem a possibilidade de isolá-los.

Em seu afã por conseguir um êxito diplomático diante das câmaras de televisão, os Estados Unidos jogaram por terra todas as iniciativas anteriores de paz e permitiram que Aidid reforçasse seu controle sobre diversas partes do país.

Após a ocupação norte-americana, a situação mudou. As operações militares parecem encaminhadas a estabelecer

ONU, que era muito respeitado na Somália. Sua acertada estratégia consistia em mobilizar os somalianos para que ajudassem a resolver os problemas do seu próprio país.

Sahnoun trabalhou estreitamente com os anciãos dos clãs, os grupos femininos e os intelectuais. Infelizmente, seu sucessor, Ismat Kittani, não tem mostrado o mesmo interesse em estimular alternativas aos chefes militares.

Quando Kittani visitou a Somalilândia, há pouco tempo, se comportou de maneira áspera e nada diplomática. Ao falar perante uma comissão de anciãos, cujas pacíficas negociações tinham colocado fim a meses de conflitos sangrentos, arrogantemente exigiu que eles "costurassem" um acordo... em



Mohamed Aidid e Ali Mahdi fazem as pazes, porém as hostilidades continuam

inexoravelmente um protetorado das Nações Unidas e os chefes militares farão o possível para controlar qualquer futuro governo neocolonial.

A ONU, cuja negligência e incompetência a torna a principal responsável pelo desastre que a Somália vive hoje, está ansiosa para encobrir certos desastrosos.

A ocupação militar norte-americana, decidida com o argumento — falso — de que não havia outra saída, se apresenta como uma escapatória para a organização. Se for criado um protetorado das Nações Unidas, ela terá a oportunidade de ampliar seu papel e evitar um julgamento público dos erros que cometeu.

**Renúncia forçada** — Um elemento importante na recente deterioração da situação foi a renúncia forçada de Mohamed Sahnoun, o enviado especial da

duas horas. Os anciãos o obrigaram a sair de seu território.

A atitude de Kittani tornou ainda mais tenso o ambiente político na Somália. Cabe agora perguntar como responderá a ONU à ameaça que representa para sua autoridade o êxito dos conselhos de anciãos da Somalilândia. Sem dúvida, da mesma forma que já fez no sul do país: com uma combinação de força militar — justificada com uma avaliação errônea da situação — e uma diplomacia inepta, deixando-se levar pelos oportunistas que deram as boas-vindas aos *marines* e generais norte-americanos.

\*Rakiya Omaar é uma advogada somaliana que em 2 de dezembro foi afastada do cargo de diretora da organização de direitos humanos Africa Watch, por ser contra a presença de tropas norte-americanas na Somália. Alex de Waal renunciou ao cargo de diretor-adjunto da Africa Watch em protesto pela iniciativa militar dos Estados Unidos.



# Democracia sem a maioria

Terry Bell\*

**Q**uando cessarem as manifestações contrárias e as declarações retóricas de condenação, a África do Sul deverá viver a realidade de um poder compartilhado, graças a um singular acordo político. No dia 12 de fevereiro, o Partido Nacional (PN), do governo de minoria branca, e a principal força anti-apartheid, o Congresso Nacional Africano (CNA), de Néelson Mandela, conseguiram firmar um acordo que parecia impossível: harmonizar as exigências contraditórias de voto democrático com a recusa de um governo absoluto de maioria negra.

O pacto foi proposto pelo líder do CNA, Néelson Mandela, e produzirá o adiamento, por cinco anos, da tomada definitiva do poder por parte da maioria. O acordo assegura ao Partido Nacional participação no governo, inclusive depois da eleição da Assembléia Constituinte, que substituirá o atual parlamento.

Em troca dessa histórica concessão de Mandela, o presidente De Klerk deixou de lado suas exigências de uma presidência coletiva e de uma cláusula constitucional para garantir que os brancos participassem sempre do poder. Os órgãos de comunicação consideraram que o anúncio representou um fato consumado. Mas, na realidade, o acordo é somente um pacto de cavalheiros entre os dois maiores protagonistas do cenário político sul-africano. Ainda faltam outros acordos para concretizar a esperança de um consenso substancial que assegure o futuro político e institucional do país.

Dos dois lados houve reações hostis. A ala direita do Partido Nacional protestou porque quer um acordo que dê ao partido um lugar preponderante no governo, enquanto a ala esquerda do Congresso Nacional Africano se opõe à própria idéia de dividir o poder com a minoria branca no próximo quinquênio. Mas é pouco provável que os protestos façam fracassar o acordo entre Mandela e De Klerk.

**Um poder compartilhado** - De todas as maneiras, o nível e a potência das reações hostis surpreenderam os dois líderes. Mandela negou que agora ou no futuro haja um poder compartilhado. "Um governo interino de unidade nacional não equivale a um governo dividido", disse o líder negro num

*O histórico acordo entre Néelson Mandela e o presidente De Klerk abre caminho para a instalação de um governo de unidade nacional*

grande esforço dialético para responder às críticas.

Ao mesmo tempo, o vice-ministro de Assuntos Constitucionais, Fanus Schoeman, homem da direita do PN, proclamou que "um governo de unidade nacional equivale a um poder dividido". Certamente é, mas não significa poder de veto da minoria branca, como exige a direita. E não é, tampouco, o governo da maioria, como reivindica a esquerda.

Esta é a essência da proposta que os sul-africanos de todas as raças devem votar, no mais tardar em abril de 1994, numa eleição democrática para a Assembléia Constituinte. As 200 cadeiras da Constituinte se converterão, depois, na base do governo interino de unidade nacional, com as principais forças políticas representadas no gabinete. Este governo, que deverá redigir a futura Constituição democrática, permanecerá no poder por pelo menos cinco anos, com o compromisso de criar as condições que consagrem uma futura administração baseada em maioria eleitoral.

Os dois grandes partidos estão convencidos de que poderão "vender" este arranjo a seus próprios militantes e a outras forças po-





líticas comprometidas com o processo parlamentar. Provavelmente têm razão.

Uma boa dose das reações hostis se deve à necessidade de manter uma posição de força para negociar a participação nas chapas eleitorais e no futuro governo. Nesta linha devem ser interpretados os protestos do Partido Inkhata, dos Zulus, e do Partido Conservador, assim como dos radicais nacionalistas dentro do Congresso Panafricano e da Organização do Povo da Azônia<sup>1</sup> (Azapo).

Um problema sério é que Mandela e os outros negociadores negros no acordo não consultaram os dirigentes de seu próprio mo-

vimento, deixando, além disso, à margem os outros membros da Aliança Tripartite: a Confederação Africana de Sindicatos (Cosatu) e o Partido Comunista Sul-Africano.

Para os comunistas, esta omissão não é fundamental. Seu principal ideólogo, Jeremy Cronin, e o presidente Joe Slovo apóiam a idéia do poder compartilhado e falam a favor de um "compromisso histórico" com o mundo dos negócios.

**Oposição forte** - Com a Cosatu as coisas são diferentes. Trata-se do mais importante movimento sindical sul-africano, que vem crescendo desde as greves ilegais de 1973. Além disso, a confederação mantém um sistema interno extremamente democrático. Na Cosatu, permanecem sentimentos trabalhistas que favorecem a criação de um partido de trabalhadores. Dentro dos sindicatos da Cosatu se encontra também a mais forte e organizada oposição a qualquer forma de colaboração ou de governo compartilhado com o Partido Nacional do presidente De Klerk.

Confidencialmente, a Cosatu tem apresentado ao Congresso Nacional Africano uma série de reivindicações relativas a salários e às condições de trabalho. A reivindicação mais importante consiste na eliminação das leis que limitam o direito de greve. A direção da Cosatu quer que o CNA se comprometa a concretizar essas questões quando assumir o governo.

O movimento de Néelson Mandela tem optado por ignorar essas reivindicações, pois entende que, com a abertura da perspectiva eleitoral, a direção da Cosatu não pode acentuar as pressões no âmbito da Aliança Tripartite e aparecer diante da opinião pública como uma ameaça à unidade do bloco majoritário.

Sem dúvida, um número significativo de dirigentes da Cosatu está garantido nas chapas eleitorais do Congresso Nacional Africano, o que deverá dar a eles cadeiras na Assembléia Constituinte e participação no governo interino.

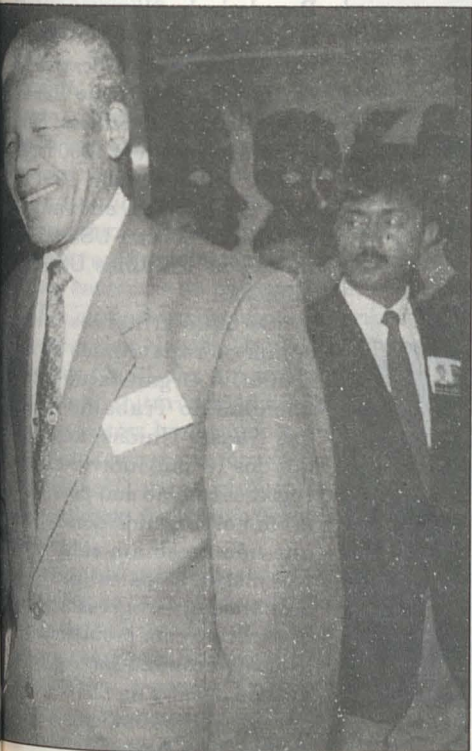
A relativa concordância desses dirigentes, nesta fase do processo, foi obtida provavelmente em troca de que possam desempenhar uma oposição mais ativa a partir da formação do governo. Por outro lado, caso consigam uma grande vitória eleitoral, parece inevitável uma radicalização que aumente o clamor para que seja efetivado, imediatamente, o governo da maioria. ■

<sup>1</sup>Terri Bell é analista político sul-africano e foi diretor da revista *África Analysis*, de Londres.

<sup>2</sup>Nome que os negros africanos dão à África do Sul. A Azapo representa os trabalhadores das minas e indústrias.



O pacto entre Nelson Mandela e o presidente De Klerk (foto à esq.) provocou manifestações contrárias tanto da direita quanto de alguns setores populares





# Os verdadeiros perdedores

*Milhares de trabalhadores que viviam na zona de fogo da guerra do Golfo Pérsico tentam recuperar o dinheiro e os bens que deixaram quando tiveram que abandonar o Kuwait em 1991*

**A**ntes da crise do Golfo havia mais de 550 mil asiáticos no Kuwait e mais de 75 mil no Iraque. Com os conflitos ocorridos nesses dois países, o panorama mudou radicalmente. A maioria dos trabalhadores estrangeiros regressou ao país de origem abandonando os seus meios de subsistência e poupanças em bancos kuwaitianos.

Com o objetivo de medir as consequências sociais e econômicas da crise do Golfo nos trabalhadores da Síria, Palestina, Líbano e Jordânia, entre outros, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) mantém em Damasco, capital da Síria, um grupo de investigadores trabalhando no assunto.

Esses especialistas constatarem que enquanto os trabalhadores árabes podem obter os seus meios de subsistência sem dificuldades, os antigos migrantes do Sri Lanka, Paquistão, Índia e Filipinas são alvo de algum grau de discriminação.

Além disso, trabalhadores naturais de países como Síria, Líbano e Egito podem visitar o Kuwait para velar pelos seus interesses, ao contrário de palestinos e jordanianos. No entanto, estes últimos têm a possibilidade de levantar o dinheiro depositado em bancos kuwaitianos, que operam também em outros países árabes.

A situação mais difícil é a dos comerciantes e assalariados da Índia e do sudeste asiático. Para recuperar o que tinham no Kuwait eles teriam que retornar ao país, e isso se torna complicado devido ao preço elevado dos vôos. Muitos ainda têm salários a receber e dinheiro em contas que não podem recuperar a partir do próprio país.



*Trabalhadores egípcios deixaram o Iraque e o Kuwait levando apenas a roupa do corpo*

Segundo um porta-voz da ONU, as autoridades kuwaitianas decidiram reter o capital nos bancos durante a guerra como forma de garantir fundos aos kuwaitianos e estender um "cabo de salvação" aos trabalhadores sírios, libaneses e egípcios.

Atualmente, a saída de fundos bancários do Kuwait é frequente. De acordo com Nazem Abdalia, da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para o Oeste da Ásia (Escwa), professores, funcionários públicos e pensionistas já receberam o seu dinheiro.

Por outro lado, a Escwa enviou dinheiro para os países de origem dos 717 mil trabalhadores afetados pela crise. O Paquistão recebia cerca de US\$ 370 milhões por ano; a Índia US\$ 200 milhões; Bangladesh US\$ 160 milhões; e o Sri Lanka US\$ 90 milhões. As perdas desses países se devem principalmente ao aumento dos preços do petróleo provocado pela guerra do Golfo.

**Grandes perdas** - Bangladesh, um dos países asiáticos mais atingidos pela crise e menos capacitado para enfrentá-la, teve de fazer face ao regresso de 90 mil cidadãos, e ainda a perdas no valor de US\$ 120 milhões em exportações.

A Escwa estima que, para Bangladesh, o custo total da crise do Golfo chega a US\$ 1,5 bilhão, parte significativa do seu Produto Interno Bruto, que é de US\$ 23 bilhões. Para a Índia, o custo em 1990 foi de US\$ 3 bilhões, e em 1991 de US\$ 2,8 bilhões, enquanto o Paquistão perdeu US\$ 2,1 bilhões e as Filipinas US\$ 500 milhões.

Os mais atingidos talvez sejam os repatriados do Sri Lanka. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), das Nações Unidas, assegura que dos 101 mil indivíduos que regressaram ao seu país, 75% eram empregados domésticos que não recebiam salário há três meses. Os palestinos e jordanianos que regressaram se depararam com problemas políticos e econômicos. Agora, o grande desafio da ONU é ajudar esses trabalhadores a se fixar nos seus países.





Após 14 anos de guerra civil o país ficou arrasado e necessita de apoio externo

## A nação esquecida

Terminado o "negócio da guerra", o povo afegão não recebe um só dólar de ajuda

Nasim Zehra

**D**epois de uma década de guerra, que deixou um saldo de um milhão de mortos e cinco milhões de refugiados, o Afeganistão luta para superar as dificuldades, após ser abandonado por seus aliados do Ocidente.

Para se reerguer, este país da Ásia central, devastado e empobrecido pelo conflito, precisaria de um forte apoio externo. Mas a resposta aos pedidos de ajuda tem sido fraca, mesmo por parte dos que no passado apoiaram os guerrilheiros *mujahedines* contra o governo do presidente Mohammed Najibullah, apoiado então pelos soviéticos, cujas tropas entraram no país em 1979.

Em junho do ano passado, o secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, fez um apelo pedindo ajuda humanitária de emergência para o Afeganistão, lembrando à comunidade internacional sua "obrigação" de dar aos afegãos "uma oportunidade de viver em condições de relativa dignidade e segurança".

Mas, até o mês passado, os países doadores só tinham prometido 80 milhões de dólares, 100 milhões a menos do que, segundo Boutros-Ghali, o país precisa com urgência. Os Estados Unidos, que financiaram ações de guerra clandestina no Afeganistão a um custo

de nove bilhões de dólares, só prometeram 50 milhões de dólares para a reconstrução do país. Antes, Washington "aconselhou" o governo afegão a convocar uma conferência em Nova Iorque, sob o patrocínio das Nações Unidas, destinada a garantir compromissos de ajuda bilateral.

Outros países, que obtiveram imensos lucros com a venda de armas aos guerrilheiros, agora adotam uma política de "cair fora o mais rápido possível". Os italianos, que fizeram grandes negócios com a venda de minas terrestres aos rebeldes muçulmanos, resistem até a apoiar os esforços para eliminar os campos minados.

Um funcionário das Nações Unidas chegou a pedir a um diplomata italiano que seu governo investisse uma parte dos lucros que as empresas italianas obtiveram com a venda de minas para "desarmar essas armadilhas mortais".

**Reconstrução** - Depois de 14 anos de guerra civil, os *mujahedines* conseguiram derrubar finalmente o regime de Najibullah, no início de 1992. Um governo de coalizão, formado pelas diferentes facções da oposição, se instalou em seu lugar e os refugiados começaram a regressar.

Mas as minas mataram muitos dos que voltaram. Muitos outros morreram nos violentos choques ocorridos depois

que a coalizão de governo começou a rachar devido a conflitos tribais e ao fato de que o grupo fundamentalista Hezb-I-Islami lançou ataques contra a capital, Kabul.

Os "doadores" ocidentais afirmam que haverá um apoio substancial para a reconstrução só depois que o Afeganistão conquistar sua estabilidade política e a paz. O ministro alemão de Relações Exteriores, Klaus Kinkel, disse a jornalistas na capital do Paquistão, em fins do ano passado, que há muita ajuda alocada, mas que será retida enquanto não houver um governo estável.

Os afegãos, por sua vez, responderam que a luta está limitada a Kabul e que o resto do país está em calma. Afirmaram também que a população está decidida a reconstruir suas casas e que os refugiados estão voltando em massa.

Segundo especialistas, as necessidades do Afeganistão são enormes: as imediatas incluem coisas essenciais para que os refugiados retomem sua vida normal, como água potável, sementes e adubos. A médio e longo prazos, o país precisa realizar grandes obras de reparação de estradas, construir redes de comunicação e canais de irrigação.

**Ajuda dos vizinhos** - Enquanto o país permanece à espera de ajuda, organizações internacionais tratam de cobrir esse vazio. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por exemplo, contribuiu com um milhão de dólares, que serão usados em uma ampla revisão e avaliação técnica das necessidades de reconstrução do país.

O escritório de coordenação de programas de ajuda humanitária e econômica das Nações Unidas controla os esforços de diversos organismos da ONU para obter doações de alimentos, combustíveis, remédios e material de construção.

Os vizinhos do Afeganistão têm se mostrado mais generosos que as ricas potências ocidentais. O Paquistão doou dez milhões de dólares e 50 toneladas de trigo para o novo governo. O Irã lhe abriu um crédito de exportação de um milhão de dólares e a Arábia Saudita deu 25 mil toneladas de petróleo. A Índia optou por um intercâmbio comercial triangular. Em troca de chá, que entregou ao Cazaquistão, este doou 50 mil toneladas de trigo ao Afeganistão. ■



# Cidadania arbitrária

*Na CE, enquanto a união econômica é planejada em cada milímetro, a cidadania, a nacionalidade e as identidades coletivas são regulamentadas superficialmente e serão uma fonte de graves conflitos*

**Patrick Weil\***

**O** Tratado de Maastrich institui uma forma de cidadania europeia baseada na origem nacional, não-equitativa, que cria distinções entre os estrangeiros residentes. Mantém e acentua a marginalização dos que não provêm de países integrantes da Comunidade Europeia (CE), principalmente dos turcos e dos imigrantes da ex-Iugoslávia, e pode promover conflitos e confrontos entre diferentes grupos étnicos.

O Tratado de União Europeia assinado em Maastrich em 7 de fevereiro de 1992 prevê em seu artigo VIII a instituição da "cidadania da União". Segundo esta norma, toda pessoa que tenha a cidadania de um dos Estados membros e que resida em outro Estado da União terá direito de votar e ser eleito nos pleitos municipais e para o Parlamento Europeu no país de residência.

Na realidade, esta nova norma, tal como foi aprovada em Maastrich, subverte as bases fundamentais da integração dos imigrantes nos países da CE e, se não for mudada, sua primeira consequência será o surgimento de tensões

políticas e sociais relacionadas com a imigração em vários países europeus, em especial a França e a Alemanha.

**"Cidadania local"** – Até agora, a Europa se debatia numa polêmica entre os que promovem a concessão de pelo menos uma "cidadania municipal ou local", isto é, o direito de voto nas eleições comunitárias a todos os estrangeiros residentes, e os que defendem o tradicional vínculo entre nacionalidade e cidadania. O Tratado de Maastrich põe fim a este debate ao rejeitar de fato ambas as propostas.

Na França, os defensores da concessão da "cidadania municipal" a todos os estrangeiros residentes alegam que, desse modo, se poderia dar por concluído o processo em favor da igualdade de direitos dos habitantes do país.

Depois de adquirir direitos sociais, e posteriormente civis, os residentes estrangeiros poderiam ter acesso aos direitos políticos a nível comunitário, o que seria legítimo já que eles estão pagando os impostos municipais, afirmam esses grupos. Essa iniciativa, acrescentam, obrigaria os prefeitos a repartir mais equitativamente os re-

ursos de seu município, em benefício dos bairros com alta densidade de imigrantes extracomunitários.

Por sua vez, os que apóiam a manutenção da atual situação negam que haja uma relação direta entre o direito ao voto e a integração. A concessão do direito ao voto sem levar em conta o processo de assimilação pode, na sua opinião, produzir o resultado oposto: os líderes das comunidades estrangeiras poderiam negociar o voto coletivo em troca da criação de guetos, como ocorre na Grã-Bretanha.

Os defensores do *status quo* sustentam, além disso, que uma forte relação entre nacionalidade e cidadania permite manter uma concepção aberta de nação.

**Linhagem "pura"** – No caso da França, a assimilação – e não os vínculos de sangue – tem sido sempre o principal critério para a obtenção da cidadania. Já que a filiação era um das condições que permitia obter a nacionalidade francesa – além do casamento, do fato de ter nascido no território ou de uma prolongada residência na França – a cidadania e sua consequência natural, o voto, são as formas de identificar e unir





## EUROPA

### INTEGRAÇÃO

os membros da comunidade nacional, acrescentam. Em outras palavras, quem vota é cidadão e é francês.

A criação de uma cidadania municipal ou local, ao romper o vínculo entre cidadania e nacionalidade – assinalam os que se opõem à sua concessão – pode terminar justificando uma redefinição dessa nacionalidade em torno da concepção étnica de um “francês de pura linhagem”.

Tanto os partidários da concessão do direito ao voto local como os defensores da tradição republicana divergem sobre os meios, mas não sobre os fins. Ambos compartilham o objetivo comum de integrar os residentes estrangeiros à sociedade francesa, sem levar em conta sua origem.

O Tratado de Maastrich, em compensação, cria uma cidadania baseada na desigualdade, porque o lugar do nascimento determinará se uma criança criada e educada em um país da Comunidade Européia poderá receber ou não a cidadania. De fato, a pessoa se converte em cidadão europeu se conseguir a nacionalidade de algum dos Estados membros da CE.

**Desigualdades absurdas** – Ao permitir que os Estados membros conservem suas respectivas leis sobre nacionalidade, o Tratado de Maastrich inevitavelmente gerará desigualdades que chegam às raias do absurdo.

Consideremos o exemplo de dois irmãos que, junto com suas respectivas esposas, imigraram da Turquia em 1970. Um se estabeleceu em Paris e o outro, em Frankfurt, e cada casal teve um filho no ano seguinte. Se depois da

ratificação do Tratado de Maastrich, o jovem nascido em Paris – que ao completar 18 anos recebeu a cidadania francesa e com isso tem o direito à europeia – decide se estabelecer com seus parentes de Frankfurt e trabalhar na Alemanha, em teoria poderia votar nas eleições municipais dessa cidade alemã, embora não fale alemão e não esteja a par dos problemas locais.

Em compensação, seu primo nascido em Frankfurt, criado em uma sociedade alemã e que provavelmente não fale outra língua além do alemão, não pode votar nas eleições municipais de sua cidade natal, pois não será alemão a menos que solicite a nacionalização, aceite renunciar à sua cidadania original – a de seus pais – e cumpra toda uma série de requisitos.

Um imigrante de Quebec ou da Polônia que tenha vivido em Paris nos últimos 20 anos terá menos direitos que um grego ou um irlandês recém-chegado à cidade. Não ser oriundo da CE se converte em uma causa de discriminação contra os residentes estrangeiros. A situação real dos residentes, seu grau de integração à sociedade ou a duração de sua residência não são levados em conta.

Não tenhamos ilusões. Seria falso pensar que a concessão aos “cidadãos europeus” do direito de voto em eleições municipais de outro país da CE que não seja o seu pode ser o primeiro passo rumo à extensão do mesmo direito a todos os estrangeiros. Maastrich não é uma abertura, mas sim justamente o contrário.

**Maiores marginalização** – Os que na França distinguem entre os europeus “assimiláveis” e os europeus “não-

assimiláveis” se consolarão com a falta de equidade do acordo de Maastrich.

Está perfeitamente claro que, ao vincular o direito à cidadania à origem europeia, este tratado legitimará futuras restrições à obtenção da nacionalidade francesa. O ex-presidente Valéry Giscard D'Estaing e a Frente Nacional, partido de extrema-direita, exigiram as mesmas restrições no passado. Fica claro, então, que as normas sobre a cidadania local do Tratado de Maastrich mantêm e acentuam a marginalização dos residentes extracomunitários e aumentam mais ainda os riscos de conflitos interétnicos a nível local.

A cidadania, a nacionalidade, as identidades coletivas e as relações entre os diferentes grupos étnicos são provavelmente temas mais delicados que os assuntos econômicos e monetários. Porém, enquanto se planeja a fundo a união econômica, estes temas são resolvidos com extrema rapidez, quando não praticamente ignorados, sem que se façam esforços para aprender das experiências passadas ou se tente harmonizar as legislações que regulam a cidadania nos 12 países comunitários.

Os erros na política econômica sairão à luz cada vez que houver déficit, inflação ou desemprego. Em relação à identidade coletiva ou às relações dos grupos étnicos, os erros aflorarão no último momento e terão custos políticos, sociais e humanos infinitamente mais altos. Sobre isso deverão refletir profundamente os governos da Comunidade Européia.

\* Conferencista do Instituto de Estudos Políticos de Paris e autor do livro “França e seus estrangeiros” (1991)



Os novos cidadãos europeus terão direitos e obrigações diferentes segundo o local de seu nascimento. Maastrich não significa, nesse terreno, uma abertura







A mobilização dos indígenas sensibilizou as Nações Unidas

A decisão da ONU de decretar 1993 o Ano Internacional dos Povos Indígenas desperta um otimismo moderado entre os dirigentes das diferentes culturas autóctones latino-americanas

## Otimismo moderado

Gonzalo Ortiz Crespo\*

**O**s povos indígenas do mundo inteiro viram com cautela o início do Ano Internacional dos Povos Indígenas, em 10 de dezembro passado.

Em primeiro lugar, esperam que sirva para aumentar a consciência mundial sobre seu destino, mas ressentem a falta de ação dos organismos internacionais e dos governos diante dos compromissos que implica sua comemoração.

"Nós, indígenas, não estamos de acordo nem sequer com o nome designado ao ano pelas Nações Unidas", declarou o bispo anglicano Paul Reeves, um indígena *maori* da Nova Zelândia.

Na sua opinião, a designação oficial "Ano Internacional para o Povo Indígena" é paternalista e equivocada. "Não existe só um povo indígena no mundo. Somos muitos povos indígenas e precisamos nos orgulhar da variedade e especificidade de nossas culturas."

**As reações aos 500 anos** - De fato, se não fosse pela intensa mobilização desenvolvida pelos povos indígenas não existiria um ano dedicado a eles. Foram seus dirigentes que pediram, sem êxito, que as Nações Unidas designassem oficialmente 1992 como o seu ano internacional.

Nesta luta, se empenharam especialmente os índios do continente americano, que buscavam ressaltar ainda mais a "contra-comemoração" dos 500 anos da descoberta da América como 500 anos da *resistência indígena*.

Embora a ONU não tenha desejado, 1992 foi, de fato, um ano dos povos indígenas. O ponto mais alto ocorreu na segunda semana de outubro: marchas, encontros, ma-

nifestações, simpósios, vigílias, assembléias, protestos e cerimônias pelos 500 anos foram seguidos, dias depois, pela concessão do Prêmio Nobel da Paz à indígena guatemalteca Rigoberta Menchú (ver **cadernos do terceiro mundo**, nº 157).

Em geral, os líderes indígenas esperam do Ano Internacional alguns resultados concretos, como por exemplo uma maior participação em todos os níveis de decisão do Estado.

Mas muitos criticam a falta de planejamento da ONU no que se refere à organização deste evento. O dirigente Luis Macas, presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) criticou a ONU pela falta de trabalho conjunto com os indígenas.

**Desinteresse dos Estados** - Tampouco os Estados membros da ONU têm mostrado muito interesse. A maioria não apresentou os planos nacionais para a comemoração solicitados por Genebra. Por outro lado, o Fundo Voluntário, estabelecido pelo secretário geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, para financiar projetos específicos dos povos indígenas durante o Ano Internacional, só havia recebido até o início de outubro - última data em que se divulgou informação oficial a respeito -, 400 mil dólares, doados por 16 países e três organizações não-governamentais (ONGs).

Apesar de todos os problemas, para os dirigentes indígenas o Ano Internacional é uma boa oportunidade para divulgar seus problemas e sensibilizar a comunidade. E essa oportunidade não pode ser desperdiçada. ■

\* O autor é diretor-geral da Inter Press Service (IPS) com sede em San José da Costa Rica

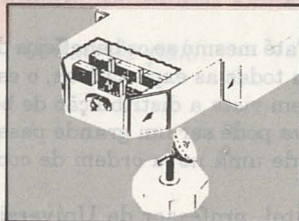


# O alcance do Direito Espacial

José Monserrat Filho\*



*A Era Espacial acelera o progresso técnico-científico, o que concorre para ampliar o fosso entre os poucos países ricos e a imensa legião das nações pobres*



O Instituto Internacional do Direito Espacial (IIIDE), da Federação Internacional de Astronáutica, lançou, em setembro de 1992, no Congresso Mundial do Espaço, em Washington, o livro *Space Law - Development and Scope (Direito Espacial - Desenvolvimento e Alcance)*. O livro foi editado por Nandasiri Jasentuliyana, diretor do Escritório da ONU para Assuntos do Espaço Cósmico, e teve prefácio de Manfred Lachs, juiz da Corte Internacional de Haia e presidente do IIIDE.

A obra é dedicada a Eilene Galloway, pesquisadora sênior da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e um dos maiores nomes do Direito Espacial desde os primeiros debates sobre a questão em 1958, com quase uma centena de livros e artigos publicados a respeito.

Trata-se de uma antologia, que reúne 18 artigos de diferentes autores sobre os mais importantes problemas jurídicos da conquista do espaço, iniciada pelo Sputnik I, em 4 de outubro de 1957. Seu lançamento, no ano 35 da Era Espacial, insere-se na longa lista dos empreendimentos que marcaram 1992 como o Ano Internacional do Espaço, proclamado pelas Nações Unidas.

Lachs, logo no início, salienta que o Tratado sobre os Princípios Reguladores das Atividades dos Estados no Espaço Cósmico, de 1967 – considerada a Carta Magna da grande epopéia espacial – não repetiu o Tratado de Tordesilhas, de 1494, que dividiu entre Espanha e Portugal as novas terras a serem descobertas.

Pelo contrário, definiu a exploração e o uso do espaço cósmico e dos corpos celestes como “incumbência de toda a Humanidade”. Ex-diplomata polonês, Lachs reitera o que declarou na ONU, em 1966: o Direito do Espaço Cósmico deve ser antropocêntrico, orientado para o ser humano.

Contudo, ele próprio reconhece: “Politicamente, não foi possível proibir as armas na nova dimensão. Só agora, com o fim da Guerra Fria e com as novas relações desenvolvendo-se entre todas as potências, pode-se dar pleno efeito ao princípio do uso exclusivamente pacífico do espaço cósmico.”

O austríaco Peter Jankowitsch, no entanto, ao abordar “aspectos legais das atividades espaciais militares”, observa que “do ponto de vista dos Estados Unidos, a falta de parceiro igual nas negociações pode reduzir sua inclinação a fazer concessões às preocupações de outros países, que não estão em condições de fazer concessões



Aliás, para Nandasiri Jasentuliyana, que examina "o processo de criação do direito na ONU" (no Subcomitê Jurídico do Comitê para Uso Pacífico do Espaço Cósmico), "a negociação do Direito Internacional do Espaço nos anos 90 na base do consenso exigirá reconciliar ampla diversidade de interesses nacionais específicos".

A seu ver, a ONU só continuará desempenhando papel efetivo no desenvolvimento do Direito Espacial na medida em que os países trabalharem lenta e gradualmente para criar um corpo jurídico capaz de permitir a real participação de todos os países.

Ao mesmo tempo, ele afirma que "deve haver vontade de equilibrar os interesses conflitantes dos países com programas espaciais e dos sem capacitação espacial". Esse conflito não faz senão crescer, visto que a Era Espacial, acelerando o progresso técnico-científico, tem concorrido para ampliar o fosso entre os poucos países ricos e a imensa legião das nações pobres.

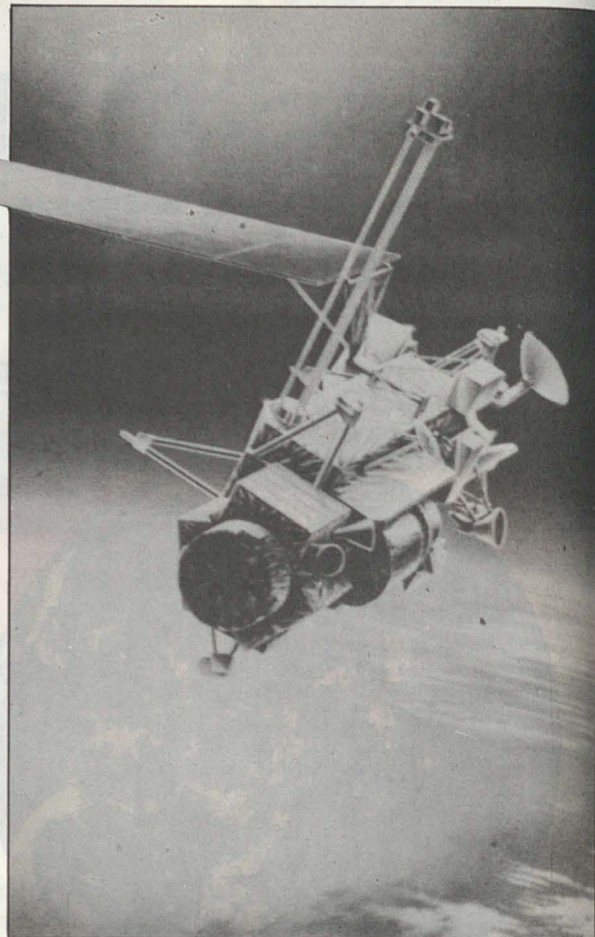
Nicolas Mateesco Matte, diretor do Centro de Pesquisa do Direito Aeroespacial da Universidade McGill, de Montreal, tratando dos "acordos institucionais para atividades espaciais internacionais", considera que os vínculos criados por essas instituições entre países desenvolvidos e em desenvolvimento são "essenciais", pois "representam exemplos de um novo sistema de sobrevivência, de cooperação/colaboração para uma organização mundial".

Na sua visão, "até mesmo se os benefícios decorrentes não atendem a todas as expectativas, o esforço comum feito tendo em vista a distribuição de benefícios em base equitativa pode ser um grande passo para o estabelecimento de uma nova ordem de cooperação internacional".

Carl Q. Christol, professor da Universidade do Sul da Califórnia, tentando vislumbrar "o futuro do Direito Espacial", acredita que a "influência dos países em desenvolvimento será substancial", pois "suas compreensíveis tendências nacionalistas, expressas frequentemente em termos de equidade, com suas implicações em honestidade e justiça, assumirão posições contrárias ao perfil conservador dos países com competência espacial estabelecida" e esse contencioso terá de ser resolvido.

A homenageada Eilene Galloway compõe o último capítulo, com "Criando o Direito Espacial", onde ela assinala que "a Era Espacial não começou com hostilidade, mas com intenções e consequências benignas" e que "as aplicações pacíficas da tecnologia espacial rapidamente se fizeram conhecidas por cientistas e engenheiros, de modo que o planejamento pelo governo pôde ser dirigido para iniciativas destinadas a produzir benefícios".

Isso é verdade. Mas não se pode esquecer que os programas espaciais militares sempre tiveram mais recursos que os civis, e ainda hoje o têm, e que os "benefícios espaciais", sem dúvida extraordinários, concentraram-se em alguns países. De um universo de 180 países, apenas 15 detêm competência para fazer satélites. O aumento do número de países com capacitação



O Tratado sobre os Princípios Reguladores das Atividades dos Estados no Espaço Cósmico define sua exploração como responsabilidade de toda a humanidade

espacial e o mais amplo acesso aos conhecimentos e tecnologias do novo meio passam pela criação de uma grande e ágil organização espacial internacional. Essa é a opinião do norte-americano Stephen Doyle, no artigo sobre "Aspectos jurídicos da comercialização do espaço".

Doyle, ao contrário dos sucessivos governos de seu país, acredita na necessidade de um organismo intergovernamental para lidar com o setor. A seu ver, "as Nações Unidas são o ponto de partida lógico para o estabelecimento de uma organização espacial mundial".

Ocorre que as grandes potências espaciais não pensam nisso. Mikhail Gorbachev, em 1987, quando ainda liderava a ex-URSS, propôs na ONU a criação de uma organização assim. A Guerra Fria acabou e nunca mais se falou no assunto. Mas estou certo de que, mais tarde ou mais cedo, a idéia voltará. Sem ela, como democratizar o espaço?

\* Jornalista e jurista, diretor da revista *Ciência Hoje* e do *Jornal da Ciência Hoje*, da SBPC, membro do Instituto Internacional de Direito Espacial





Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

# IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

*Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.*

**O**cupar espaços.

Consolidar parcerias.

perseguir qualidade e  
produtividade.

Evoluir. Solidamente.

Conquistar novos mercados.

Valorizar, mais que tudo, o cliente.

Ser um banco contemporâneo.

**MERCANTIL**

Banco Mercantil S.A.

**O Banco que dá valor a você.**

**Administração - Sul:**

Alameda Santos, 880, Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP  
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

**Administração - Sede:**

Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE  
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801





Com a Conta Fácil Banerj, a sua aplicação financeira e o seu tempo vão poder render muito mais. Agora, a operação de resgate é automática e na medida exata do que você necessita, para débitos acima de um valor mínimo. Sem que você precise sequer telefonar ao banco. Ou seja, aquele dinheiro a mais que ia ser apenas um trocado parado na sua conta corrente continua rendendo. Transforme já sua Conta Verde de Aplicações Financeiras em Conta Fácil Banerj. E aplique tudo a que você tem direito. Inclusive aqueles quebrados.

**AGORA, O DINHEIRO QUEBRADO QUE IA VIRAR UM TROCADO CONTINUA APLICADO.**

**CONTA FÁCIL**

**O QUE ERA  
BANERJ FAZ FICAR  
MAIS FÁCIL**